André Beaufre

Introdução à Estratégia

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
– 1881 –

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881, por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto, Ministro da Guerra, e reorganizada pelo General-de-Divisão VALENTIM BENÍCIO DA SILVA, pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 021) 519 5707
Fax: (55 021) 519 5569
DDC: 0800 238365
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"
E-mail: bibliex@ism.com.br

André Beaufre

INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA

Prefácio de
B. H. Liddell Hart

Tradução de
Luiz de Alencar Araripe

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
1998

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Publicação 664
Coleção General Benício — Volume 336

Título original: Introduction a la Stratégie

Capa: Quart Design
Revisão: Renaldo di Stasio

Beaufre, André
B374i Introdução à estratégia / André Beaufre; tradução de Luiz de Alencar Araripe. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.
156 p. il. (Biblioteca do Exército; 664. Coleção General Benício; v. 336)

Tradução de: Introduction a la stratégie
ISBN 85-7011-236-X

1. Estratégia. I. Título
CDD 355.43

Impresso no Brasil — Printed in Brazil

Apresentação

Trinta e cinco anos depois de lançado pelo Centro de Estudos Políticos e Estrangeiros, na França, afinal, a Biblioteca do Exército Editora publica a tradução em língua portuguesa do clássico de autoria do General André Beaufre, considerado por Liddell Hart o tratado de estratégia mais completo – *Introdução à Estratégia*.

Estratégia, como futebol e política, é discutida irrefletidamente, tornando-se palavra cujo verdadeira acepção é confundida por muita gente, até mesmo em meios acadêmicos.

Antigamente, estratégia era, *stricto sensu*, a arte do estratego (generalíssimo, entre os gregos) preparar, desdobrar e aplicar os meios bélicos com o propósito de conquistar os objetivos fixados.

Nos tempos modernos, a estratégia ganhou dimensões incomensuráveis, extrapolando o domínio dos militares e estendendo-se à esfera da diplomacia, da economia, da política, do psicossocial, da tecnologia etc. Daí afirmar-se, hoje, ser a estratégia a arte ou a ciência de desenvolver e aplicar o poder nacional em toda a sua vasta amplitude, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela políti-

ca, ou o "jogo abstrato" no conflito de vontades para impor a vontade de um dos contendores sobre a do outro, valendo-se dos meios disponíveis da melhor forma.

Deixou, pois, a estratégia, de ser atributo inerente aos militares.

Nos dias atuais, de entrechoques de civilizações num mundo globalizado e fragmentado, mais do que nunca se faz imprescindível interpretar os sinais da era vivida, ser capaz de reconhecer como a conjuntura internacional evoluiu e quais as prováveis tendências do porvir, concomitantemente buscando determinar os interesses nacionais para definir o que e como fazer – a política e a estratégia a adotar.

Avulta, assim, a importância de se possuir uma visão estratégica global dos acontecimentos mundiais para ajudar na reavaliação dos meios e dos valores empregados, ao pesar as decisões tomadas, os métodos usados e as realizações obtidas.

Introdução à Estratégia surgiu quando Beaufre se convenceu de que os problemas mundiais em curso nos idos da década de 60 jamais encontrariam explicação sem análise metódica e racional no terreno não desbravado e sutil da estratégia total, dados todos os fenômenos contemporâneos defrontados envolverem interação dos fatores diplomáticos, sócio-econômicos e políticos com os militares.

Naquela época, paralelamente, o Ocidente dividia-se em duas correntes de opinião – a da proscrição absoluta da guerra nuclear e a da aceitação da guerra nuclear limitada.

André Beaufre e Raymond Aron, opondo-se à idéia dominante no Pentágono, advogavam o emprego limitado de armas nucleares, visando reforçar o poder político por intermédio do militar, ou seja, da "dissuasão nuclear".

Desta forma, *Introdução à Estratégia* constituiu-se em alicerce de um profundo estudo nessa área de conhecimento inexplorada, desdobrando-se, mais tarde, numa série de três obras que marcariam o pensamento estratégico de Beaufre: *Dissuasion et Stratégie*, *Stratégie de l'Action* e *Bâtir l'Avenir*.

O estudo iniciado com *Introdução à Estratégia* e prosseguido em cinco anos pelo autor desembocou em conceitos políticos e sociológicos vertebrados por método de análise de natureza estratégica total.

Introdução à Estratégia proporciona clara visão de conjunto de estratégia, além de apresentar suas subdivisões, princípios e aplicações. Ocupa-se da evolução da estratégia militar e do seu emprego na batalha e nas operações de guerra. Discorre sobre a importância, as modalidades e o desenvolvimento das armas nucleares, enfocando seu uso como meio de dissuasão. Enfatiza a concepção da manobra indireta em seus aspectos exterior e interior, salientando as paradas estratégicas, contra-manobras e estratégias da alcachofra e da lassidão. Conclui, finalmente, que a liberdade de ação é a essência da estratégia, ressaltando ser a preservação da própria liberdade de ação – a segurança – conjugada à capacidade de privá-la ao adversário – a surpresa e a iniciativa – o fundamento do "jogo estratégico".

Os trabalhos de Beaufre demonstram não diferir sensivelmente a estratégia total da política externa, no espírito e no método. Empresta uma lógica máxima às decisões relativas às atitudes a serem tomadas na condução dos negócios políticos.

A grande conclusão oferecida por *Introdução à Estratégia* é que a estratégia total configura uma *praxéologie*.

Tradução bem feita e enriquecida por esclarecedoras notas de rodapé, de conceituado oficial de estado-maior do Exército Bra-

sileiro – Coronel de Artilharia Luiz de Alencar Araripe – torna-se leitura obrigatória para civis e militares interessados em estudar problemas de defesa nacional.

L. P. Macedo Carvalho
Coronel
Diretor da Bibliotheca do Exército
e
Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Sumário

Capítulo II

Capítulo III

Capítulo IV

Prefácio

Ninguém, na época contemporânea, com experiência prática mais ampla que o General Beaufre, poderia escrever uma obra sobre estratégia. Nenhum general de seu nível redigiu sobre esse assunto estudo teórico de tal envergadura e de tal mestria.

Quando o encontrei pela primeira vez, em 1935, ele era o oficial mais moço do Estado-Maior Geral do Exército; mas, já a essa época, causou-me impressão tão profunda, que eu o assinalei como um dos quatro oficiais de futuro que havia tido a oportunidade de encontrar durante minha estada na França; e, desses quatro, os três que sobreviveram atingiram o nível mais elevado da hierarquia no Exército francês. André Beaufre, no último ano da guerra, tornou-se oficial de operações do Estado-Maior do I Exército francês.

Quando o reencontrei em 1950, ele era Subchefe do Estado-Maior das Forças Terrestres da Europa Ocidental; depois, partiu para o Extremo Oriente, na qualidade de adjunto do Comandante-Chefe, Marechal de Lattre de Tassigny. De retorno à

Europa, foi designado Chefe do Grupo de Estudos Táticos Interaliado. Ao longo das visitas que lhe fiz em seu Quartel-General de Bad Neuenahr, pude constatar quanto ele contribuiu para renovar os conceitos suscetíveis de responder à eventualidade de uma invasão soviética da Alemanha Ocidental. Em seguida, tornou-se Comandante da 2ª Divisão de Infantaria Mecanizada, com a qual implementou, com sucesso, a nova organização pentagonal – baseada na subdivisão em cinco unidades – que eu de há muito recomendara, e que o Exército francês foi o primeiro a adotar, a título de experiência. Em 1955, foi mandado para a Argélia, para comandar uma zona operacional e, no ano seguinte, foi escolhido para comandar o Corpo de Exército francês, na expedição de Suez. Em 1958 tornou-se Subchefe de Estado-Maior do SHAPE,[1] e dois anos depois foi nomeado representante da França no grupo permanente da OTAN, em Washington.

Tal extraordinária variedade de experiências forneceu ao profundo pensador, que é esse soldado, excepcional base de reflexão para estudar a concepção e a aplicação da estratégia a situações e a operações reais. É também da maior importância que, depois de sua recente e lamentável transferência para a reserva, quando no ápice de sua força intelectual, ele a tenha orientado para a produção de uma obra sobre esse assunto de largo alcance.

Ele dá a seu livro o título de *Introdução à Estratégia*, mas esse título é excessivamente modesto; isto salta aos olhos de todo leitor ou pesquisador informado. Na realidade, sua obra é o tratado de estratégia mais completo, mais cuidadosamente formulado e dado à luz do dia que terá sido publicado no curso desta geração. Sob muitos pontos, sobressai dentre todos os tratados anteriores. Tem to-

1. SHAPE: Supreme Headquarters Allied Powers Europe – Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa. (Nota do Tradutor)

das as probabilidades de tornar-se um clássico, um manual dessa disciplina. Se algumas vezes eu me afasto dele em certos pormenores de interpretação ou de formulação, sobre muitos outros estou plenamente de acordo, e saúdo, com grande prazer, o aparecimento de contribuição tão notável no domínio do pensamento sobre os elementos fundamentais da guerra.

Capitão Liddell Hart

Introdução

Apresentar, em 1963, uma obra sobre estratégia pode parecer um empreendimento temerário. Hoje em dia não mais se acredita no gênio dos estrategos. As guerras catastróficas e as conversas ociosas do café da praça os mataram, juntamente com toda a inocência das imagens de Espinal,[1] em suas cores brilhantes, de uma civilização antiga, em curso de desaparecimento.

Em nossa idade, tornada positiva, industrial e popular, os problemas da guerra e da paz parecem dizer respeito a técnicas cada vez mais complicadas: de uma parte, aquelas da tecnologia científica que governa a corrida de armamentos nucleares deflagrada pelos Estados Unidos; de outra parte, aquelas mais misteriosas da tecnologia psicológica, que os soviéticos extraíram de sua revolução. Se a palavra estratégia continua a ser empregada freqüentemente a torto e a direito, a ciência e a arte estratégicas são colocadas dentre as coisas do passado, ao lado da tabaqueira de Frederi-

1. Cidade dos Vosges, situada a 372 km a leste de Paris, famosa a partir do século XVIII pela produção de coloridas imagens e estampas, muito populares. (Nota do Tradutor)

co II e do chapéu de Napoleão. Somente Clausevitz, que muito pouca gente leu, conserva algum prestígio, sobretudo devido às referências elogiosas que lhe fez Lenin, o que ainda lhe vale algumas peregrinações intelectuais.

Entretanto, nosso mundo está no limiar de acontecimentos consideráveis. Com a lentidão majestosa da História, desenrola-se aos nossos olhos um dos mais formidáveis movimentos humanos desde a queda de Roma. A despeito da feliz inconsciência dos povos, sem dúvida desejada pela caridosa natureza, para ajudar-nos a enfrentar essas longas provações, começa-se, aqui e ali, com muito retardo sobre os acontecimentos, diga-se, a procurar compreender o fenômeno e, se possível, a dirigi-lo. A economia, cuja primazia Marx proclamara, sai do limbo onde dormia e começa a tornar-se uma ciência, ou pelo menos uma técnica, capaz de resultados mais seguros. A sociologia desenvolve-se rapidamente, e desbrava com ardor seus imensos domínios. Os problemas de defesa, cuja importância salta aos olhos, atraem número crescente de analistas que, sobretudo na América, estão procurando reunir o conjunto de conhecimentos cuja necessidade se faz sentir. No entanto, nessa progressão laboriosa das ciências humanas, faltam a idéia geral e o operador comum, a filosofia e a estratégia, que são justamente duas disciplinas fora de moda e abandonadas, a despeito de recente retomada de interesse por elas.

Ora, minha experiência de quarenta anos, durante os quais fui testemunha, ou ator, da maioria dos acontecimentos importantes que tiveram lugar, convenceu-me ser por ausência desses dois guias que, com tanta regularidade, encontramos o fracasso. Por falta de uma idéia geral, de uma filosofia, flutuamos ao sabor dos ventos adversos, sofrendo o assalto de filosofias dinâmicas que se opu-

nham a nós. Seu valor intrínseco, às vezes fraco, viu-se bem, importava menos do que sua coerência. Pelo mesmo motivo, por falta de uma estratégia, fomos freqüentemente incapazes de compreender as manobras pelas quais se procurava subjugar-nos, e nós, constantemente, dirigimos nossos esforços para impasses. De 1936 a 1939, Hitler, que verificara nossa inépcia em março de 1936, progrediu por saltos. Nós o deixamos fazer, até que, cansados, respondemos desencadeando uma catástrofe que só nos poderia ser fatal, ainda porque nosso sistema de guerra era falso, fundamentado unicamente sobre táticas, que além do mais, eram caducas! A França naufraga, levando com ela a Europa. O soerguimento de 1942 a 1945 é obra de anglo-saxões, fortalecidos por uma filosofia e uma estratégia. Mas, desde a vitória, estamos novamente desorientados pelo grande movimento da descolonização. A Indochina foi perdida a golpes de táticas excelentes, feitas vencedoras pela estratégia adversa, à qual não soubemos opor estratégia alguma digna desse nome. A Argélia, malgrado essa experiência, nada faz que repetir, exagerando-os, os mesmos erros. Suez, vitória tática, deságua em espantoso revés político, à falta de mínima noção das condições estratégicas necessárias ao sucesso de semelhante empreendimento. Escolhi aqui apenas exemplos franceses. Poderia, porém, pintar um quadro semelhante, em preto ou em branco, para a Coréia, Cuba, Berlim e a OTAN. A conclusão que para mim se impõe é que, em grande parte, a ignorância da estratégia nos foi fatal.

As razões dessa ignorância são interessantes. Eu as indicarei de passagem ao longo deste estudo. Mas o que é importante ver bem é que a desafeição pela estratégia por parte dos vencedores de 1918 provinha de que não lhes havia sido ensinada a estratégia, mas *uma* estratégia, apresentada como o alfa e o ômega da arte. Ora,

essa estratégia particular revelou-se falsa. Enterra-se o ídolo sem se perceber que os reproches que se lhe dirigiam provinham de que ele já havia sido traído.

É que, com efeito, ver-se-á, a estratégia não deve ser uma doutrina única, mas um *método de pensamento*, permitindo classificar e hierarquizar acontecimentos e, depois, escolher os procedimentos mais eficazes. A cada situação corresponde uma estratégia particular; toda estratégia pode ser a melhor em uma das conjunturas possíveis, e detestável em outras conjunturas. Aí está a verdade essencial.

Na escolha de procedimentos, não me limitei, naturalmente, aos procedimentos de ordem militar, pois todos sabem que hoje a guerra tornou-se abertamente total, isto é, conduzida simultaneamente em todos os domínios, político, econômico, diplomático e militar, que a Guerra Fria, que eu, em 1939, chamava "Paz-Guerra",[2] apresenta o mesmo caráter, com intensidades diferentes. Por conseguinte, não pode existir senão uma estratégia total. Isto levanta, com mais acuidade, o problema das relações entre a política e a estratégia; mas isto permite, também, melhor compreender o domínio próprio a cada uma delas. Resulta, igualmente, que a estratégia não mais pode ser o apanágio dos militares, apenas. De minha parte, só vejo vantagens nisso porque, quando a estratégia tiver perdido seu caráter esotérico e especializado, ela poderá tornar-se o que são as outras disciplinas, e o que ela sempre deveria ter sido: um corpo de conhecimentos cumulativos, que se enriquece à cada geração, em lugar de um redescobrimento perpétuo, ao azar das experiências vividas.

2. "La Paix-Guerre, ou la Stratégie d'Hitler". *Revue des Deux-Mondes*, de 15 de agosto de 1939.

Nossa época é muito difícil, e o homem moderno adquiriu demasiado poder sobre a Natureza, para que possamos continuar a agir empiricamente, como há tempo demais se tem feito. A guerra, outrora jogo dos reis, tornou-se hoje uma empresa repleta de excessivo número de grandes perigos. Segundo a palavra cunhada por Raymond Aron, nossa civilização necessita de uma "praxeologia", uma ciência da ação. Nessa ciência, a estratégia pode e deve desempenhar papel capital, para conferir caráter consciente e calculado às decisões pelas quais se quer fazer prevalecer uma política. É o objetivo em direção ao qual deve tender todo o estudo de estratégia. É o que me esforcei por atingir.

Poder-se-á ficar surpreendido que, contrariamente ao costume em obras deste gênero, minha exposição comporte muito poucos eventos históricos. Freqüentemente, as referências aos exemplos do passado limitar-se-ão a uma palavra: o nome de um general ou de uma guerra. É que, em primeiro lugar, eu quis reduzir as coisas ao essencial, às *idéias*; e, também, que, sem ir mais longe do que Valéry,[3] acredito que o método histórico pode ser empregado para justificar não importa que conclusão. Do mesmo modo, insistindo muito fortemente sobre a importância dos fatores psicológicos, abstive-me de discorrer em demasiado sobre acontecimentos hoje clássicos, desde Clausewitz e Foch, a propósito do caráter passional da guerra. O que pesquisei é a álgebra subjacente nesse fenômeno violento: a irracionalidade, que aí desempenha papel considerável, deve ela mesmo ser considerada sob um ângulo racional.

A complexidade, realmente muito grande do assunto, sem dúvida, não me terá permitido colocar em evidência, em sua forma

3. Paul Valéry, escritor francês (1871-1945), procurou estabelecer a unidade da criação do espírito.(Nota do Tradutor)

mais clara, as noções indispensáveis à conduta de uma ação lógica. Que não se procure ver aqui senão um primeiro desbravamento, empreendido na esperança de que meu exemplo, um tanto temerário, suscite outros trabalhos capazes de promover o rejuvenescimento e o renascimento da estratégia eterna, da qual a nossa época tem a maior necessidade.

Capítulo I

VISÃO DE CONJUNTO DA ESTRATÉGIA

Assim como o Sr. Jourdain fazia prosa sem o saber,[1] muitos são os que praticam a estratégia mais ou menos, inconscientemente. No entanto, a diferença em relação ao Sr. Jourdain é ser mais difícil praticar a boa estratégia do que a prosa; tanto mais que, se o nome estratégia é freqüentemente empregado, as realidades que ele encobre são, geralmente, ignoradas. É, certamente, um dos termos correntes cujo sentido é menos conhecido.

As razões de tal ignorância são várias: durante muito tempo essa velha palavra designou apenas a ciência e a arte do comandante-chefe o que, na verdade e evidentemente, só interessava a um número muito reduzido de pessoas. Esse conhecimento se transmitia a cada geração de maneira mais ou menos esotérica, através do exemplo dado por chefes de renome, como acontecia com o "jeito pessoal" dos mestres das diferentes profissões. Como a

1. Principal personagem de "Le bourgeois gentilhomme", peça de Molière. (Nota do Tradutor)

guerra evoluía lentamente, essa maneira de fazer, bastante empírica, de um modo geral, satisfazia, se bem que a guerra fosse infinitamente mais complexa que a arquitetura, por exemplo.

Por outro lado, nos períodos de evolução, a aplicação dos tradicionais jeitos pessoais mostrava-se ineficaz. Então, a conduta das operações colocava em evidência enigmas aparentemente insolúveis. Esse insucesso apresentava publicamente o problema estratégico do momento ao conjunto das elites, e não apenas ao príncipe ou ao marechal. De cada um desses períodos resultava um movimento intelectual relativo à estratégia, cujo senso profundo, por outra parte, foi sempre conforme ao gênio da época. A Renascença buscou em Vegécio[2] e nos historiadores antigos os segredos da guerra nova; o século XVIII extrairá da razão pura o sistema de pensamento que Napoleão aplicará tão magistralmente; o século XIX, ainda pasmado com os êxitos de Napoleão, acreditará aí encontrar a solução de seus problemas, mas construirá, sobretudo com Clausewitz, uma grande teoria filosófico-social, intermediária entre Kant e Marx, cujas interpretações românticas não terão sido estranhas à forma das guerras a qualquer custo do século XX.

Entretanto, no século XX, século das grandes mutações, a estratégia sofreu grande declínio em um momento capital: a estabilização de 1914-18 é considerada como "o fracasso da estratégia", conquanto represente apenas o fracasso de uma estratégia. Na França, sobretudo (mas nesse momento a França exerce considerável influência), a estratégia aparece como uma ciência caduca, uma maneira

2. Flavius Vegetius Renatus, escritor latino (século IV) autor de *Tratado da Arte Militar*. (Nota do Tradutor)

de visualizar a guerra que não se compadece com a evolução, a qual parece dar prevalência ao material sobre os conceitos, aos potenciais sobre a manobra, à indústria e à ciência sobre a filosofia. Esta atitude, de aparência realista, conduz a considerar os "estrategos" como retardados pretensiosos, e a concentrar esforços sobre a tática e o material, no momento preciso em que a rapidez da evolução requereria visão de conjunto particularmente elevada e penetrante, que somente a estratégia poderia conseguir.

O resultado é a derrota militar da França, e também a vitória incompleta da Alemanha, ambas devido a apreciações errôneas, porque demasiado estreitas. O naufrágio do império mundial da Europa, que se seguiu, deixa subsistirem dois gigantes, os Estados Unidos e a URSS. Seu antagonismo, tornado aterrorizante pela arma nuclear, recoloca em primeiro plano os problemas da guerra e da paz, mas não existe conceito algum parecendo capaz de resolvê-los. Acusa-se a novidade da arma atômica, sem se dar conta de que é a ausência de uma teoria geral que impede de prever e de dominar a evolução. Do lado soviético, procura-se em primeiro lugar apegar-se ao marxismo, formulando, sob Stalin, uma teoria de guerra total, de fundamento social, que não resistirá ao progresso da técnica. Do lado americano, sob o signo inteiramente nominal de Clausewitz, lança-se impetuosamente à solução de uma cascata de problemas técnicos, de inspiração tática; mas a importância do assunto atrai a atenção dos meios intelectuais que, em conformidade com o gênio científico contemporâneo, alicerçam a pesquisa de soluções sobre tesouros de análise. Logo, cada universidade americana possui um instituto de pesquisas bem dotado. Pilhas de obras acumulam-se,

construindo um edifício abstrato, de uma complicação quase que escolástica, mas de onde se destacam, pouco a pouco, certos elementos essenciais da estratégia de conjunto, da qual necessita a nossa época. No entanto, esse intenso movimento de idéias mal penetra na Europa onde, de um modo geral e após algumas leituras distraídas, as pessoas se contentam em adotar o vocabulário e o material americano; ainda se acredita, sem o dizer, na supremacia do material sobre as idéias. A despeito, por exemplo, de Raymond Aron, na França, e de Liddell Hart, na Inglaterra, a estratégia não penetra nem no grande público, nem mesmo verdadeiramente nos meios militares, onde se continua a pensar técnica e taticamente. Todavia, a importância do fato atômico, bem como os resultados decepcionantes das campanhas da Indochina, do Egito e da Argélia fazem sentir, mais ou menos confusamente, a necessidade de melhor compreensão dos fenômenos relativos à guerra. A estratégia, condenada em 1915, normalmente deveria conhecer um novo desabrochar.

ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Definição da estratégia

O que é a estratégia?

Caso se parta da noção antiga de estratégia militar, dir-se-á tratar-se da arte de empregar as forças militares para atingir resultados fixados pela política. Esta definição, que mal se distancia dos termos de Clausewitz, é a que Liddell Hart formulou em 1939, e Raymond Aron, em livro recente, quase que textualmente reproduziu.

Tal definição, no meu entender, é estreita, porque concerne somente a forças militares. Antes, a redigiria da seguinte forma: a arte de fazer a força concorrer para atingir os objetivos da política. A definição, por outro lado, apresenta o inconveniente de referir-se ao conjunto da arte militar. Ora, é tradicional subdividir essa arte em estratégia e tática. Mais recentemente, reconheceu-se outra subdivisão, a logística. Se a estratégia não é a tática, nem a logística, que é ela? A tática é, muito claramente, a arte de empregar as armas no combate, para obter o melhor rendimento. A logística é a ciência dos movimentos e dos suprimentos. Todas duas dizem respeito "à combinação de coisas materiais", e apresentam caráter científico-concreto, que as tornam bastante análogas à arte do engenheiro.

Se nos reportarmos à frase de Napoleão, e retomando uma citação de Lloyd, que opunha "a parte divina" à "combinação de coisas materiais", então a estratégia seria "a parte divina". Daí a conferir-lhe o prestígio de centelha do gênio, não vai mais que um passo, freqüentemente dado. No entanto, o gênio, na maioria das vezes, não é senão uma longa paciência. Divina ou não, a estratégia deve ser pensável, razoável. Que é ela, então, se não se situa nem sobre o plano das coisas materiais, nem sobre o plano da política?

Creio que a essência da estratégia repousa no jogo abstrato, resultante, como disse Foch, da oposição de duas vontades. É a arte que permite, independentemente de qualquer técnica, dominar os problemas que coloca em si todo o duelo, justamente para permitir empregar as técnicas com o máximo de eficácia. É, por conseguinte, a arte da dialética das forças ou, ainda mais exatamente, *a arte da dialética das vontades, empregando a força para resolver seu conflito.*

Esta definição poderá parecer, com toda a justiça, muito abstrata e muito geral. Mas é bem nesse nível que convém colocar a estratégia, caso se queira compreender seu mecanismo de pensamento e as leis que se pode ali descobrir.

Finalidade da estratégia

Por outro lado, uma vez que vamos abordar o exame da *finalidade da estratégia*, ver-se-á mais claramente o interesse dessa definição.

Pode-se admitir que a finalidade da estratégia é atingir os objetivos fixados pela política, utilizando da melhor maneira os meios de que se dispõe. Ora, tais objetivos podem ser ofensivos (conquista, impor a aceitação de tais e tais condições onerosas), defensivos (proteção do território ou de tais e tais interesses), ou mesmo visarem simplesmente ao *status quo* político. Vê-se, desde já, que fórmulas como a atribuída a Clausewitz, de "a decisão pela batalha vitoriosa", por exemplo, não se podem aplicar a todos esses objetivos. Pelo contrário, a única lei geral englobando-os todos é a que, afastando qualquer noção de meio pelo qual a decisão seria obtida, não considera mais que a essência mesmo da decisão procurada. Essa decisão é a aceitação pelo adversário das condições que se lhe quer impor. Em tal dialética de vontades, *a decisão é um acontecimento de ordem psicológica* que se quer produzir no adversário": *convencê-lo de que engajar-se ou prosseguir na luta é inútil.*

Naturalmente, tal resultado poderia ser atingido pela vitória militar, mas esta muitas vezes não é indispensável; freqüentemente, é mesmo irrealizável (caso dos felagas,[3] na Argélia, por

3. Combatente argelino ou tunisiano nas guerras de independência contra a França, nas décadas de 1950-60. (Nota do Tradutor)

exemplo), enquanto que outros meios (viu-se bem nesse caso) podem ser eficazes. Recolocando o problema em seu verdadeiro terreno, que é o da psicologia do adversário, estamos em condições de apreciar corretamente os fatores decisivos. Assim, de um só golpe, encontramo-nos em um sistema de pensamento que engloba tanto a vitória militar como a estratégia da dissuasão nuclear, que se diz nova.

Lenin, analisando Clausewitz, havia proporcionado uma definição, bastante citada, que reconhece plenamente o caráter psicológico da decisão: "retardar as operações, até que a desintegração moral do inimigo torne ao mesmo tempo possível e fácil desfechar o golpe decisivo". Mas ele pensava como revolucionário e somente via a ação política atuando como uma espécie de preparação de artilharia de caráter moral. Era o inverso da concepção romântica e militar de Clausewitz, na qual o moral inimigo era quebrado por meio de uma vitória militar. A fórmula geral, também, parece-me ser a seguinte: *obter a decisão, criando e explorando uma situação que leve a uma desintegração moral do adversário, suficiente para fazê-lo aceitar as condições que se lhe quer impor.*

É bem a idéia geral da dialética das vontades.

Meios da estratégia

O estudo dos meios da estratégia permite ainda melhor colocar em evidência a forma de raciocínio que lhe é própria.

Para atingir a decisão, a estratégia vai dispor de uma gama de meios materiais e morais, indo do bombardeio nuclear à propaganda, ou ao tratado de comércio. A arte consistirá em escolher entre os meios disponíveis, e em combinar sua ação, para fazê-los concor-

rer para um mesmo resultado psicológico, suficientemente eficaz para produzir o efeito moral decisivo.

A escolha dos meios vai depender de uma confrontação entre as vulnerabilidades do adversário e as nossas possibilidades. Para fazer isto, é preciso analisar o efeito moral decisivo. Quem se quer convencer? Em última análise, é o Governo adverso que se quer convencer; mas, segundo o caso, será mais fácil agir diretamente sobre os dirigentes (Chamberlain em Bad Godsberg ou em Munique), escolhendo os argumentos aos quais eles serão sensíveis; ou, ao contrário, agir indiretamente sobre tal ou tal parte da opinião que tem alavancagem sobre o Governo, ou sobre um Governo aliado que goze de forte influência, ou sobre a ONU, por exemplo. Se o que está em jogo é pouco, tais pressões podem bastar. Se o que está em jogo é mais importante, ações de força podem ser necessárias.

Ainda assim a escolha dos meios deve ser perfeitamente adaptada às possibilidades amigas e às vulnerabilidades adversas: a vitória militar clássica, por exemplo, pode estar fora de alcance, ou ser demasiado perigosa. Neste caso, escolher-se-ia um levante revolucionário, destinado a levar a uma intervenção internacional, (como nos sudetos, antes de Munique), um levante revolucionário capaz de mudar o Governo (como em Praga, em 1950), uma pressão econômica apoiada (como nas sanções econômicas contra a Itália, em 1935), ou uma longa campanha de guerrilhas, combinada com uma ação internacional (como no Vietmine e nos felagas)? Quais serão as ações possíveis, as mais suscetíveis de influenciar decisivamente a psicologia dos dirigentes adversos? Se, enfim, uma ação militar dever ser empreendida, qual será seu objetivo? Será necessário "destruir" as Forças Armadas adversas, seguindo a fórmula clausewitziana? Será isso possível? E, se não for, bastará um êxito local

(campanha da Criméia, em 1854); e qual? Que categoria de Forças Armadas ou que região geográfica passa por ser decisiva, sob o ponto de vista do adversário (a Marinha e a Aviação, na Inglaterra, o Exército, na França etc)? Será indispensável, ou inútil, tomar a capital? Bastará ameaçar destrui-la? etc. Pode-se, assim, levar a análise cada vez mais longe, até que se tenham encontrado os meios ao nosso alcance, capazes de levar à decisão buscada.

Elaboração do plano estratégico

Vai-se, então, poder realizar *a elaboração do plano estratégico*. Trata-se de uma dialética. Em conseqüência, é preciso prever as possíveis reações adversas, para cada uma das ações que se tem em vista; e assegurar-se a possibilidade de fazer face a cada uma delas. Essas reações podem ser internacionais ou nacionais, morais, políticas, econômicas ou militares. Ações sucessivas e possibilidades de parada devem ser montadas num sistema visando a conservar o poder de desenvolver seu plano, a despeito da oposição adversa. Se o plano for bem feito, nele não deverá mais haver áleas. A manobra estratégica, visando a conservar a liberdade de ação, deve ser "contra-aleatória". Naturalmente, ela deve ter em vista, claramente toda a seqüência de acontecimentos que levam à decisão; o que, diga-se de passagem, não foi o caso do nosso lado, nem em 1870, nem em 1939, nem na Indochina, nem na Argélia. Acrescentemos, ainda, que o esquema da dialética dos dois adversários complica-se com a existência do contexto internacional. O peso dos aliados e mesmo dos neutros pode mostrar-se decisivo (como em Suez). Por tê-lo mal compreendido, a Alemanha perdeu duas guerras, atraindo a hostilidade da Grã-Bretanha (invasão da Bélgica) e dos Estados

Unidos (guerra submarina). A avaliação correta da liberdade de ação resultante da conjuntura internacional constitui, assim, elemento, capital da estratégia, sobretudo desde que o poder atômico reforçou, de forma extraordinária, a interdependência das nações.

Modelos estratégicos

Assim sendo, de acordo com os meios relativos dos dois adversários, e segundo a importância do que está em jogo, o plano estratégico se ordenará segundo diversos modelos, dos quais se irá examinar os mais característicos.

1. Caso se disponha de meios muito poderosos (ou se a ação que se tem em vista pode colocar em jogo fortes meios de nações aliadas), e se o objetivo é modesto, a simples ameaça de emprego desses meios pode levar o adversário a aceitar as condições que se lhe quer impor; e, ainda mais facilmente, a renunciar a pretensões de modificar o *status quo* estabelecido. Este modelo, de *ameaça direta*, é o que conhece atualmente grande voga, graças à existência da arma atômica, e que serve de base para o imponente edifício da estratégia de dissuasão.

2. Se, ao contrário, o objetivo permanecendo modesto, não se dispõe de meios suficientes para constituir uma ameaça decisiva, procurar-se-á a decisão por meio de ações mais ou menos insidiosas, de caráter político, diplomático ou econômico. Este modelo de *pressão indireta* foi largamente empregado nas estratégias hitleriana e soviética, menos devido à fraqueza de seus meios de coerção, que em virtude da dissuasão decorrente da ameaça direta das forças adversas. É uma estratégia que corresponde aos casos em que a margem de liberdade de ação da força é estreita.

3. Se, estreita a margem de liberdade de ação e limitados os meios, o objetivo é importante, procurar-se-á a decisão através de uma série de *ações sucessivas*, combinando, segundo a necessidade, a ameaça direta e a pressão indireta com ações em forças limitadas. Este modelo, de *ações sucessivas*, foi ilustrado por Hitler, de 1935 a 1939, mas somente deu resultado enquanto o objetivo pareceu de interesse menor. Ao contrário, quando o "mordiscar" põe em jogo objetivos vitais, o modelo deságua, necessariamente, num grande conflito. Com as particularidades decorrentes de sua situação insular, a Grã-Bretanha, geralmente, usou esta estratégia de aproximação indireta, que Liddell Hart reformulou em nossos dias, de forma muito explícita. Ela adapta-se, em particular, ao caso de nações defensivamente fortes (ou bem protegidas pela Natureza), desejosas de obter progressivamente grandes resultados, engajando ofensivamente apenas meios reduzidos. As guerras européias do século XVIII têm mais comumente o caráter de aproximação indireta por meio de ações sucessivas, porque os meios empregados eram relativamente muito limitados.

4. Se a margem de liberdade de ação é grande, mas os meios disponíveis excessivamente fracos para obter uma decisão militar, pode-se recorrer a uma estratégia de conflito de longa duração, visando a promover a usura moral, a lassidão do adversário. Para poder durar, os meios empregados serão muito rústicos, mas a técnica de emprego (geralmente uma guerra total apoiada sobre uma guerrilha generalizada) obrigará o adversário a um esforço bem mais considerável do que ele poderá suportar indefinidamente. Este modelo de *luta total prolongada de fraca intensidade militar* foi geralmente empregado com sucesso nas guerras de descolonização. Seu teórico principal é Mao Tsé-tung. Observemos que

esta estratégia, que exige considerável esforço moral de parte de quem toma a iniciativa, pressupõe forte elemento passional e muito boa coesão da alma nacional. Assim, ela corresponde o mais completamente possível às guerras de liberação. Mas ela somente tem chances de sucesso se o que está em jogo entre as partes é bem desigual (caso das guerras de descolonização), ou bem ela se beneficia de intervenções armadas (caso das guerras de liberação, na Europa, entre 1944-45, e na Espanha, em 1813-14) às quais elas servem de reforço.

5. Se os meios militares de que se dispõe são bastante poderosos, procurar-se-á a decisão pela vitória militar, em conflito violento e, se possível, curto. A destruição das forças adversas na batalha pode ser suficiente, sobretudo se o que está em jogo não é demasiado vital para o adversário. Caso contrário, a ocupação de todo ou de parte do território deverá materializar a derrota aos olhos da opinião pública, para fazer-lhe admitir as condições impostas. Naturalmente, a capitulação moral do vencido poderá ser grandemente facilitada, na hipótese de se dispor de quintas-colunas simpatizantes, como foi o caso nas vitórias da Revolução Francesa e de Napoleão. Essas quintas-colunas poderão mesmo desempenhar papel importante para ajudar as operações militares. Tal modelo de *conflito violento visando à vitória militar* corresponde à estratégia clássica do tipo napoleônico. Seu teórico principal, freqüentemente traído por seus exegetas, demasiadamente impregnados de uma espécie de romantismo wagneriano, é Clausewitz. Ela dominou a estratégia européia do século XIX e da primeira parte do século XX. Considerada, erroneamente, como a única estratégia ortodoxa, engendrou as duas grandes guerras mundiais, de 1914-18 e de 1939-45, que, todas duas, colocaram em evidência os limites do conceito

clausewitziano-napoleônico: a decisão não pode ser conseguida pela operação, sob certos aspectos cirúrgica, da vitória militar, a menos que as possibilidades militares do momento permitam obter, rapidamente, uma vitória militar completa. Ora, esta condição – ver-se-á mais adiante, quando se tratar da estratégia operacional – não existe, a não ser em certos momentos da evolução da tática e das operações. No intervalo entre esses períodos favoráveis, a estratégia clausewitziana não consegue mais que opor, em gigantescos conflitos militares, adversários que se equilibram (estabilização do fim de 1914, vitória continental alemã de 1940, que não pode transpor a Mancha e se atola em uma impossível campanha da Rússia). Nesse caso, a decisão somente ocorre após uma fase de usura recíproca, prolongada e desmesurada em relação ao que está em jogo, após a qual, vencedor e vencido saem do conflito inteiramente esgotados. Além disso, é interessante assinalar que o esquema já fora aplicado a Napoleão, por causa de sua impotência para resolver os problemas inglês e russo. Mas Clausewitz e seus alunos haviam sido obnubilados pelas vitórias do Imperador, a ponto de lhe desconhecerem os limites. Esse erro intelectual, provavelmente, custou à Europa sua preeminência no mundo.

Conclusões

Os cinco modelos que se acaba de indicar representam antes exemplos que uma classificação exaustiva dos diversos tipos de estratégia.

Eles terão, sobretudo, o interesse em bem mostrar a diversidade de soluções, dentre as quais a estratégia deve saber escolher, e em permitir, assim, melhor apreender o *caráter e a origina-*

lidade do raciocínio estratégico. O raciocínio tático ou logístico repousa, quase que exclusivamente, sobre um metodismo visando à aplicação racional dos meios militares para atingir um dado resultado; enquanto que o raciocínio político, ao qual incumbe apreciar aquilo que a opinião deseja, ou pode admitir, deve conferir lugar preponderante à psicologia e à intuição. Já o raciocínio estratégico deve combinar dados psicológicos e dados materiais, através de uma elaboração de espírito abstrata e racional. Esta deve apelar para uma grande capacidade de análise e de síntese: a análise necessária para reunir os elementos do diagnóstico, a síntese indispensável para extrair o diagnóstico, que deve ser, essencialmente, uma escolha.

Ora, esses cinco modelos permitem igualmente colocar em evidência o erro cometido por numerosos estrategos, preconizando apenas um tipo de estratégia. Com efeito, cada modelo corresponde a uma teoria particular, apresentada pelo seu protagonista como a única, ou a melhor solução, enquanto que cada uma delas não é a melhor senão em um quadro de condições bem definidas. À falta de análise suficiente dos fatores da estratégia, as escolhas têm sido freqüentemente guiadas pelo hábito ou pela voga do momento. Assim, os conflitos escaparam ao controle dos governantes e produziram horríveis catástrofes internacionais. Hoje, quando o mundo atravessa uma crise de adaptação sem precedentes, enquanto que as forças científicas, industriais e psicológicas irrompem na arte militar, tornou-se mais vital do que nunca dispor-se de um método de pensamento que permita conduzir os acontecimentos, em lugar de sofrê-los. Donde a importância e a atualidade particular da estratégia.

AS SUBDIVISÕES DA ESTRATÉGIA

Se a estratégia é una, pelo seu objeto e pelo seu método, na aplicação ela necessariamente se subdivide em estratégias especializadas, válidas unicamente para um domínio particular do conflito. É que, com efeito, ela deve levar em conta dados materiais, e que as características dos dados materiais próprios a cada domínio do conflito produzem um sistema de conseqüências diferentes em cada um dos domínios: a estratégia naval, por exemplo, sempre foi diferente da estratégia terrestre etc.

Encontramo-nos em presença, assim, de uma verdadeira pirâmide de estratégias distintas e interdependentes, as quais é indispensável bem definir, para poder combiná-las da melhor maneira possível em um feixe de ações, visando ao mesmo objetivo de conjunto.

No topo das estratégias, imediatamente subordinada ao Governo – e, portanto, à política – reina a *estratégia total*, encarregada de conceber a conduta da guerra total.[4] Seu papel é definir a própria missão, e a combinação de diversas estratégias gerais, política, econômica, diplomática e militar.

Essa estratégia é, essencialmente, a dos chefes de Governo, assessorados pelos seus chefes de estado-maior da defesa nacional e pelos seus conselhos ou comitês superiores de defesa. Como se viu nos modelos precedentes, situados todos no nível da estratégia total, a importância relativa dos diversos domínios político, econô-

---

4. A expressão estratégia total parece mais explícita, jungida à de "guerra total", que a expressão, às vezes, utilizada pelos ingleses (Liddell Hart, em especial), "grande estratégia", ou a usada pelos americanos, "estratégia nacional". Quanto a expressão "defesa nacional", ela não corresponde a coisa alguma, e tem como resultado, sobretudo, confundir idéias.

mico, diplomático e militar, varia bastante segundo as soluções. O domínio militar não é verdadeiramente preponderante senão em um dos modelos, o quinto.

Em cada um dos domínios subordinados, uma estratégia geral (militar, política, econômica ou diplomática) tem como função repartir e combinar as tarefas das ações empreendidas nos diferentes ramos de atividade do domínio considerado. Digamos logo que, se existe efetivamente uma estratégia geral militar, procurando combinar, da melhor maneira, as ações terrestres, aéreas e navais, não existe noção de estratégia geral adaptada ao domínio político (por exemplo, linha política, ação interior, ação exterior, propaganda), ao domínio econômico (por exemplo, produção, finanças, comércio exterior) e ao domínio diplomático. No entanto, é bem nesses domínios que, sem o saber, diariamente se pratica a estratégia. Porque não se age conscientemente, não se tira todo o partido que se poderia tirar de uma ação fundamentada em concepções mais sistemáticas, resultantes de uma forma de raciocínio melhor estabelecida. Todas essas estratégias gerais são as que praticam – ou deveriam praticar – os ministros interessados, assessorados por seu chefe de estado-maior, ou seu secretário geral.

Em cada um dos ramos de atividade subordinados, ainda há lugar para uma categoria distinta de estratégia. É nesse nível que se situa a charneira entre a concepção e a execução, entre o que se quer ou deve fazer, e o que as condições técnicas tornam possível. Esta articulação essencial recebeu dos alemães, no domínio militar terrestre, o nome de *estratégia operacional* ("operativ"). Aqui, ainda, conscientemente ou não, existe uma estratégia operacional em cada ramo, cujo objeto é, não apenas conciliar os objetivos escolhidos pela estratégia geral com as possibilidades determinadas pelas táticas ou as

técnicas do ramo considerado, como, também, orientar a evolução das táticas e das técnicas, para adaptá-las às necessidades da estratégia. Deste fato decorre que a estratégia operacional desempenha papel capital, freqüentemente mal conhecido. Assim, por exemplo, na estratégia terrestre clássica, é no nível da estratégia operacional que intervêm os fatores logísticos e táticos (volume de forças em relação ao espaço, mobilidade estratégica e tática, capacidade ofensiva e defensiva) cujo valor relativo determina a forma das operações (guerra de movimento ou de estabilização, decisão militar rápida ou usura etc), e que, por isso, comandam todas as possibilidades militares da estratégia. Por não se haver reconhecido a importância e o mecanismo dessa estratégia, a estabilização de 1914 e a derrota de 1940 ocorreram de surpresa, quando se poderia tê-las previsto e evitado. Do mesmo modo, é no nível operacional que se deve colocar a estratégia de tempo de paz, que consiste em dotar-se de novos armamentos, sobrepujando os de eventuais adversários. Esta estratégia, que com a arma atômica toma importância talvez decisiva, recebeu o nome de "estratégia logística", e, também, o de "estratégia genética". Somente concebendo-a como uma verdadeira estratégia (e não como um agregado de programas orçamentários e financeiros) e situando-a em seu lugar na pirâmide das estratégias, que se poderá conduzi-la eficazmente, e, assim, manter a dissuasão ao menor preço.

Esta análise das diversas estratégias seguramente não simplifica o problema e mostra toda a complexidade do assunto. Por outro lado, poder-se-á reconhecer que a necessária abstração da estratégia conduz a conclusões práticas; e que estas, à medida que são descobertas, tornam mais inteligíveis as relações existentes entre diversos fatores cujo domínio é absolutamente indispensável, tanto à conduta da guerra como à manutenção da paz.

OS PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA

A estratégia comportará regras permitindo guiar o raciocínio na escolha de soluções? A estratégia militar clássica havia precisado tais regras, e pretendia mesmo nelas ver leis de valor permanente e geral, dando à estratégia uma estabilidade que contrastava com a constante variação dos processos táticos, em função da evolução dos materiais. Temos hoje boas razões para duvidar da estabilidade da estratégia; mas, se regras existem, elas constituiriam o elemento fixo do raciocínio estratégico, cujas aplicações, somente, evoluiriam.

É muito difícil tratar esta importante questão em poucas páginas. Pode-se, no entanto, tentar fazer um rápido exame das idéias nessa matéria. Ver-se-á que as conseqüências que daí se podem tirar são limitadas.

As teorias

As regras formuladas pelos principais autores caracterizam-se pela diversidade. Os resumos que se seguem são, evidentemente, caricaturas sumárias, mas permitirão situar os tipos de leis propostas. Para Clausewitz, existem três regras principais: a concentração de esforços, a ação do forte sobre o forte e a decisão pela batalha no teatro principal, tanto quanto possível sob forma defensiva-ofensiva. Estas regras são do domínio da estratégia geral e da estratégia operacional militares, e correspondem ao modelo número 5 definido linhas acima. Do outro lado, Liddell Hart propõe seis regras positivas e duas negativas, das quais o essencial se resume em quatro regras: dispersão do adversário pela aproximação indireta, surpresa, através de ações imprevistas, ação do forte sobre o fraco e decisão, se necessário, em

teatros secundários. Elas dizem respeito aos mesmos escalões estratégicos que as de Clausewitz, mas correspondem, no geral, ao modelo de estratégia número 3, definido anteriormente. Mao Tsé-tung fixa seis regras: retraimento por "retiradas centrípetas" em face do avanço inimigo, tática dos cinco contra um, suprimento às expensas do inimigo, coesão íntima entre o Exército e a população. Trata-se, ainda, de estratégia geral e operacional militar mas, desta vez, à vista da estratégia do modelo número 4. Lenin e Stalin formulam três regras principais: coesão moral do país e do Exército na guerra total, importância decisiva das retaguardas, necessidade de preparação psicológica da ação em força. Aqui, estamos na estratégia total, em um nível que se pode aplicar a diversos modelos de estratégia. A *escola estratégica americana contemporânea* conclui atualmente por duas regras: dissuasão graduada e resposta flexível. É, ainda, a estratégia total, desta feita correspondendo, com uma preocupação de dissuasão e limitação dos conflitos, à estratégia do modelo número 1. Em tempos mais recuados, Mahan formulara sua famosa regra da importância decisiva do domínio pelos espaços marítimos. Mackinder, pelo contrário, proclama a superioridade do espaço continental. Nos anos 30, Douhet, por seu lado, profetizara o caráter decisivo do poder aéreo. Enfim, a escola estratégica francesa tradicional, representada por Foch, concentrara a estratégia em duas regras de grande abstração: a economia de forças e a liberdade de ação, as quais, por sua abstração mesmo, podem-se aplicar a todas as estratégias.

O conceito central

Como se vê, as regras propostas constituem, antes, a idéia geral de soluções particulares que leis gerais, o que explica sua di-

vergência. Somente as regras estratégicas de Foch são regras em si, mas sua abstração não permite, de modo algum, delas tirar conseqüências práticas, pelo menos à primeira vista. No entanto, veremos que elas constituem um quadro bastante bom para analisar problemas.

Antes, porém, é preciso esclarecer as noções que elas representam. Para fazer isto, não será inútil voltar à nossa definição de estratégia: "a arte da dialética de vontades, empregando a força para resolver seu conflito". Este duelo de vontades gera a oposição de dois esforços simétricos, cada um deles procurando atingir o ponto decisivo do outro, mediante uma preparação tendente a amedrontar, a paralisar e a surpreender – todas elas ações com finalidade psicológica, assinalemos de passagem. Pode-se, por conseguinte, discernir em toda estratégia dois elementos distintos e essenciais: 1) *a escolha do ponto decisivo* que se quer atingir (função das vulnerabilidades adversas); 2) *a escolha da manobra preparatória*, permitindo alcançar o ponto decisivo. No entanto, como cada adversário faz o mesmo, a oposição das duas manobras preparatórias dará êxito aquele dos dois adversários que tiver sabido impedir a manobra adversa e conduzir a sua até seu objetivo. É o que Foch chama, com a estratégia clássica, *conservar a liberdade de ação*. A luta de vontades traz de volta, então, uma luta pela liberdade de ação, cada um procurando conservá-la, e dela privar o adversário.

Caso sejamos bastante mais fortes que o adversário, fácil será conservar a liberdade de ação, empregando tantas forças quanto necessárias para paralisar a manobra inimiga, ao mesmo tempo conservando meios disponíveis bastantes para desfechar o golpe decisivo. Mas esse caso limite é extremamente raro. Normalmente, deve-se saber repartir racionalmente os meios, entre a proteção con-

QUADRO I
Definição partindo da esgrima

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES QUE ELAS PRESSUPÕEM E OBSERVAÇÕES	CONSEQÜÊNCIAS A ESPERAR	
Atacar	Procurar atingir uma vulnerabilidade adversa.	É preciso que a vulnerabilidade seja decisiva, parcial ou totalmente, e que os meios sejam suficientes.	Decisão ou tomada da iniciativa	em vista da liberdade de ação.
Surpreender	Atacar uma vulnerabilidade que não está protegida.	É preciso que a vulnerabilidade não esteja protegida, e que seja suficientemente sensível.	Ruptura do dispositivo e do moral adverso. Tomada da iniciativa	em vista da liberdade de ação.
Fingir	Ameaçar uma vulnerabilidade escolhida, de modo que a parada inimiga descubra aquela que se quer atacar.	É preciso que a vulnerabilidade escolhida seja mal protegida e muito sensível para o adversário.	Força o adversário a cobrir a vulnerabilidade ameaçada. Tomada da iniciativa	Idem
Enganar	Senso estreito: parece ameaçar uma vulnerabilidade e atacar outra.	Como acima, mas a ameaça não visa a determinar uma parada, mas a manter a incerteza.	Prepara a tomada de iniciativa	Idem
	Senso geral: parece ter atitude diferente da que se tem.	A incerteza pode ir até a criar falso sentimento de segurança.		Idem
Enganar	Atingir uma vulnerabilidade, malgrado a oposição adversa.	Os meios devem ser suficientes para esta ação em força. Explora a iniciativa obtida.	Visa a privar o adversário da liberdade de ação, ou a desgastá-lo	em vista da liberdade de ação.

QUADRO I
Definição partindo da esgrima
(continuação)

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES QUE ELAS PRESSUPÕEM E OBSERVAÇÕES		
Fatigar	Forçar o adversário a despender energia e meios para defender suas vulnerabilidades.	Como acima. Mas o processo de desgaste é sempre recíproco. Não é interessante, senão quando os meios forem superiores, ou quando a relação do desgastes for positiva.	Visa a privar o adversário de suas reservas de energia ou de meios e, conseqüentemente, de suas possibilidades de iniciativa.	Idem
Perseguir	Recolocar-se em condições que permitam atingir vulnerabilidades adversas.	Efetua-se por uma esquiva, que visa a retomar a liberdade de ação perdida.	Guardar a iniciativa	Idem
Guardar-se	Estar em uma disposição que permita cobrir, a tempo, suas vulnerabilidades.	Repousa sobre o cálculo de forças e retardos.	Visa à segurança contra uma tomada de iniciativa diversa.	Idem
Desengajar	Mudar suas disposições para induzir o ataque adverso sobre vulnerabilidades protegidas.	Ter os meios necessários. O desengajamento muda o sentido da luta.	Visa ao restabelecimento da segurança	Idem
Parar	Proteger uma vulnerabilidade atacada.	A proteção deve ser eficaz e não obrigar a descobrir outras vulnerabilidades.	Idem	

QUADRO I
Definição partindo da esgrima
(continuação)

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES QUE ELAS PRESSUPÕEM E OBSERVAÇÕES	CONSEQÜÊNCIAS A ESPERAR
Responder	Ameaçar uma vulnerabilidade adversa tal que o inimigo deva abandonar seu ataque.	É preciso que a vulnerabilidade seja decisiva ou, pelo menos, sensível para o adversário.	Visa a retomar a iniciativa } Idem
Esquivar	Colocar a vulnerabilidade atacada fora do alcance do inimigo.	Deve obrigar o adversário a adotar novas disposições. Não deve descobrir outras vulnerabilidades.	Restabelecimento da segurança } Idem
Romper	Esquiva geral, abandonando um objetivo limitado.	O objetivo abandonado não deve ser decisivo.	Restabelecimento da segurança } Idem
Ameaçar	Adotar disposições que permitam atacar uma vulnerabilidade adversa.	1º) Ter os meios. 2º) Ameaçar uma vulnerabilidade suficientemente sensível.	Visa a limitar a liberdade de ação adversa } Idem

tra a manobra preparatória adversa, sua própria manobra preparatória e a ação decisiva. Esta repartição ótima é o que a estratégia clássica chama *economia de forças*.

Assim, a análise do esquema da luta em termos abstratos volta sistematicamente à fórmula seguinte: *atingir o ponto decisivo, graças à liberdade de ação obtida por uma boa economia de forças*. No entanto, é preciso, agora voltar a decompor este "concentrado", para poder utilizá-lo, procurando os meios suscetíveis de promover a economia de forças e a liberdade de ação.

Chegamos aqui ao limiar de um estudo que raramente foi empreendido de forma sistemática, o que não contribuiu pouco para manter sobre essas questões uma espécie de esoterismo. Trata-se da *análise das diversas possibilidades oferecidas à decisão estratégica*.

Os elementos da decisão estratégica

Digamos que toda a solução estratégica diz respeito a "três eixos de coordenadas": o tempo, o lugar, a quantidade de forças materiais e morais que definem uma situação instantânea; e, enfim, a um fator complexo, que chamaremos manobra, o qual determina a sucessão e a relação de situações sucessivas.

a) *o fator manobra* – este último fator, que em certa medida comanda os outros, é o resultante da dialética da luta, da esgrima abstrata de dois combatentes. A comparação com a esgrima permite reconhecer, imediatamente, certo número de tipos de ações e reações:

ofensivamente – "atacar", operação que pode ser preparada ou seguida pelas ações de "ameaçar", "surpreender", "fingir", "enganar" "forçar", "cansar" e "perseguir"; ou seja, oito tipos.

QUADRO II
Equivalência nas diversas estratégias

AÇÃO	EQUIVALÊNCIAS EM ESTRATÉGIA MILITAR 1939-45	EQUIVALÊNCIA EM ESTRATÉGIA DE DISSUASÃO	
		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Atacar	Operações Overlord - 1944 Ardenas - 1940	Obter um progresso técnico, colocando em inferioridade o sistema de segurança do adversário.	Armas termonucleares dos EUA e, depois, da URSS. Programa de foguetes soviéticos. Cuba 1962.
Surpreender	Ofensiva alemã nas Ardenas em 1944. Desembarque na África do Norte.	Obter um progresso com grande avanço sobre as previsões.	Foguetes soviéticos, bombas atômicas e termonucleares soviéticas.
Fingir	Ofensiva alemã de 1940, na Holanda.	Engajar o adversário, por meio de progressos, ou esconder os progressos que faz.	Bombardeios soviéticos de 1955 (?)
Enganar	Ameaça aliada sobre Boulogne, em 1944, antes do desembarque.	Fazer crer que se vai realizar certos progressos, ou esconder os progressos que se faz.	Espaço?
Forçar	Batalha da Normandia, Saint-Lo, El Alamein.	Ultrapassar o adversário em desempenho, num domínio em que ele faz esforços.	Aumento do teto e da velocidade dos aviões dos EUA em 1955.
Fatigar	Verdun (1916). Stalingrado e Campanha da Rússia. Bombardeios aéreos aliados na Alemanha.	Obrigar o adversário a fazer despesas importantes e maiores do que as suas próprias, em um domínio em que a corrida está engajada.	Toda a corrida tecnológica.
Perseguir	Campanha da França de 1940, do lado alemão. Idas e voltas da Campanha da Líbia.	Explorar uma superioridade para obter uma vantagem política parcial.	Cobertura soviética ao Egito e a Cuba. Operação do Líbano.

QUADRO II
Equivalência nas diversas estratégias
(continuação)

AÇÃO	EQUIVALÊNCIAS EM ESTRATÉGIA MILITAR 1939-45	EQUIVALÊNCIA EM ESTRATÉGIA DE DISSUASÃO	
		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Parar	Batalha da Normandia, do lado alemão.	Restabelecer o valor do sistema de segurança, por meio de intervenções ou de realizações.	Linha DEW.* Submarinos atômicos e reforços de misseis Polaris dos escudos.
Responder	Batalha das Ardenas, de 1944, do lado alemão.	Responder a um progresso com outro progresso, colocando em inferioridade o sistema de segurança adversário.	Programa de foguetes soviético. Cuba, 1962, lado americano.
Esquivar	Retraimento alemão para a Lorena, após a Batalha da Normandia.	?	?
Romper	Armistício francês de 1940.	Acordo de armamentos ou retirada política, para evitar o *showdown*.**	Cuba, 1962, lado soviético.
Guardar-se	Defesa da Grã-Bretanha, em 1940.	Estar adiantado em relação aos progressos adversos.	Corrida tecnológica e informações.
Desengajar	Guerra naval no Mediterrâneo, em 1942, para isolar Rommel na Líbia.	Obter um progresso que obrigue o adversário a modificar suas disposições ofensivas.	Arma atômica tática.
Ameaçar	Ameaças de desembarque aliado na França até 1944.	Disposições podendo conduzir ao desencadeamento da ascenção aos extremos.	Força de *frappe*.*** Armas atômicas táticas. Tática de sobrevivência.

* DEW: Distant Early Warning Line (1953) – Linha de radares instalados no norte da América do Norte, para dar alarme sobre ataques de aviões ou de misseis vindos do Norte.

** *Show down*: momento decisivo, cartas na mesa, hora da verdade.

*** *Force de frappe*: nome da força nuclear estratégica, a força da dissuasão francesa, força de ataque.(Notas do Tradutor)

defensivamente – "guardar-se", "parar", "responder", "desengajar", "esquivar-se", "romper"; ou seja, seis tipos.

Do mesmo modo, no que concerne às forças, podem-se conceber cinco tipos de decisão: "concentrar", "dispersar", "economizar", "aumentar", "reduzir".

Essas dezenove alternativas, combinando um critério de tempo e de lugar, constituem o teclado do jogo estratégico.

O quadro número I dá a cada um destes tipos de ação uma definição de caráter geral, indica as condições que pressupõem e resumem os resultados que se podem esperar. Ver-se-á que todos eles dizem respeito à *liberdade de ação*, seja para tomá-la, seja para retomá-la, seja para dela privar o adversário. Ver-se-á, também, que o meio de ter-se liberdade de ação é saber-se assegurar *a iniciativa, fator essencial da manobra*.

Estas considerações partindo da esgrima, à primeira vista, poderiam parecer não ter senão relações longínquas com a estratégia moderna. Não é assim. O quadro II mostra, a título de exemplo, as formas de ação correspondentes a cada uma das soluções: primeiro, na estratégia militar da Guerra 1939-45, depois, na estratégia atual de dissuasão. Quadro análogo poderia ser feito para a estratégia total, a estratégia indireta, e até para as estratégias financeira, diplomática ou política. Vê-se, por exemplo, que o equivalente estratégico da Batalha das Ardenas, de 1944, é, em termos de estratégia de dissuasão, o programa soviético de foguetes intercontinentais; e que o equivalente estratégico da campanha naval aliada no Mediterrâneo, de 1943-44, é o desenvolvimento da arma atômica tática. A noção de segurança, classicamente à base de forças convenientemente repartidas, na dissuasão torna-se em uma dianteira sobre o progresso do adversário; a liberdade de ação,

que resultava da iniciativa, na dissuasão depende da margem de potencial (segurança) e, também, da capacidade de sobrevivência e da incerteza sobre as possibilidades de ascensão aos extremos (ameaça).

O reconhecimento dessas equivalências é extremamente importante, para introduzir na conduta da estratégia uma noção *consciente* da manobra que se desenrola e das possibilidades de reação que devem ser contempladas.

b) *doutrinas de manobra.* Para escolha dessas reações, encontramo-nos na presença de diversas doutrinas opostas.

A primeira, que chamo doutrina de *dinâmica racional*, considera o valor das forças em presença e recomenda a solução mais conforme com o melhor rendimento dessas forças: procurar-se-á a concentração de esforços, a fim de poder desfazer a massa principal inimiga, o que levará à derrota de todo o resto. A luta será conduzida do forte para o forte, e a decisão deverá acontecer no teatro principal. Esta estratégia é a que tinha sido deduzida ao fim do século XIX, das teorias de Clausewitz, e é a que inspirou a França no famoso Plano 17, de 1914-15.[5]

A segunda, que chamo a doutrina *das combinações*, considera o valor psicológico da ação que se vai empreender, e recomenda escolher a solução que terá por efeito desviar, desorientar, e "iludir" as previsões do adversário: isto conduzirá, mais freqüentemente, a dispersar suas próprias forças (ou esforços) para levar o adversário a fazer o mesmo; e a buscar a vitória por meios de ações do forte para o fraco, se necessário em teatros secundários, ou mesmo excêntricos. Esta estratégia foi brilhantemente apresentada em nos-

5. Plano do Exército francês do início da Primeira Guerra Mundial, fundamentado na idéia da ofensiva *à outrance*, previa um ataque para destruir o centro alemão.(Nota do Tradutor)

sos dias por Liddell Hart, a título de antídoto para a estratégia de Clausewitz, como uma tradição essencialmente britânica.[6]

Existem igualmente outras doutrinas, atualmente obsoletas: a *doutrina geométrica*, deduzida pelos prussianos da ordem oblíqua de Frederico II, e a *doutrina geográfica* de Jomini, correspondendo a uma interpretação das vitórias de Napoleão.

Na realidade, nenhuma dessas doutrinas apresenta valor absoluto. Excetuando-se a doutrina geométrica, verdadeiramente morta (mas a doutrina francesa de 1939 não a havia retomado, sobre outra forma?), cada uma dessas doutrinas corresponde a um jogo, que pode ser o melhor, em certos casos; o pior, em outros: a "dinâmica racional" corresponde, seja ao caso em que se é o mais forte (para que, então, tantas modalidades?), seja ao caso em que um adversário superior em forças dispersou-se perigosamente. As "combinações" impõem-se quando se é o mais fraco e serão sempre úteis para assegurar a superioridade; sob a condição de que, naturalmente, saiba-se evitar dispersar-se mais do que o inimigo. A "geografia" desempenha papel muito importante na estratégia militar, quando o teatro de operações é pobre em comunicações (como era o caso da Europa à época de Napoleão), e forma um tabuleiro bem definido. (Nos nossos dias o tabuleiro é constituído pelos continentes e mares).

A escolha das reações deve, então, ser guiada unicamente pelo estudo da situação particular, e deveremos, com maior freqüência, utilizar sucessivamente diversas doutrinas.

c) Os *modos da estratégia*. No entanto, no estudo de um plano de operações, geralmente, ser-se-á conduzido a definir uma *atitude de conjunto*, referente à doutrina que melhor corresponde à situa-

6. Cf *The British way in Warfare and Strategy*.

ção relativa das duas partes. Volta-se, assim ao problema geral da escolha de um dos "modelos" que examinamos mais acima. No plano das idéias, esses diversos modelos ordenam-se segundo dois "modos" principais: a estratégia direta e a estratégia indireta.

A estratégia direta, que corresponde aos modelos números 1, 3 e 5, outra não é que a concepção fundada na busca da decisão – ou da dissuasão – pelo emprego – ou pela existência – de forças militares consideradas como meio principal. Por conseguinte, é antes de mais nada a da estratégia de Clausewitz, que não é senão a generalização da concepção baseada sobre a "dinâmica racional". É ela que inspirou os chefes da guerra de 1914 e os chefes alemães e americanos da guerra de 1939-45. É ela, ainda, que reina sobre a oposição potencial das forças nucleares. A estratégia direta pode igualmente empregar o conceito das "combinações", notadamente no que concerne à aproximação indireta.

A *estratégia indireta* corresponde aos modelos números 2, 3 e 4. Ela inspira todas as formas de conflito que não buscam diretamente a decisão pelo afrontamento das forças militares, mas por processos menos diretos, seja na ordem política ou na econômica (guerra revolucionária), seja mesmo na ordem militar, procedendo através de ações sucessivas, cortadas por negociações (estratégia hitleriana de 1936 a 1939). Essa estratégia conhece voga cada vez maior, desde que a ameaça de guerra integral no modo direto parece dever conduzir a destruições recíprocas inaceitáveis. Complexa e sutil, sua teoria ainda é mal conhecida. Seu papel é permanente na guerra fria, e talvez seja hoje a única estratégia que se possa utilizar, desde que a ameaça das armas atômicas paralisa a estratégia direta.

Na realidade, esses dois modos coexistem e se completam. A dialética do mundo atual comporta simultaneamente uma dialéti-

ca nuclear, no modo da estratégia direta, que tende a neutralizar reciprocamente os grandes potenciais econômicos e industriais, enquanto que, pelas fissuras do sistema de dissuasão assim criado, insinuam-se as ações multiformes da dialética política, no modo da estratégia indireta. A estratégia, como a música, possui um modo maior e um modo menor.

d) *Fator variabilidade*. Isto não é tudo. Um outro fator importante na elaboração do conceito estratégico deve ser sublinhado, o da *variabilidade dos meios e do meio*.

Com efeito, o mundo evolui muito rapidamente, em especial na nossa época. Tudo está em perpétua transformação. A Alemanha de 1963, por exemplo, não tem absolutamente as mesmas possibilidades que em 1938. A opinião mundial não mais é animada das mesmas crenças e não mais reage do mesmo modo. Os instrumentos da estratégia variam igualmente, com velocidade aterrorizante: o avião de 1945 estava obsoleto em 1950. O de 1950 é inutilizável em 1960 etc.

Decorre daí que o estratego não se pode apoiar com segurança sobre precedente algum, e que não pode dispor de nenhuma unidade de medida estável. Os cálculos devem apreciar constantemente o valor de uma realidade em mutação, não somente no presente como no futuro, e a muitos anos de distância. Isto cria considerável dificuldade suplementar. Em lugar de deduções firmes e objetivas, a estratégia é obrigada a proceder sob *hipóteses*, e a criar suas soluções por meio de verdadeiras *invenções*.

Este aspecto da estratégia é um dos que, até estes últimos anos, haviam sido os menos compreendidos. Durante tempo excessivamente longo, a evolução fora bastante lenta para fazer crer na possibilidade de fundamentar-se na experiência. Se hoje o mé-

todo histórico conserva certas possibilidades, ele está longe de ser suficiente, e o espírito clarividente de Valéry há longo tempo havia reconhecido tal perigo. Adstrita a hipóteses, a estratégia deve manobrar no tempo, como aprendera a fazê-lo no espaço; longe de proceder por hipóteses rígidas e sujeitas ao acaso, como quereriam certas teorias recentes, geralmente americanas, fundamentadas em uma análise matemática das *probabilidades*, a estratégia pode fundamentar-se em um feixe de possibilidades, e organizar-se de tal sorte que essas possibilidades sejam acompanhadas, para determinar, a tempo, as que se verificam e se desenvolvem, e as que desaparecem. Aí, ainda, introduzir-se-á um fator de manobra, isto é, de previsões contra-aleatórias, que permitirá acompanhar o mais de perto possível a evolução.

Quanto a invenção, indispensável para encontrar, com instrumentos novos ou renovados, a solução futura correspondente a uma situação futura apreciada, ela escapa a qualquer regra. Digamos, somente, que ela deve excluir a rotina – tão fortemente ancorada nas tradições militares fixadas pelos "regulamentos" – e apelar para a imaginação e para a meditação.

Essas realidades incontestáveis da estratégia moderna, promovidas assim como nossa civilização, pelo progresso exponencial da ciência, deveriam conduzir a uma profunda reforma de nossos hábitos. O importante não mais é o presente, mas o futuro. Os retardos na realização de não importa que manobra (criação de materiais novos, mudança de atmosfera psicológica, modificação de equilíbrios internacionais etc) exigem anos e comandam o futuro. A *preparação tem precedência sobre a execução.* Quer dizer que se tornou fútil despender milhões de francos para uma defesa nacional cujo valor futuro seria incerto, enquanto que é essencial *ser infor-*

mado e *prever*. Estas duas necessidades determinam dar-se hoje ênfase (e prioridade nas despesas) a possantes órgãos de informações e de estudos, capazes de acompanhar a conjuntura e de conduzir a manobra de evolução das forças, mediante decisões calculadas, tomadas a tempo. É aqui, talvez, que repouse a reforma mais urgente e a mais importante, se nos quisermos manter à altura de nossa época.

Terminarei este rápido exame com uma comparação que é apenas uma caricatura: o estratego é comparável a um cirurgião que deveria operar um doente em estado de crescimento constante e extremamente rápido, sem estar seguro de sua topografia anatômica, trabalhando sobre uma mesa de operações em perpétuo movimento, e com instrumentos que deveria ter encomendado com pelo menos cinco anos de antecedência...

Conclusões

Vê-se o quanto a partida de xadrez da estratégia pode ser complexa: ela se desenrola ao mesmo tempo e com o mesmo número de alternativas no nível de cada uma das estratégias que se devem combinar para uma mesma decisão. Um cérebro eletrônico poderia ajudar, mas não poderia prever todas as possibilidades de ação e de reação mais além de alguns golpes! É o que explica que a conduta "científica" da estratégia jamais tenha sido tentada. Quando ela o foi, no período napoleônico, em especial[7] – é porque as condições particulares da época permitiam reduzir consideravelmente o número de fatores em jogo.

---

7. Ver a análise da campanha de 1806 na Itália, por Piere Vendryes (em *De la Probabilité en Histoire*).

No caso geral, o estratego teve que apreciar, por estimativa, os fatores muito numerosos que seriam essenciais, e limitar seu raciocínio a esses fatores. É o que faz com que a estratégia seja uma arte e não uma ciência. Nenhum artista jamais pintou um quadro partindo de uma lista completa de regras teóricas. Somente algumas vezes, ele recorreu a certas regras, para verificar se sua obra se "mantinha de pé".

Acontece o mesmo com a estratégia, e é isto que explica que aí se tenham podido cometer tantos erros.

APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Napoleão, referindo-se às regras de bom senso da estratégia, disse ser ela "uma arte simples, mas toda de execução". Isto implica em sublinhar a importância da aplicação. É evidente ser necessário muita resolução, cabeça fria, para que as decisões permaneçam calculadas, e uma vontade feroz, para manter o esforço na direção do objetivo visado. Estas são qualidades raramente reunidas; daí o pequeno número de verdadeiros homens de guerra, pois eles devem ser, ao mesmo tempo, pensadores e homens de ação.

No entanto, no plano das idéias, a execução levanta um problema capital, cuja incompreensão levou a numerosas derrotas – dentre as quais a da França, em 1940 – quero falar das relações entre a estratégia e as táticas. Assim como a estratégia é o meio de aplicação da política violenta, as táticas são os meios de aplicação da estratégia. Quer dizer que as estáticas devem ser subordinadas à estratégia, e não o contrário.

Ora, numerosas obras, só para falar nos contemporâneos Fuller, Rougeron e Toynbee, por exemplo, explicam toda a evolução da

estratégia pela evolução das técnicas: a falange, a legião, a catafrata,[8] o arqueiro turcomano, a pólvora para canhão, o fuzil de tiro rápido, a metralhadora, a estrada de ferro, o carro de combate e a motorização, o avião, a arma atômica etc, marcaram as grandes mudanças; portanto, todo o esforço deve se dirigir para a invenção e técnicas novas e para o desenvolvimento de táticas apropriadas. A estratégia que terá de empregar essas táticas deve ser subordinada a elas.

Trata-se aqui de um contra-senso extremamente grave, e tanto mais perigoso porque contém grande parte de verdade, mas uma parte, somente.

O que é verdade é que o avanço técnico constitui fator essencial do poderio. Todo o mundo compreende que não se pode deter um carro de combate com fuzis, nem abater um avião com flechas, ou que a superioridade adquirida pelos romanos, graças ao armamento e à tática de sua legião permitiu-lhes conquistar a maior parte do mundo antigo. É bem evidente que o avanço técnico e tático confere vantagem considerável a quem dele se beneficia, e isto porque este avanço confere à estratégia meios suplementares ou mais eficientes.

Mas este avanço pode revelar-se inútil, caso for empregado em favor de uma estratégia má. Aí está o ponto essencial, que é necessário estar sempre presente no espírito. Lembremo-nos de nossas recentes experiências na Argélia, por exemplo: será que nosso armamento e nosso equipamento modernos nos permitiram obter a decisão? Não há, com efeito, tática ótima em si, mas toda a tática somente vale em relação à do adversário. Pudemos consta-

8. Armadura de cavaleiros, feita de tecido ou de pele, sobre a qual eram costuradas lâminas de metal, dispostas como escamas. (Nota do Tradutor)

tar, por exemplo, que o avião e o carro de combate são colocados em xeque pela guerrilha; e que a arma atômica não permitiu aos Estados Unidos obter na Coréia algo além de um armistício de compromisso. Isto quer dizer que há alguma coisa que deve dominar a tática: a escolha das táticas. Caso se escolha combater os carros com infantaria a pé, como em 1940, certamente se está derrotado; do mesmo modo na hipótese de escolher-se reduzir a guerrilha por uma tática de fortins, como fez em certo momento Chang Kai-Chek. Ora, *a escolha das táticas é a estratégia*. É a estratégia que decidirá a forma de conflito, ofensivo ou defensivo, insidioso ou violento, direto ou bem progressivo e indireto; se a luta será procurada no domínio político ou no domínio militar, se se empregará ou não a arma atômica etc. Teria sido insensato para os felagas buscar o sucesso por uma prova de força no domínio financeiro ou industrial, ou por uma batalha regulada, do tipo 1940 ou 1945. Por outro lado, no entanto, é perfeitamente lógico que eles tenham escolhido uma tática de guerrilha, que visava à decisão apenas através da lassidão francesa, e apoiando-se na conjuntura internacional. É isto a estratégia, e é ela, que deve comandar.

A estratégia, além, do mais, deve não apenas escolher as táticas, mas, deve, igualmente orientar a evolução das táticas, a fim de que estas possam desempenhar seu papel necessário em vista da decisão. É assim por exemplo, que uma tática ofensiva de 1918, demasiado lenta para efetuar a ruptura, representava bem uma *tática possível*, mas que não correspondia às necessidades da decisão; a "tática necessária", do ponto de vista da estratégia operacional, reclamava velocidade de progressão maior, aquela que os alemães obtiveram em 1940 com suas divisões blindadas. Aceitando uma tática que não levava à "tática necessária", nós nos condenamos a

uma estratégia militar estéril. O papel da estratégia militar, por conseguinte, é fixar para as técnicas e para as táticas o objetivo em direção ao qual elas devem tender em suas invenções e em suas pesquisas. Somente assim a evolução será orientada para direções compensadoras, porque visarão ao objetivo da luta: a decisão.

CONCLUSÕES

Em *Siegfried*, a peça de Giraudoux, vêem-se aparecer, de tempos em tempos, generais alemães à procura de uma fórmula geral da guerra, que seria uma espécie de pedra filosofal, permitindo resolver todos problemas. Essa imagem é uma caricatura da estratégia, como a alquimia é uma caricatura da ciência. A guerra é um fenômeno social demasiado complexo para se deixar dominar por não importa que fórmula simples que não seja uma evidência. No entanto, a ciência moderna terminou por realizar as transmutações esperadas pelo alquimista, mas através de vias bem diferentes daquelas da alquimia. A mesma ciência moderna, que descobre atualmente a sociologia, tem o dever de buscar os meios de conduzir os destinos da Humanidade, até aqui abandonada aos empirismos mais sumários.

Nessa busca, a estratégia deve constituir uma das disciplinas importantes, porque é o *meio de ação* da política internacional, e não é impossível que seus procedimentos sejam aplicáveis no domínio da política, simplesmente, e mesmo em todos os domínios em que duas vontades de se confrontam.

Não é senão pelo conhecimento do método e dos processos da estratégia e por seu emprego consciente, que as lutas inevitáveis poderão ser conduzidas, economizando-se os erros que causaram o

desmoronamento da Europa. Pode-se mesmo esperar que, graças a esse domínio, numerosos conflitos poderão ser evitados; e mesmo – por que não? – o conhecimento da arte da luta levará à elaboração de uma verdadeira arte da paz, fundada não mais sobre tendências morais, mas sobre realidades eficazes, como a atual estratégia de dissuasão.

Mas a estratégia é somente um meio. A definição dos objetivos que ela deve procurar atingir pertence ao domínio da política e decorre, essencialmente, da filosofia que se quer ver dominar. O destino do homem depende da filosofia que ele escolherá para si e da estratégia pela qual ele procurará fazê-la prevalecer.

Capítulo II

ESTRATÉGIA MILITAR CLÁSSICA

CARÁTER EVOLUTIVO DA ESTRATÉGIA MILITAR

A estratégia militar clássica deveria ser melhor conhecida. Não é assim, porque as regras que a dirigem têm sido geralmente obscurecidas por certos fatores contemporâneos, cuja importância parecera dever ser permanente, enquanto que eles deveriam ceder lugar a outros fatores preponderantes. Eis porque estudar-se-á neste capítulo o problema do ponto de vista da evolução do fenômeno, sobretudo, a fim de destacar-lhes as grandes linhas, pois somente elas permitirão compreender seu caráter.

A guerra militar clássica sempre se colocou no quadro da guerra total. Sempre existiu um importante componente, econômico e financeiro (sem dinheiro, não há suíços...[1]). Sempre houve um componente diplomático evidente (neutralidade, coalizões etc.). Freqüentemente, houve um componente político considerável, de

1. Dito de Napoleão, traduzindo o fato de que, sem dinheiro, não seria possível recrutar soldados suíços. (Nota do Tradutor)

caráter ideológico (os armanhaques e os borguinhões, os huguenotes e a Liga, os "patriotas" da época da Revolução e do Império, as democracias e o nazismo etc). Esse componente, de importância variável, raramente esteve ausente dos conflitos.

Nesse quadro total, que correspondia às preocupações do Governo e do soberano, o *papel dos exércitos* foi variável. Se, geralmente, ele foi preponderante, na verdade não foi decisivo, a não ser em certos períodos favoráveis; e, em outras ocasiões, encontrou-se reduzido a uma função quase que auxiliar. Tal variação do papel dos exércitos decorre, evidentemente e em primeiro lugar, das qualidades relativas dos chefes da guerra em presença; e também, quaisquer que sejam essas qualidades, da aptidão mais ou menos grande das Forças Armadas para obter uma decisão militar completa. A cada época, a estratégia total foi levada a utilizar os meios (econômicos, diplomáticos políticos ou militares) que se mostraram mais eficazes. Eis porque as Forças Armadas não desempenharam papel preponderante, salvo quando tiveram o poder de conduzir, sozinhas, à decisão.

Essa capacidade de decisão das Forças Armadas variou profundamente ao longo da História, em função das *possibilidades operacionais* do momento, as quais decorriam do armamento, equipamento e métodos de guerra e do suprimento de cada uma das partes oponentes. Ora, essa variação muito raramente foi computada de modo justo. Pelo contrário, a evolução geralmente surpreendeu os dois adversários, que tiveram de escolher às cegas soluções novas levando à decisão. Excepcionalmente um chefe militar de gênio – Napoleão permanece o modelo – soube assegurar-se uma superioridade temporária graças à dianteira, do pensamento e, por conseguinte, graças à compreensão, que soube ter. Mas essa própria dian-

teira terminou por ensinar ao adversário as adaptações necessárias e, ao fim de certo tempo, o jogo voltou a ser igual.

Assim, um dos elementos essenciais da estratégia militar clássica sempre foi compreender as transformações da guerra mais depressa que o adversário e, em conseqüência, estar em condições de prever a influência de fatores novos. Estes, alternativamente, permitiram, ou impediram, a defesa vitoriosa de praças fortes, a batalha decisiva, ou as operações fulminantes. Através de grandes fases sucessivas, a guerra achou-se ora "curta e alegre", ora esgotante e prolongada, ora mesmo incapaz de levar a resultados substanciais. A cada mudança de fase, os contemporâneos ficaram desorientados, porque as receitas antigas haviam perdido seu poder. Mas as receitas novas, que pareciam responder definitivamente às dificuldades encontradas, nem sempre tiveram mais que eficácia efêmera. É, por conseguinte, a plena compreensão do mecanismo de evolução do caráter decisivo das Forças Armadas que constitui a chave principal da estratégia militar.

A ESTRATÉGIA DA BATALHA

A decisão militar em estado puro é a que resulta da *batalha vitoriosa*.

O mecanismo da batalha, sob formas muito diferentes, decorre de um esquema relativamente simples. Com efeito, o caráter essencial da batalha (terrestre) reside no afrontamento de dois muros humanos, formados de combatentes.

Essa disposição em muralha provém da necessidade, para cada combatente, de ver seus flancos e sua espalda cobertos por vizinhos. Cada um cobrindo e sendo coberto, chega-se em boa hora

a constituir fileiras mais ou menos cerradas e mais ou menos multiplicadas em profundidade, segundo as características táticas do momento. No entanto, essa proteção cessa na extremidade da fileira, o que faz dos flancos a parte naturalmente vulnerável do dispositivo. Tal fraqueza dos flancos conduziu, em primeiro lugar, a procurar a decisão pelo *desbordamento*; depois, pelo envolvimento do flanco adverso, apresentando uma frente de batalha mais extensa que a do adversário. Porém, como tal extensão da frente, salvo quando as forças em presença eram muito desiguais, levava ao enfraquecimento em alguma parte da linha de batalha, tinha-se igualmente a possibilidade de explorar essa situação, por meio de uma ação visando à *ruptura* das fileiras adversas, criando para o inimigo, artificialmente, novos flancos vulneráveis. Assim, a finalidade da batalha consistia em desorganizar o dispositivo coerente, constituído pela muralha de combatentes, e esta desorganização resultava de um envolvimento ou de uma ruptura.

Uma vez rompido o muro inimigo, a defesa estava desorganizada. O perigo daí resultante para cada soldado produzia um choque psicológico, levando à desintegração dos laços morais que unem os combatentes. O exército deslocado transforma-se em multidão de indivíduos. Na antiguidade, essa multidão tornava-se presa cômoda para o vencedor. Era o "caedes", a fase do massacre, na qual o vencido era passado a fio de espada, enquanto que o vencedor não sofria mais que perdas ligeiras. Nos tempos modernos, o afastamento dos combatentes transformou o "caedes" em derrota, fase de fuga e de perseguição que impede a reconstituição do exército em um conjunto coerente.

A manobra de desbordamento requer mobilidade maior que a da linha de batalha. Eis porque as alas foram tradicionalmente

constituídas por cavalaria e, mais recentemente, por tropas mecanizadas e blindadas. A manobra de ruptura reclama potência ofensiva superior, obtida por uma boa combinação de elementos de choque (cavalaria encouraçada, elefantes, carros de combate) e de meios de fogo diversos (flechas, pilum,[2] máquinas de guerra lançando projetis de pedra, fogos de infantaria e de artilharia) dispondo de mobilidade bastante para rapidamente romper a frente adversa.

A escolha entre esses dois modos de ataque dependeu das circunstâncias do terreno e da relação de forças; foi, também, muito estreitamente comandada pela eficácia da técnica ofensiva contra a tática defensiva do adversário. Esta aperfeiçoou-se constantemente. Fundada, em sua origem, na esgrima com a arma branca de cada combatente das fileiras, protegido ou não por um escudo e, às vezes, por obstáculo formado por um fosso ou por estacas pontiagudas, muito cedo comportou o emprego de numerosos tipos de projéteis, da flecha ou da funda à balista, da pistola à bala de canhão e ao obus. O ataque, então, teve de adaptar-se a essas dificuldades, por meio de táticas adequadas, lançando mão de fogos mais potentes, capazes de neutralizar os meios de fogo adversos (isto é, de reduzir suficientemente sua eficácia), ou mesmo de destruir a muralha de combatentes, no ponto onde se desejava rompê-la. Em certas épocas, a qualidade do armamento deu superioridade à defesa; em outras, ao ataque, o que levou a combinações muito diferentes.

Naturalmente, esse esquema da batalha complica-se, em decorrência do fato de que a ação de envolvimento ou a de ruptura é sempre *preparada* por uma esgrima apropriada, de fintas e de desgaste. A idéia central desta esgrima é fixar as forças adversas, abalar seu moral, pelo medo, a fadiga e as perdas; e, depois, concentrar

2. Dardo utilizado pela infantaria romana. (Nota do Tradutor)

o esforço sobre um ponto decisivo, na ala ou no centro. Mas o inimigo normalmente dispõe de reservas, que lhe permitiriam aparar esse golpe decisivo. A preparação deve, por conseguinte, levar o adversário a gastar suas reservas, seja fazendo-o engajá-las sem razão, graças a uma finta, seja desgastando-as pelo combate. Assim, a batalha comporta uma fase de preparação, mais ou menos longa, seguida de uma fase de acabamento.

Reduzida ao essencial, a estratégia da batalha é, assim, simples. O que lhe dá toda a sua complexidade é que os combatentes são homens, e não máquinas, mesmo quando se utilizam de máquinas. O Exército é uma multidão organizada, cujo cimento está na disciplina e na confiança recíproca. Em conseqüência, mais além de todas as combinações relativas às "coisas materiais", a arte consiste em saber reforçar ou manter esse laço psicológico em suas próprias tropas, e em saber esgarçá-lo nas do inimigo. *Por conseguinte, o elemento psicológico é preponderante.* É ele que conduz às técnicas e às combinações mais variadas, desde as máscaras aterrorizadoras e os gritos de guerra, ou as bombas silvantes dos *stukas*,[3] até as manobras feitas de fintas e de surpresas, para produzir o que Napoleão chamara o *acontecimento*, cuja aparição deve levar à queda brutal do moral adverso. Essa estratégia do acontecimento escapa a qualquer codificação. Às vezes, ele se dirigirá ao combatente das fileiras; às vezes, visará tão-somente ao chefe inimigo, arruinando sua confiança nas próprias disposições. Eis porque a decisão militar pura foi por vezes o resultado de uma estratégia superior, sem que a batalha tenha sido séria.

---

3. Abreviatura de *Sturzkampfflugzeug*, avião de bombardeio em mergulho alemão, da Segunda Guerra Mundial. (Nota do Tradutor)

Esse esquema, no entanto, é essencialmente terrestre. No mar ou nos ares, o elemento psicológico desempenha papel menos importante, porque o elo entre os combatentes é assegurado pelo material: não se pode abandonar nem seu navio, nem seu avião. Devido a isto em estratégia marítima e aérea, o fator material foi, de um modo geral, preponderante: as considerações de velocidade, capacidade de manobra, alcance, proteção ou do volume da rajada são, normalmente, decisivas. Também, em lugar de procurar, como em terra, a desorganização, dever-se-á visar à *destruição física*. A Marinha conta em termos de embarcações afundadas, a aviação em termos de aviões destruídos. O corolário desta lei é que o combate será mais freqüentemente evitado, quando o jogo não for igual. Decorre daí que a superioridade material levará a uma dissuasão importante, pela sua simples existência *in being*.[4] Outra diferença importante das estratégias aérea e marítima é que no mar e nos ares não existe o equivalente ao "terreno", em toda a sua diversidade. Travando-se numa superfície uniforme ou no espaço, tendo como acidentes únicos o vento, o sol e as nuvens, a batalha toma caráter muito mais esquemático que em terra. Enfim, a noção de fileira, predominante em terra, no mar desempenhou papel apenas passageiro, e, nos ares, jamais se pôde aplicar. A batalha aérea, soma de ações individuais, ordena-se em função do desgaste material do adversário, através da destruição no solo ou nos ares. Assim, ela difere profundamente da concepção da batalha terrestre.

A propósito, pode-se notar que, em nossos dias, essa diferença fundamental exerce importante influência sobre os conceitos relativos à guerra. A estratégia terrestre, baseada na desorga-

---

4. *In being*: de existência real, ou admitida como real; para pronto emprego. Nota do Tradutor)

nização, busca a decisão pelas combinações e pela manobra. A estratégia aérea busca, unicamente, a destruição física, e raciocina, em grande parte, com potenciais. Estes dois conceitos opõem-se e combinam-se em nossas idéias sobre a guerra moderna. Teremos ocasião de voltar a este ponto.

A ESTRATÉGIA DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

Na guerra militar, a batalha não representa mais que um momento, um desfecho. As forças que nela se devem afrontar precisam, antes, colocar-se a distância de combate, e, naturalmente, procuram travar a batalha nas condições mais favoráveis. O conjunto de disposições e de manobras que daí resultam constitui as "operações".

O mecanismo das operações

As operações, como a batalha, e, talvez mais ainda que a batalha, sofreram evolução muito importante, à medida que o equipamento e o armamento da tropa se modificavam. Outros fatores, como a extensão do teatro em relação ao volume das forças e à mobilidade, ou, como o terreno, contribuem para diversificar ainda mais o aspecto das operações.

1ª fase: Operações e batalha distintas e independentes.

Em uma primeira fase, que durou da Antigüidade até o fim do século XVII, as operações foram inteiramente distintas da batalha. É que, com efeito, durante esse longo período, o armamento não conferia mais que pequena capacidade de resistência a um destacamento isolado. Para deslocar-se em segurança, o Exército devia

permanecer agrupado. Como seu volume era modesto, ele constituía apenas um ponto no espaço, a procura de outro ponto, representado pelo Exército adverso. Como, além do mais, o emprego dessas forças não se podia fazer senão depois de haver alinhado as tropas "em batalha", isto é, após certo espaço de tempo, que ia de algumas horas a uma jornada inteira, os dois exércitos, quando se encontravam, sempre podiam recusar a batalha, retirando-se. Oferecia-se a batalha, ou aceitava-se a batalha oferecida pelo adversário, ou bem se esquivava a ela. É o que se chamava "a batalha por mútuo consentimento".

As operações, então, tinham por objetivo forçar o adversário a aceitar a batalha em condições desvantajosas. Procurava-se o resultado invadindo seu território e devastando-o. Para limitar este meio de ação, a defesa tinha o recurso a um sistema de praças fortes, formando um tabuleiro, no meio do qual se movimentavam os exércitos. O agressor vinha, então, obrigar o defensor a travar batalha, estabelecendo o sítio de cidades importantes, e ameaçando apossar-se delas. Essa guerra de campanha sobre uma rede de praças fortes foi a última palavra da arte, notadamente no século XVII. As censuras de pusilanimidade, que lhe foram feitas ulteriormente, não repousam sobre realidade alguma. Era, evidentemente, a única solução possível, nas condições da época. Como, por outra parte, os resultados da batalha eram sempre aleatórios e podiam colocar em causa não somente os resultados da campanha, como também o capital considerável representado pelos exércitos, cada general esforçava-se em não aceitar a batalha, a menos que lhe parecesse ter quase certeza de vitória, seja devido, a uma grande superioridade numérica, seja em decorrência de grande vantagem de terreno. Daí resultavam campanhas prolongadas, entrecortadas de sítios e

pouco decisivas. Esta concepção, repitamos, perfeitamente lógica, é expressa muito claramente pelo Marechal de Saxe, nas suas *Rêveries*.[5] "Eu não sou pelas batalhas, e estou persuadido de que um general hábil poderia fazer (a guerra) durante toda a sua vida, sem se ver obrigado a travá-las". É preciso dar freqüentes combates e derreter o inimigo pouco a pouco. Nada o desgasta tanto como esse método, e favorece mais nossos interesses... Não pretendo dizer que não se ataque o inimigo quando existe a oportunidade de esmagá-lo; mas quero dizer que se pode fazer a guerra sem deixar nada ao azar (da batalha), e este é o ponto mais alto de perfeição e de habilidade de um general". Tais eram a finalidade e o caráter das operações antigas, onde se quis ver, injustamente, preocupações de guerra de rendas, ou prudência de gabinete.

2ª fase: Operações e batalha distintas, mas ligadas.

No entanto, lá para os fins do século, os melhores espíritos militares (Puységur, Folard, Guibert, este último, sobretudo) tiveram a intuição de que o armamento novo poderia tornar possível uma forma de operações mais decisiva. Com efeito, o desenvolvimento do fuzil propiciava uma potência de fogo acrescida, que permitira a ordem de batalha dita delgada (em três fileiras), a qual conduzira à extensão cada vez maior de linhas fortificadas, que haviam terminado por paralisar as operações. As guerras arrastavam-se, intermináveis. Agora, o aumento da potência de fogo conferia a um destacamento isolado a possibilidade de oferecer resistência de certa duração. O Exército, então, podia fracionar-se para deslocar-se, e mesmo para viver de recursos locais. Foi esse o "princípio divisionário", concebido pela geração dos enciclopedistas, e cujas possibi-

5. Hermann Maurice (1696-1750), Conde e Marechal de Saxe, oficial-general francês, nascido na Saxônia, expôs suas idéias sobre a arte militar em dois livros, *Mes rêveries* e *Lettres et memoires*. (Nota do Tradutor)

lidades iriam produzir uma revolução nas operações. Guibert fazia votos pelo aparecimento de um novo Alexandre para aplicar sua teoria. Foi Napoleão quem em primeiro lugar compreendeu todo o partido que se poderia tirar das novas possibilidades.

Seu sistema de operações repousava numa *distinção absoluta entre o dispositivo operacional, disperso e formando uma grande rede, e o dispositivo de batalha, concentrado.* O adversário, manobrando à moda antiga, permanecia mais ou menos agrupado. Napoleão, por meio de sua grande rede, impedia-o de prever seu futuro ponto de concentração, cegava-o e paralisava-o. Podia, então, cercá-lo, se ele permanecesse fixo (como em Ulm) ou, melhor, ainda, ultrapassá-lo, e vir colocar-se sobre sua linha de comunicações, para forçá-lo à batalha em frente invertida, (como em Iena). De qualquer modo, o inimigo não mais podia esquivar-se, e devia aceitar a batalha, mesmo em desvantagem. Nessa fase, as operações comandavam a batalha. A guerra volta a tornar-se decisiva, fulminante.

A técnica das operações napoleônicas é essencialmente cinemática e logística. Trata-se, sempre, de cálculos de deslocamentos, permitindo as concentrações, os apoios recíprocos e os envolvimentos; e de cálculos logísticos, permitindo esses deslocamentos. Como, além disso, Napoleão dispõe de um exército perfeitamente "no ponto", no plano tático (portanto especialmente apto a engajar-se com rapidez, ou a desengajar-se) sua estratégia operacional lhe dá vitória sobre vitória.

Mas o adversário pouco a pouco aprende as regras do jogo. Torna-se cada vez menos pontual e termina por apresentar, ele também, dispositivos em rede, cobrindo uma grande parte do teatro de operações. A manobra napoleônica torna-se cada vez mais difícil, até que a inferioridade dos meios franceses leva à derrota.

Os ensinamentos atirados da estratégia operacional de Napoleão foram freqüentemente falseados, devido ao fato de ter-se acreditado ver em suas manobras um repositório de receitas absolutas, quando estas somente eram aplicáveis nas condições do momento. A perfeição extraordinária dos cálculos do Imperador não deve enganar: ele se beneficiava, sobretudo, de uma grande dianteira de pensamento sobre seus adversários, e essa dianteira era ainda valorizada pelo ambiente político no qual os exércitos franceses combatiam, sob o signo das idéias da Revolução. Em quase toda a parte (na Itália, na Alemanha), "patriotas" vinham reforçar nossa ação. Quando isso não mais aconteceu, na Espanha e na Rússia, os riscos que comportava esse tipo de operações tornaram-se demasiado grandes. De fato, ninguém, depois de Napoleão, pôde reproduzir seus esquemas.

3ª fase: Operações e batalha confundidas.

Outra razão, ainda mais decisiva, é que o aumento da potência de fogo que, em certo momento havia permitido essas soluções, ao continuar, tornou-as impossíveis. Com efeito, no século XIX, o aumento da potência de fogo e dos efetivos dos exércitos levou a tomar o dispositivo de marcha cada vez mais capaz de rapidamente transformar-se em dispositivo de batalha. O antigo dispositivo de marcha, em grande rede de colunas paralelas, torna-se agora uma "frente", dispositivo de marcha e de batalha feito suficientemente denso para formar um muro humano quase contínuo. Ao fim da evolução, *operações e batalha confundem-se*. A antiga arte das operações – no sentido que lhe emprestavam o Marechal de Saxe e Napoleão – desaparece. Por outro lado, a estratégia da batalha eleva-se ao nível das operações. Como a capacidade defensiva das frentes cresceu fortemente com a potência de fogo, a ação de ruptura

tornou-se difícil. A essência das operações consiste, então, em promover o envolvimento das alas descobertas (Woerth, Sedan, Mukdem, Plano Schlieffen) por uma frente mais extensa que a do adversário. As frentes adelgaçavam-se e estendiam-se, tanto mais que o armamento barato, a conscrição e as estradas de ferro permitiam formar e manter exércitos cada vez mais numerosos.

Produziu-se, então, um fenômeno cujo sentido escapa aos contemporâneos: a ação de desbordamento só era decisiva quando podia ser realizada rapidamente, antes do retraimento do adversário, ou da intervenção das reservas. Este foi o caso, enquanto as frentes permaneceram de dimensões modestas, e as reservas não eram mais rápidas do que a massa envolvente. Em 1914, porém, quando a frente tem uma extensão de 300 km e o Plano Schlieffen pretende realizar o envolvimento por uma ala, marchando a pé, a manobra perde toda a eficácia: a frente desbordada, esquiva-se facilmente, mediante retraimento, e as reservas, transportadas por estrada de ferro, reconstituem, em Paris, a massa capaz de desbordar a ala envolvente. É a Batalha do Marne. Mas o inimigo pode, ele também, esquivar-se por meio de um retraimento. De acordo com os procedimentos da época, o inimigo responde com um novo desbordamento, que será ele mesmo desbordado. É a corrida para o mar, que consagra o fracasso definitivo da manobra de envolvimento. A frente, agora estendida da Suíça ao Mar do Norte, se estabiliza. A era cinemática das operações termina.

4ª fase: Frente de batalha igual ao teatro de operações.

Essa estabilização das frentes, cobrindo a totalidade do teatro de operações, constitui surpresa completa para os dois adversários. No entanto, essa situação já se anunciara durante a Guerra de Secessão e na Mandchúria, onde a fortificação de campanha fora

muito empregada, mas onde a existência de alas descobertas havia assim mesmo permitido o recurso ao desbordamento. O fenômeno da "frente contínua" e estática resultava do considerável poder defensivo de que dispunha agora uma infantaria armada de metralhadoras, coberta por arame farpado e protegida nas trincheiras, assim, como dos enormes efetivos engajados na guerra. Uma vez que não mais existe envolvimento possível, as operações, a batalha, resumem-se agora em procurar a ruptura da frente, ruptura que se espera permitirá retomar as operações móveis.

Não mais é um problema de envolvimento; parece e sim um problema de força. É preciso reunir armamento suficiente ("canhões, munição"), para destruir a frente inimiga e, depois, explorar essa brecha por meio de massas de infantaria. No entanto, assim como os envolvimentos haviam fracassado porque faltava velocidade à ala envolvente, as rupturas fracassavam porque o ataque, feito a pé, progride com menos rapidez que as reservas refluem por estrada de ferro e por caminhões. Então, esses ataques afundam-se nos "bolsões", para grande desapontamento dos estados-maiores, que não compreenderam a importância e influência possíveis da mobilidade tática. Por falta de conseguir a "brecha", as operações *dissolvem-se pelo desgaste* (Verdun, o Some), pela qual se vangloria de consumir as reservas inimigas. Foch, enfim, concebe uma manobra pelo martelamento, que lhe permite combinar a ação de sucessivos bolsões. Mas esse martelamento da Batalha da França exige meios enormes. As operações, a "estratégia", como se disse à época, resume-se a uma pesada dinâmica de forças. É com essa doutrina que abordamos 1940.

5ª fase: A batalha prepara as operações.

Na campanha de 1940 vê-se a derrocada. O fator tático novo,

constituído pelo binômio carro de combate-aviação, oposto às nossas frentes, lineares e estáticas, obtém, em toda a parte, a rápida ruptura, justamente porque a mobilidade tática do ataque atinge, enfim, nível suficiente em relação à mobilidade estratégica das reservas. Esse nível permite a volta à "guerra de movimento". A curta fase dinâmica das operações, que consistiu em colocar em posição e em engajar as forças de ruptura, é seguida por uma fase de exploração da batalha, que se revela decisiva por suas penetrações e seus envolvimentos. Curiosamente, o esquema do século XVIII inverteu-se: *é a batalha que precede e prepara as operações decisivas.* O fator movimento retoma toda a sua importância.

No entanto, o continuar da guerra corrige um pouco essa evolução, à medida que a tática defensiva torna a ruptura menos fácil. Na Rússia, como nas frentes ocidentais, as operações consistem em uma sucessão de batalhas e de explorações, onde, alternativamente, dominam as forças e os movimentos. Salvo talvez na Líbia, onde as forças são muito reduzidas em relação ao espaço, não, mais se constatam operações do tipo movimento puro, como no século XVIII. Operações e batalha permanecem entremeadas. Ao mesmo tempo, a última guerra mundial vê a primeira aplicação de um novo conceito de operações: a decisão pelo desgaste, produzida por forças aéreas. Este conceito nascera simultânea e independentemente na Grã-Bretanha e na Itália, na década de vinte, da constatação da impotência das forças terrestres para produzir a decisão. Para Douhet,[6] a tática da época e a fronteira dos Alpes paralisavam a ação das forças terrestres. Em 1941, a

6 Douhet, Giulio. General italiano (1869 -1930), comandante do primeiro batalhão de aviação criado na Itália, durante a Primeira Guerra Mundial, pioneiro na concepção do emprego maciço da força aérea, que julgava capaz de decidir as guerras. (Nota do Tradutor)

Inglaterra, em sua ilha estava numa situação análoga. A RAF fixou-se no objetivo de alcançar a decisão por sua ação, unicamente, se bem que, a esse momento, como se havia visto em 1940, a decisão terrestre fosse fácil. O *bomber command*, logo reforçado por americanos, lançou-se ao esmagamento da Alemanha por bombardeios. Com meios enormes, o desgaste foi terrível, mas não decisivo, ele sozinho. Como em 1918, a decisão saiu de uma seqüência de batalhas terrestres, ou aeroterrestres, ajudadas pelo desgaste do bloqueio e dos bombardeios aéreos.

6ª fase: Frente de batalha inferior ao teatro de operações.

Após a guerra, aparece a arma atômica, da qual não se cuidará aqui. No entanto, no plano inteiramente clássico, um outro fenômeno impõe-se à atenção: a importante redução do volume de forças, devido ao considerável acréscimo do preço dos equipamentos modernos, juntamente com as despesas acarretadas pela preparação da guerra nuclear.

Em decorrência disso, com meios muito mais móveis que os do passado, as forças terrestres voltam a encontrar-se frente ao dilema de terem de diluir-se em espaços excessivamente vastos para elas, ou de concentrarem-se (relativamente) em frentes mais estreitas, aceitando intervalos, ou bem apresentando flancos descobertos. Este dilema, até o presente, não recebeu senão soluções que parecem incompletas: à falta de meios técnicos, permitindo uma boa vigilância dia e noite, sobre vastas frentes, sem nelas engajar forças importantes, a solução da diluição parece inevitável; mas ela somente permite subsistirem pontos de força insuficientes; a solução consistente em aceitar que a frente de operações seja inferior à extensão do teatro é igualmente perigosa, devido à grande mobilidade atual, através de meios motorizados ou aero-

transportados. Um compromisso entre essas duas soluções será, sem dúvida, necessário.

No entanto, o que se pode concluir do estudo da evolução passada é que essa situação (em guerra clássica, não atômica) levaria à impossibilidade de qualquer estabilização das frentes, do tipo 1914-18 e, por conseguinte, a uma *instabilidade estratégica muito grande*. A manobra, servida pelas grandes mobilidades modernas (devido ao motor e às comunicações), desempenharia aí um papel adicional. A decisão poderia ser extremamente rápida.

Enfim, existência de meios aéreos e aerotransportados dariam à batalha terrestre grande profundidade. *A batalha se desenrolaria em superfície*, e não mais ao longo da frente.

Conclusões

A rápida análise precedente permite tirar algumas conclusões úteis:

1º) A essência das operações evoluiu entre dois pólos extremos: os movimentos e as forças, com dosagens intermediárias muito variáveis.

2º) Essa evolução foi comandada, em grande parte, pela evolução dos fatores táticos.

Tais fatores táticos, ligados ao armamento, ao equipamento e aos procedimentos de combate, parecem poder remontar ao seguinte:

– a capacidade ofensiva;

– a capacidade defensiva;

– a mobilidade estratégica (fora do combate);

– a mobilidade tática (no combate).

É a variação relativa destes quatro fatores que conduziu à diversidade das soluções operacionais.

3°) A evolução foi igualmente comandada pelo volume das forças; comparado com o espaço dos teatros de operações.

4°) Quando as operações não tiveram caráter decisivo, derivaram para um conceito de desgaste, que levou a esforços de guerra consideráveis e ao esgotamento recíproco dos beligerantes.

5°) Segundo o valor relativo dos fatores acima, as operações foram, alternadamente, móveis e pouco decisivas, móveis e muito decisivas, arrastadas ou estabilizadas. Todas essas modificações produziram-se para surpresa dos contemporâneos, porque em cada época acreditou-se que os caracteres da estratégia operacional que se praticava permaneceriam os mesmos, enquanto que, ao contrário, eles variaram constantemente.

Esta última consideração mostra a extrema importância atribuída à compreensão do mecanismo da estratégia operacional, a fim de não ser-se surpreendido por suas transformações e, se possível, poder-se apreciá-los mais corretamente que o adversário, e antes que ele.

AS OPERAÇÕES E A ATITUDE ESTRATÉGICA

O mecanismo das operações possíveis, à cada fase da evolução, determina o quadro do jogo estratégico em dada época. No interior deste quadro, o comandante militar deve determinar o gênero de manobra pela qual pretende cumprir as tarefas que lhe designou a política.

Essa manobra depende, evidentemente, das relações existentes entre a missão recebida, a força do inimigo, a de suas próprias

tropas e o terreno. As missões suscetíveis de serem atribuídas às Forças Armadas podem resumir-se às famílias seguintes:

– conquistar um território ou interditar um território ao inimigo;

– destruir as forças inimigas, ou desgastá-las;

– andar depressa ou ganhar tempo.

Levando em conta as possibilidades oferecidas nos planos tático e operacional pelas condições e pelo armamento do momento, a ação a empreender se afigura mais ou menos fácil ou difícil, e dispõe apenas de um teclado limitado. A escolha que então se impõe ao comandante depende da estratégia, cuja análise viu-se no primeiro capitulo. Essa escolha levará a definir a atitude estratégica da campanha.

Não se voltará aqui a todas as complexidades da decisão estratégica, já examinadas mais acima. Limitar-se-á a examinar, sumariamente, as principais soluções empregadas até aqui no jogo estratégico.

1 - Quando existem meios superiores e uma capacidade ofensiva suficientemente assegurada, a campanha visará ofensivamente a batalha decisiva. É *a estratégia ofensiva da aproximação direta*, onde se deve realizar a concentração do máximo de meios, visando à massa principal do inimigo.

2 - Quando a superioridade é menos evidente e, sobretudo, quando os dados táticos fazem da ofensiva um meio menos eficaz, duas soluções aparecem:

– seja desgastar o adversário por meio de uma defensiva explorada por uma contra-ofensiva. É a *estratégia direta defensiva-ofensiva*;

– seja derrotar o adversário por uma ação ofensiva excêntrica, antes de prourar batê-lo. É a *estratégia direta de aproximação indireta*.

3 - Quando os meios militares são insuficientes para atingir o resultado esperado, a ação militar não desempenha mais que papel auxiliar no quadro de uma manobra de *estratégia total de modo indireto*, onde a decisão resultará de ações políticas, econômicas ou diplomáticas, convenientemente combinadas.

Nessa ação militar auxiliar, as forças militares poderão, segundo o caso, conduzir operações limitadas, representando uma prova de força local, ou bem desgastar o inimigo pela guerrilha; ou mesmo participar da decisão por simples ameaça.

AS OPERAÇÕES E A ESGRIMA ESTRATÉGICA

Definida a atitude estratégica, resta levar a bom termo a execução do plano. Como o adversário quererá igualmente colocar em execução o seu plano, resultará daí uma oposição dialética, cada um procurando fazer prevalecer sua vontade. Vimos mais acima[7] os conceitos teóricos que correspondem a esse duelo. No entanto, a aplicação desses conceitos vai variar à cada época, e a esgrima estratégica tomará aspectos tão diferentes que eles se tornarão irreconhecíveis.

Com efeito, segundo a época, o duelo assemelhar-se-á a um duelo ágil, com espadas leves, ou a um duelo de sabre, com armas muito pesadas; ou mesmo a um duelo com massas quase impossíveis de manejar-se, ou mesmo a uma luta de mãos nuas. Mais ainda, o duelo será freqüentemente desigual, como nos combates de gladiadores, isto é, opondo a espada leve (Napoleão) ao sabre demasiado pesado (Mack); ou o homem de mãos nuas (povos coloniais) a um homem armado de adaga (guerras coloniais). Como em

7. Ver capítulo I.

um cinema de velocidade variável, os antagonistas parecerão algumas vezes saltitar, outras reagir com majestosa lentidão. Ora, cada uma dessas novas características resultará diretamente das possibilidades operacionais e logísticas da época, utilizadas mais ou menos completamente pela inteligência dos chefes oponentes.

Em prefácio escrito por volta de 1934, o General Gamelin explicava que, entre o Plano 17, de 1914, que previa uma ofensiva em direção às Ardenas, e o acabamento da Batalha da França, em 1918, havia completa similitude de concepções, mas que, entre os dois, produzira-se a adaptação dos meios aos fins da estratégia; enfim, a estratégia dispunha de meios que tornavam possível sua manobra. Essa visão, que repousa tão-somente sobre uma analogia geográfica, mostra em toda a extensão o erro que consiste em assimilar duas ações militares aparentemente parecidas e desenrolando-se em um mesmo terreno, mas em diferentes momentos da evolução e em circunstâncias diferentes. O golpe ofensivo de 1914 em direção às Ardenas era uma loucura: a) a fraca capacidade ofensiva dessa época fadava a ação ao insucesso; b) o terreno era desfavorável; c) avançando no centro, em presença de uma ala direita alemã não contida, oferecia-se a si próprio ao envolvimento. A situação de 1918 inverte dois desses três fatores: o terreno permanece desfavorável, mas: a) a capacidade ofensiva tornou-se considerável; b) o inimigo, está fixado em toda a parte, suas reservas estão desgastadas e, avançando no centro, ameaça-se envolver toda a ala direita alemã. Além do mais, a comparação entre 1914 e 1918 faz ressaltar a extraordinária mobilidade das forças em 1914, e o enorme peso das de 1918. Quer dizer que, no intervalo de quatro anos, as regras da esgrima estratégica modificaram-se inteiramente. Assistir-se-á a transformações ainda mais profundas entre 1918 e 1940, e mesmo entre 1940 e 1945.

Todas estas considerações mostram a dificuldade essencial da arte militar: sua *variabilidade*. No passado, argumenta-se sobre tudo, e tudo se explica, de acordo com a necessidade, com um importante componente sorte. No presente futuro, em que se move necessariamente toda a concepção estratégica, é preciso ao mesmo tempo apoiar-se sobre a experiência passada e *inventar* a adaptação dessa experiência aos novos meios. Toda inovação constitui um risco maior, mas toda rotina está antecipadamente votada ao fracasso.

Nesse domínio conjectural e terrível, a chave do raciocínio deve ser procurada nas transformações da estratégia operacional.

Capítulo III

ESTRATÉGIA ATÔMICA

A estratégia atômica – ou melhor, a aplicação pela estratégia das conseqüências da arma atômica – produziu importantes reviravoltas na concepção do emprego das forças, sob o ponto de vista da guerra ou da manutenção da paz. É interessante desmontar o mecanismo pelo qual se produziram as transformações. Poder-se-á, assim, melhor medir a importância dessas reviravoltas e, talvez, tentar prever os possíveis desfechos da evolução em curso.

IMPORTÂNCIA E ORIGINALIDADE DA ARMA ATÔMICA

A arma atômica, servida por modernos meios de lançamento, não é, como algumas vezes se proclamou, inexatamente, senão uma arma como as outras, apenas mais possante. Pela sua potência, antes de mais nada, ela está fora de proporção com tudo o que havíamos conhecido. Uma bomba atômica média, de 20 kt, produz força explosiva igual à de uma salva de 4 milhões de canhões 75. Uma

bomba termonuclear média de 1 Mt representaria uma salva de 200 milhões de canhões 75[1]! Ora, esta potência enorme, cuja eficácia multiplica-se, mais ainda, pelas precipitações atômicas,[2] é desencadeada e colocada em seu destino por alguns homens, somente. É uma revolução extraordinária.

Como, por outro lado, o alcance dos vetores tende a atingir o valor de meio meridiano terrestre, essa arma vai poder atingir não importa que objetivo sobre o globo terrestre, com precisão notável; atualmente, estamos ainda no quarto de meridiano, o que quer dizer que uma única arma cobre com sua ameaça todo o hemisfério do qual ela é o centro.

Em decorrência desta dupla característica (potência e alcance), a arma atômica produz um fenômeno inteiramente novo: *não mais existem relações entre a potência e a massa.* Ontem mesmo seriam necessários 1.000 aviões para destruir Hamburgo, e todos os canhões de um exército para destruir Berlim; hoje, cada uma dessas destruições poderia ser executada em uma única missão individual.

Por outro lado, essa potência de fogo extraordinária tem *mobilidade quase total*, que contrasta com o grande peso das massas armadas, e que permite atingir não importa que ponto do território. A defesa das fronteiras pela muralha humana que constituem os exércitos mostra-se impotente para proteger o país contra a destruição física, ou a contaminação nuclear. As Forças Armadas tradicionais aparecem assim completamente inúteis, pelo menos numa primeira análise.

---

1. Por outro lado, em explosões a grande altitude, a zona incendiada pode atingir diversas dezenas de milhares de km².
2. Essas precipitações – no caso das explosões a baixa altitude – acarretariam zonas de contaminação que podem atingir diversos milhares de km².

AS MODALIDADES DA ESTRATÉGIA ATÔMICA

Para proteger-se desse perigo sem precedentes não existem, parece, senão quatro tipos de proteção possíveis:

– a *destruição preventiva* das armas adversas (meio ofensivo direto);

– a *interceptação* das armas atômicas (meio defensivo);

– a *proteção física* contra os efeitos das explosões (meio defensivo);

– a *ameaça de represálias* (meio ofensivo indireto).

Essas quatro direções foram exploradas conjuntamente, com fortunas diversas, e terminaram por combinar-se em fórmulas estratégicas muito complicadas.

1 - *A destruição preventiva*, senão das armas atômicas, difíceis de localizar, pelo menos dos meios de produção e de lançamento, pareceu inicialmente ser a melhor fórmula. A superioridade americana era considerável, e os meios de lançamento adversos, constituídos por aviões ligados a bases aéreas facilmente localizáveis, permitiam esperar a destruição da quase totalidade dos meios inimigos. Uma *tática de destruição* foi desenvolvida, fundamentada num bom plano de fogos atômicos e prevendo o ataque a cada um dos objetivos conhecidos.

Mas essa situação favorável durou pouco: os objetivos multiplicaram-se: por causa do aumento dos meios do adversário e da tática de dispersão que ele desenvolvia; bem mais que isso, muitos objetivos não podiam ser conhecidos com antecedência, em razão das medidas de dispersão tomadas quando do alerta dado em campos de aviação sumariamente equipados, mal conhecidos ou completamente desconhecidos. Por outro lado, a política pacífica

proclamada pela OTAN dificilmente permitiria tomar a iniciativa de desencadeamento de ações de bombardeio. Este desencadeamento, por conseguinte, não podia ser contemplado, senão como uma *resposta*, e seria necessário sofrer o primeiro ataque inimigo. Isto tirava à destruição dos meios adversos seu caráter preventivo, o que conferia importância capital aos outros tipos de proteção, a interceptação, a proteção física contra os efeitos das explosões e a ameaça de represálias, que se irão examinar um pouco mais adiante.

Mas, ao mesmo tempo, o estudo do problema da destruição das forças permitia concluir pelo interesse primordial do ataque de surpresa: a partir de certo nível de meios, tal ataque inimigo poderia causar-nos destruições tão graves que nossa resposta seria tornada problemática. Esse problema do "Pearl Harbor" atômico esteve presente durante anos no espírito dos estados-maiores, e levou ao estabelecimento de uma *tática anti-surpresa*, que se verá, a propósito de outros tipos de proteção, e que se tornou muito eficaz.

Quanto ao valor da resposta, cumpriria que ela fosse mantida com uma eficácia provável suficiente para suprimir, se possível – ou, pelo menos, reduzir sensivelmente – a capacidade de destruição adversa. Ora, a modificação dos meios de lançamento e o aparecimento dos foguetes aumentaram consideravelmente a dificuldade do problema. Toda uma escola pretende mesmo que uma *tática contraforças*[3] esteja votada ao insucesso. A verdade é que se tornou impossível tudo destruir; mas que, por outra parte, seria extremamente perigoso deixar subsistir uma fração importante das forças adversas. No mínimo, sempre se poderá destruir os meios

3. Correntemente chamada "estratégia" contraforças. Trata-se, na realidade, de uma modalidade de aplicação da estratégia, por conseguinte, de uma tática.

muito vulneráveis, como os aviões antigos e os radares, que constituem uma parte importante das possibilidades adversas. Se bem que hoje se esteja seguro de que uma tática "contraforças" teria eficácia apenas parcial, sua aplicação é sempre considerada como necessária, o que leva a multiplicar os meios de lançamento. Como, por outra parte, grande número de objetivos situa-se nos países satélites, onde se deseja limitar a destruição às instalações militares, a "tática de destruição" deve ser muito precisa, e afastar o emprego de explosões de grande potência. Tudo isto conduz a programas muito onerosos.

Eis porque, em fim de evolução, certas pessoas apresentaram a idéia de uma ação realmente preventiva, cujo rendimento seria bem maior, em decorrência tanto do fato de que ainda não se teria sofrido as perdas da primeira rajada inimiga, como do fato de que o adversário, ainda não alertado e disperso, sofreria destruições maiores. Para conciliar – de forma mais ou menos convincente – a concepção desta ação preventiva com aquela, inteiramente política, de uma renúncia à agressão, esta ação preventiva recebeu o nome particular de "preemptiva", sublinhando-se que ela não seria desencadeada, a menos que – e quando – indicações seguras permitissem prever a iminência de um ataque inimigo.

De qualquer modo, a proteção completa por uma destruição preventiva dos meios adversos afigura-se tremendamente problemática.[4] Sua ação seria indispensável no curso de um conflito, mas com resultados, apenas imparciais. Por conseguinte, impõe-se o emprego de outros meios de proteção.

---

4. Esta conclusão necessária (sobretudo, por exemplo, com o desenvolvimento dos submarinos) não contradiz a recente teoria americana, que prefere anunciar uma tática contraforças que uma tática contracidades. Este ponto será retomado a propósito da dissuasão.

2 – *A interceptação das armas atômicas* apareceu bem depressa como podendo ser o elemento-chave da nova estratégia. Tornado absoluto, de nosso lado, o valor da interceptação, não mais haveria necessidade de ação preventiva – tão perigosa politicamente – nem de proteção física. A ameaça de represálias adversas perderia todo o poder.

Mas esse objetivo ideal é tecnicamente muito difícil de atingir e de manter. Na gigantesca corrida tecnológica que se abre entre a interceptação e a penetração, a cada progresso da interceptação responderá um novo progresso da penetração. Desenvolve-se assim, em tempo de paz, uma nova forma de estratégia, apenas esboçada nos conflitos anteriores pelo que se havia chamado "a corrida armamentista".

Essa estratégia não trava batalhas, mas procura sobrepujar o desempenho dos materiais adversos. Dá-se-lhe o nome de "estratégia logística", ou de "estratégia genética". Sua tática é industrial, técnica e financeira. É uma forma de usura indireta que, em lugar de destruir os meios adversos, contenta-se em desclassificá-los; acarretando com isso despesas enormes. É assim que os radares da Batalha da Inglaterra permitiram a primeira vitória aérea defensiva da História. Mas os aviões voando a grande altitude desclassificaram todos os radares e todos os canhões antiaéreos. Depois, os engenhos terra-terra, ininterceptáveis, desclassificaram os aviões ligados a bases fixas e vulneráveis, enquanto que os engenhos terra-ar tornaram sua interceptação muito provável. Mas os engenhos ar-terra permitem aos aviões atingir seu objetivo, mantendo-se fora do alcance dos engenhos terra-ar da defesa aérea, e a interceptação dos engenhos terra-terra aparece agora possível etc.

Assim se trava uma guerra silenciosa, aparentemente pacífica, mas que poderia mostrar-se, por si só, decisiva. No entanto, a corrida jamais termina, e a interceptação, com altos e baixos, permanece problemática.

3 – Poder-se-á, então reduzir os efeitos dos fogos atômicos de forma satisfatória, por meio de uma *proteção física*? Antes da existência da arma termonuclear, soluções se afiguravam possíveis: meter-se debaixo da terra, dispersão, imobilidade, proteção por obras de cimento armado etc. Nenhuma destas soluções proporciona proteção absoluta, mas o rendimento das explosões seria consideravelmente reduzido (na melhor hipótese, cerca de 25 vezes). Com a arma termonuclear, a proteção conserva seu valor relativo, mas a potência do ataque cresce de tal modo que é difícil esperar-se obter proteção suficientemente eficaz. Por outro lado, seria preciso consagrar a isso somas astronômicas, e muitos concluem pela necessidade de fazer todo o esforço nos meios ofensivos e na sua capacidade de penetração.

4 – É que, com efeito, para além de todos esses procedimentos defensivos de valor variável e incerto, somente existe proteção verdadeira na *ameaça de represálias*. Para isso é preciso possuir uma força de ataque, uma *force de frappe*,[5] de potência suficiente para desviar o adversário do propósito de empregar a sua força. É a *estratégia da dissuasão* sob sua forma inicial mais simples: procura-se atingir diretamente a vontade do adversário, sem passar pelo estágio intermediário de uma prova de força. Com essa idéia geral, ver-se-á desenvolver-se uma estratégia cada vez mais complexa e cada vez mais sutil.

---

5. Tradução excessivamente literal de *striking force*. Na realidade, o termo conveniente deveria ser "força ofensiva", ou "força de ataque".

A ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO

a) A dissuasão nuclear.

A dissuasão repousa antes de tudo sobre um fator material: é preciso ter um grande poder de destruição, uma boa precisão e uma boa capacidade de penetração. Viu-se, a propósito da interceptação, a importância dessa luta permanente para conservar uma capacidade de penetração suficiente. Além disso, como não se faz a guerra, o valor exato das capacidades de interceptação e de penetração permanece conjectural – e também, o poder de destruição do adversário. Assim compreende-se melhor a importância do U-2, cujos vôos permitiam medir o valor de interceptação adverso, e a indignação dos soviéticos quando viram que o adversário fazia tais experiências.

Esse fator material, já bastante incerto, complica-se singularmente, caso se faça entrar em linha de conta as hipóteses sobre qual dos dois partidos será o primeiro a atirar. Tal cálculo não tinha grande importância à época dos aviões relativamente lentos, porque os prazos de execução decorrentes do alerta eram tais que ataque e resposta cruzavam-se no ar. Com os foguetes, ao contrário, não mais há dissuasão, se a primeira rajada inimiga possuir capacidade de destruição tal que nossa resposta seja consideravelmente enfraquecida. Assim, o valor da dissuasão encontra-se ligado, não à potência de fogo da força de ataque, mas à sua potência de fogo restante, após ter ela sofrido os efeitos da primeira rajada; ligado, por conseguinte, à sua capacidade de sobrevivência. Daí uma *tática de sobrevivência*, muito onerosa e muito complexa, visando a proporcionar um alerta quase instantâneo (grandes radares, satélites, transmissão automática, calculadoras eletrônicas etc); um desen-

cadeamento de missões de tiro antes da chegada da salva (aviões mantidos em vôo ou em alerta a 15 minutos, foguetes de carga de propulsão sólida etc); uma proteção dos engenhos de tiro, pela mobilidade (submarinos atômicos), pelo cimento armado, para forçar o adversário a despender um grande número de armas sobre cada objetivo, ou pela dispersão. Os resultados da equação, dando elementos sobre o obtido pela primeira rajada adversa e pela resposta, dependerão do valor relativo das táticas de sobrevivência de cada parte e, também, da avaliação da precisão dos tiros. Esses resultados tornam-se assim cada vez mais conjecturais.

Mas tudo o que precedeu tem quase o caráter de uma geometria, em face do fator psicológico, muito mais importante e muito mais imponderável. Quer-se impressionar o adversário até o ponto de impedi-lo de usar sua força de ataque. Então, é preciso, antes de mais nada, ter uma capacidade de destruição tal que ele a tema suficientemente; em seguida, levá-lo a crer que se é capaz de desencadear a represália – em resposta, ou numa primeira rajada – em tal ou qual hipótese.

A noção de *capacidade de destruição suficiente sob ponto de vista psicológico, foi objeto* de apreciações muito diversas. Fundamentando-se no precedente de Hiroshima e Nagasaki, pensam alguns que a destruição de algumas grandes cidades bastaria para fazer capitular não importa que Estado moderno. Outros, indo mais longe, calculam a fração do poder econômico adverso que se deveria destruir, para "ferir gravemente" o inimigo, e infligir-lhe, assim, uma perda de poder que constituiria para ele *handicap* durável e inaceitável. Certos teóricos americanos, enfim, consideram que a única destruição eficaz é a das armas nucleares inimigas, porque desarma o adversário. Portanto, a capacidade de destruição deveria

permitir uma contrabateria muito desenvolvida, a cujos resultados juntar-se-ia o desgaste dos estoques adversos, causado pelo ataque inimigo contra nossos próprios meios de lançamentos. Esses diversos pontos de vista esquematizam-se em duas táticas opostas, ditas "contraforças" e "contracidades". A escolha entre essas duas soluções é bastante difícil: viu-se que a tática "contraforças" seria muito eficaz, caso se pudesse estar seguro de executá-la quase que completamente. Mas, além de ser necessariamente muito custosa, ela se torna cada vez mais incerta, à medida que as táticas de sobrevivência se aperfeiçoam. Então, se é fortemente tentado a voltar-se para a tática "contracidades", que é bem mais fácil; portanto, de execução menos onerosa, e que se chamou "estratégia da dissuasão mínima". Somente, então, se percebe que, se não se atacou, e por conseguinte, não se destruiu o essencial da capacidade de ataque adverso, a cada destruição que promovermos, sofreremos uma punição terrível. De troca em troca de ataques, caminha-se para uma destruição integral recíproca e, talvez, desigual e em detrimento nosso, que nenhum sentido faz e que em todo caso, nos dissuade, pelo menos tanto quanto ao adversário. Além disso, não existe forçosamente simetria na dissuasão: os Estados Unidos serão mais sensíveis à destruição de suas grandes cidades que os soviéticos. Esta pode ser a explicação da escolha americana em favor da tática "contraforças", e da possível escolha dos soviéticos em favor da tática "contracidades".[6] Assim, a escolha também pode trair segundas intenções muito importantes: quem joga o jogo "contracidades" crê

6. O número apreciado de ICBM – Mísseis Balísticos Intercontinentais soviéticos – relativamente fraco – pode indicar, seja a escolha de uma tática "contracidades", seja a existência de dificuldades que não permitiram, ainda, a execução do programa "contraforças", que corresponderia às teorias soviéticas publicadas. A tentativa feita em Cuba, em 1962, poderia ter tido como um de seus objetivos apressar a obtenção de uma capacidade "contraforças".

no valor absoluto da dissuasão que executa se não, em caso de conflito, não haverá outro recurso que o suicídio recíproco. Quem joga o jogo "contraforças" duvida do valor da dissuasão, e admite a possibilidade de um conflito atômico, comportando o emprego mais ou menos completo das forças de ataque estratégicas, o que aumenta sua capacidade de dissuasão. De qualquer modo, a escolha impõe-se às potências nucleares secundárias (Grã-Bretanha, França e, amanhã, a China), que não podem, em absoluto, dispor dos meios necessários para conduzir uma tática contraforças. Até que ponto tal tática "contracidades", forçosamente limitada, pode dissuadir, portanto, neutralizar, um dos dois grandes? Como as capacidades de destruição são muito desiguais, o equilíbrio não pode ser restabelecido senão por uma segunda forma de persuasão: o temor de ver o mais fraco de qualquer modo desencadear suas represálias.

O primeiro grau dessa operação consiste em dar a tal desencadeamento um fundamento racional que lhe proporcione boa verossimilhança. É o que se chamou *credibilidade*. Esta resulta não somente do valor da equação material que se vem de ver, e da qual se proclamará o caráter positivo, como também da comparação entre o risco e o que está em jogo. Uma Suécia defendendo sua liberdade encontrar-se-ia em presença de uma aposta total, enquanto que a URSS, por exemplo, tiraria de sua conquista apenas um benefício limitado. O suicídio da Suécia poderia ser compreendido um pouco como o de um comandante de navio preferindo fazer explodir um barril de pólvora, antes que render-se aos piratas. As perdas que então sofreria a URSS seriam fora de proporção com seus eventuais ganhos. Aí se encontra a base lógica dos pequenos dissuasores nacionais. Acrescentemos que esse jogo muito perigoso pressupõe certa confiança na dissuasão... Se o adversário puder ser per-

suadido de havermos calculado que, em tal caso, teríamos interesse em desencadear nossas forças, ele mais facilmente acreditará na ameaça. Notemos logo que o jogo é bilateral, e que credibilidades apostas sobre uma parada comparável tendem a anular-se...

Intervém, então, um segundo grau de persuasão, fundamentado desta vez no contrário, na *irracionalidade*. Caso se esteja tratando com um louco, não se deve pressioná-lo fortemente demais em seus entrincheiramentos! A firmeza de Dulles, as cóleras e o sapato de Kruchev,[7] a obstinação fria de De Gaulle, correspondem a esse jogo psicológico, cuja influência pode ultrapassar todos os cálculos extraídos do fator material. É que, na realidade, o elemento decisivo repousa sobre a vontade de desencadear o cataclismo. Fazer crer que se tem essa vontade é mais importante que todo o resto. Naturalmente cada um blefa, mas até que ponto?

Tudo isso leva a uma dialética extraordinariamente sutil, visando a apreciar a probabilidade das reações do adversário, em função de seus meios e de sua vontade de empregá-los; e, também, em função da opinião que ele pode ter de nossos meios e de nossa vontade de empregá-los; e mesmo da idéia que ele faz da idéia que nós fazemos de seus meios e de sua vontade de empregá-los.

Dessa montanha de avaliações conjecturais, de hipóteses e de apreciações fundadas sobre intuições complexas, somente emerge um único fator de valor certo: a incerteza. No fim de contas, é a incerteza que constitui o fator essencial da dissuasão. Do mesmo modo ela deve ser objeto de uma tática particular, cuja finalidade é acrescê-la ou, pelo menos, mantê-la. É preciso que as disposições materiais

7. Referência ao episódio ocorrido em 1959, no plenário da ONU, quando Nikita Kruchev, então primeiro-ministro da URSS, tirou um dos sapatos e com o salto bateu na mesa de sua bancada, para manifestar discordância com o que dizia, da tribuna, o primeiro-ministro britânico Harold MacMillan. (Nota do Tradutor)

adotadas abram diversas possibilidades, e que estas sejam conhecidas pelo adversário. É preciso, por outro lado, que sejam semeadas dúvidas sobre todos os elementos que permitiriam avaliar nossas verdadeiras intenções. Naturalmente, é preciso evitar, em absoluto, toda a ação ou toda a declaração que viria a afastar uma das hipóteses que o adversário possa temer. É assim, por exemplo, que as campanhas feitas para a renúncia à arma atômica tática são absolutamente contrárias ao jogo bem compreendido da estratégia de dissuasão. O mesmo acontece com as declarações americanas sobre o *missile gap*,[8] e a renúncia à estratégia de resposta maciça.

b) As dissuasões complementares.

De qualquer modo, os meios existentes, valorizados pela incerteza, criam certo grau de dissuasão. A partir do momento em que os dois campos dispõem de armas nucleares, esse "certo grau" raramente será absoluto. Quer dizer então, que existe uma margem de não-dissuasão, por conseguinte, um certo grau de *liberdade de ação* para cada um dos adversários, situado na gama de ações menores periféricas, ou mesmo limitadas, nas quais o que está em jogo mostrar-se-ia excessivamente fraco para justificar a aplicação da ameaça de represálias. A conseqüência desse estado de coisas (além do mais conjectural, como tantas outras coisas, note-se, de passagem) leva à abertura de um novo domínio da estratégia de dissuasão, que terá por finalidade *completar, por outros meios, o efeito de dissuasão da ameaça nuclear*, a fim de reduzir – e, se possível, suprimir – toda margem de liberdade de ação do adversário.

Para atingir esse resultado de dissuasão, dispõe-se de dois procedimentos. O primeiro, material, consiste em apresentar ao

8. *Missile gap* – o hiato dos mísseis, expressão utilizada no início da década de 60 para referir-se ao alegado atraso americano no desenvolvimento e produção de mísseis, em comparação com a URSS. (Nota do Tradutor.)

adversário um sistema de forças militares capaz de anular as operações que ele poderia executar, graças à sua margem provável de liberdade de ação. É a razão de ser dos *escudos* de forças táticas, aeroterrestres ou aeronavais, que defendem zonas sensíveis. É, igualmente, a razão de ser dos *corpos de intervenção*, capazes de se deslocar para as regiões ameaçadas. Estes meios materiais permitem evitar-se o famoso dilema de tudo ou nada, do desencadeamento do holocausto recíproco ou da aceitação do fato consumado; o segundo procedimento, de caráter psicológico, consiste, em estabelecer e manter o risco de desencadeamento de represálias, se um conflito local ocorrer. Esta *ameaça de ascensão aos extremos* restabelece certo grau de incerteza sobre a importância do que está em jogo, mesmo parecendo ser isso, inicialmente de caráter limitado. Deste ponto de vista, a existência de armas atômicas táticas, com os riscos de ascensão que seu emprego poderia comportar, desempenha papel muito importante no domínio da dissuasão. Tal risco de ascensão aparece a muitos como um perigo. É um perigo, se a dissuasão não funcionar. Mas, ao contrário, na estratégia da dissuasão, é um fator de segurança suplementar. Este aspecto não deve ser perdido de vista.

Tal estratégia complementar da dissuasão atômica torna-se cada vez mais importante, à medida que as ameaças de represálias se neutralizam, mais ainda, reciprocamente. Nessa situação, o desencadeamento de represálias torna-se cada vez menos "crível", e assim igualmente a ameaças de ascensão. A estratégia de dissuasão, com todos os seus dispêndios, parece terminar em um impasse: tende-se a voltar a uma estratégia não atômica, se bem que ao esforço atômico, exorbitante, deva-se acrescentar um esforço em armamentos clássicos, como se a arma atômica não existisse. É a

tendência que se vê desenvolver atualmente, desde que as forças de ataque têm, ou vão ter, boa capacidade de sobrevivência.

É necessário, no entanto, voltar-se exatamente ao ponto de partida, isto é, a uma situação análoga à da fase anterior à existência das armas atômicas. Com efeito, a existência de armas atômicas mantém um risco cuja apreciação depende, essencialmente, dos fatores de incerteza e de irracionalidade que se viram acima. Conquanto esses fatores tenham importância não desprezível, não se pode imaginar ser possível, por exemplo, reeditar um grande conflito clássico do tipo 1939-45, porque é impossível estar-se seguro de que, neste caso, a ascensão aos extremos não teria lugar. Eis porque se pode exercer um grau elevado de dissuasão clássica, com meios clássicos e no entanto limitados: a quantidade de forças e de riscos que seria necessário engajar para derrotá-los criaria uma situação excessivamente grave para que se possa vangloriar de que ela não conduz à ascensão. Assim, é possível ver-se efetivar uma dissuasão quase absoluta: as forças de ataque em equilíbrio dissuadem de um conflito nuclear integral; as forças clássicas dissuadem de um conflito limitado; o risco de ascensão sempre presente, dissuadindo de empenhar nesse conflito limitado uma aposta excessivamente alta. O equilíbrio de conjunto é, então, atingido por essas três ações complementares e solidárias, cuja eficácia depende em grande parte do fator de incerteza.

É preciso notar, no entanto, que mesmo nessa situação – a experiência bem o provou – a dissuasão deixa subsistir uma estreita mas importante margem de liberdade de ação: aquela que explora a estratégia indireta soviética no tabuleiro mundial. A ação política e econômica, a utilização de movimentos revolucionários estrangeiros e mesmo os conflitos conduzidos por interposta pessoa esca-

pam à paralisia pela dissuasão; pelo menos aquela que se acaba de estudar. A mesma lógica que conduziu a construir um sistema clássico de dissuasão complementar deve levar a estabelecer um *sistema de dissuasão no domínio indireto.*

O Ocidente está à procura de uma fórmula plenamente eficaz nesse domínio, mas ainda não a encontrou, por motivos que dizem respeito, sobretudo, à má compreensão do problema. O assunto, muito importante, é em si mesmo demasiado complexo para ser resumido aqui, e será tratado à parte. Mas é bem evidente que a menor fissura no sistema de dissuasão dá a um adversário avisado possibilidades de ação que poderiam, a longo prazo, colocar em perigo todo o sistema de segurança ocidental.

A ESTRATÉGIA DE GUERRA

A despeito de todos os esforços em vista da dissuasão, não se pode garantir que a guerra não eclodirá, justamente devido aos fatores de incerteza e de irracionalidade, cuja importância foi sublinhada. Digamos que, salvo em caso de loucura (que não pode ser excluído, vimos recentemente com Hitler), a guerra seria o resultado de um "erro de cálculo", isto é de uma apreciação demasiado otimista das reações do adversário: acreditou-se poder praticar tal ou qual ação impunemente, e ter-se-á desencadeado o drama. Qual será então a estratégia da era atômica?

Na sua origem, no período em que a estratégia de dissuasão repousava essencialmente sobre represálias maciças, a estratégia de guerra confundia-se com a estratégia de dissuasão: o plano de fogos estabelecido à vista da dissuasão teria sido desencadeado. Teriam resultado, de parte a parte, enormes destruições mas, como

se pensava que um dos lados (o inimigo) seria posto fora de causa (*The broken back strategy*, a estratégia da espinha quebrada), a fase de acabar com o adversário se faria com "os restos". Assim, a guerra tomava o aspecto inicial de uma empresa de demolição racional e gigantesca, seguida de uma fase de exploração, por sinal difícil de prever-se, em razão das incertezas de toda a ordem sobre os resultados do que se chamava, com eufemismo, "a troca nuclear".

Essa visão, um tanto simplista, para não dizer mais, ainda pesa fortemente sobre as concepções militares; inicialmente, por remanescência, e também porque todos os exercícios de tempo de paz, com a finalidade de verificar e melhorar o valor da dissuasão, referem-se a um estudo da "troca nuclear", o que contribui para fazer crer aí estar a imagem da guerra eventual.

Ora, felizmente, não é assim, ou, pelo menos, essa imagem é somente a de uma hipótese, e da hipótese menos provável: a abertura do jogo pelo desencadeamento dos extremos. Com efeito, pouco a pouco, e sobretudo à medida que a ameaça nuclear adversa tornava-se mais temível, veio à luz a idéia de que a estratégia de guerra deveria ser diferente da estratégia de dissuasão. A estratégia da dissuasão visa a meter medo; portanto, deve assegurar-se a possibilidade de efetuar as destruições aterrorizadoras, justamente para não precisar fazê-las. Mas, se essas destruições devem ser recíprocas, onde está o benefício? Desencadear uma reação cuja resposta levará à sua própria morte é apenas uma forma disfarçada de sanção por haraquiri. Não é uma estratégia. Pelo contrário, tudo deve ser feito para evitar tal extremo. Uma vez que este raciocínio lógico tem toda a probabilidade de ser bilateral, não há, por conseguinte, senão muito poucas chances de que o adversário inicie o conflito por um ataque nuclear maciço. Este somente se justificaria se, ten-

do assumido dianteira considerável, ele pudesse abrigar a esperança de colocar-nos fora de jogo desde a primeira rajada; hipótese excluída, desde que as forças de dissuasão conservam suficiente grau de capacidade de sobrevivência. Nessas condições, a maior probabilidade é a de que o adversário abra as hostilidades por meio de uma ação mais ou menos limitada. Coloca-se assim a questão de saber qual deve ser a resposta.

Contrariamente ao em que se poderia acreditar, a resposta a esta pergunta deu lugar a longas controvérsias: com efeito, se o bom senso indicava que se deveria procurar limitar o conflito, numerosos opositores assinalavam que essa intenção limitadora não deixaria de prejudicar a dissuasão, enquanto que um bom ataque maciço seria o único meio de impedir o adversário de desencadear seu ataque limitado. Além disso, os mesmos opositores admitiam, mais ou menos conscientemente, que o ataque maciço produziria destruições tais que a resposta adversa seria bem diminuída, o suficiente para ser suportável. Este argumento relativo à dissuasão é muito sério; vamos logo examiná-lo. No entanto, o que deveria solucionar o debate é ter-se revelado nestes últimos anos que, em qualquer hipótese, a resposta seria terrível. Eis porque o Presidente Kennedy colocou-se no campo dos que queriam renunciar aos princípios da resposta por represálias maciças. O General Maxwell Taylor expôs claramente a nova estratégia de guerra, que chamou a "resposta flexível" (*flexible response*), ou *resposta variável.*

Essa estratégia de resposta variável equivale a prever que cada ação adversa será respondida por uma resposta apropriada, de uma força suficiente para colocar em xeque o inimigo, mas sem envolver mais que a quantidade de forças necessária. Isto não quer dizer que se calque sua conduta sobre a do adversário (por exemplo, poder-se-á

responder a um ataque clássico por meio de uma defesa atômica tática, e mesmo por meio de uma ação nuclear estratégica limitada); mas isto quer dizer que cada caso será tratado segundo seus méritos, e que somente em derradeira extremidade se lançará mão do recurso da resposta maciça. Em suma, é uma estratégia que se quer eficaz na resposta, sempre mantendo limitado o conflito.

A originalidade dessa estratégia é combinar a luta militar local e a dissuasão geral, para manter o conflito em certos limites. Guardando-se em reserva a ameaça da resposta maciça, conserva-se grande parte do valor de dissuasão da estratégia do "tempo de paz". Como a dissuasão é bilateral, cada um dos adversários vai jogar no sentido da limitação. Se não houver erros, se o que está em jogo permanece suficientemente limitado, o terçar armas pode se efetuar por pontos, sem "ascensão aos extremos".

Nesse jogo perigoso mas inevitável, a segurança impõe a existência de um sistema muito bom de *controle de armamentos*, de modo a evitar que a escalada se produza espontaneamente, em decorrência dos executantes, e não transforme um incidente local em um conflito geral. Daí toda uma tática particular, definindo certo número de patamares sucessivos que não devem ser ultrapassados, a não ser por decisões políticas especiais; e assegurando que essas ultrapassagens não se possam verificar sem que autorização tenha sido dada. Então, a guerra aparece como uma escada de numerosos degraus (incidentes, guerra clássica, atômica tática, estratégica limitada, estratégica total etc), esperando-se que a prova de força, se ela se desencadear, será resolvida em um dos níveis intermediários.

Essa estratégia – inevitável, viu-se – levanta duas grandes objeções. A primeira, muito naturalmente, nasce nos países ameaçados de serem teatro desses conflitos "limitados": a idéia de de-

sempenhar o papel de campo de batalha – eventualmente atômico – não lhes parece muito atraente. Em um desastre mundial, seus sacrifícios teriam parecido mais equitativos. Não se irá vender barato sua segurança, em proveito de zonas reservadas, que teriam permitido dispersar os esforços do adversário? A segunda objeção diz respeito à dissuasão, da qual já falamos. Aceitar o conflito limitado já não será convidar a travá-lo e, por conseguinte, reduzir a dissuasão? E caso um conflito limitado se desencadeie, será que os riscos de ascensão aos extremos não irão se encontrar acrescidos?

Há nessas duas objeções certa parte de verdade: os dois riscos existem. Não se deve, também, raciocinar por contra-senso sobre o alcance delas. É exato haver uma contradição entre os meios da estratégia de dissuasão (ameaça de recurso aos extremos) e os da estratégia de guerra (limitação dos conflitos). Mas esta contradição não é simultânea: a estratégia de dissuasão se exerce antes da estratégia de guerra. Por outro lado, estas duas estratégias têm em comum os fatores incerteza e irracionalidade, sobre os quais já insistimos, e que, em certa medida, compensam sua contradição: *nunca se está seguro de que não haverá recurso aos extremos*, mesmo em uma estratégia de intenção nitidamente limitadora. É assim que o efeito de dissuasão pode ser salvaguardado; é assim, ainda, que as zonas que se quereriam "reservadas" não podem vender barato a segurança das zonas em que se travariam as primeiras batalhas. Em resumo, existe completa solidariedade entre a segurança de todas as zonas, assim como na estabilidade da dissuasão. Além disso, essa solidariedade pode ser reforçada, ou antes, feita mais visível, através de certas disposições, no entanto, limitadas. É o caso, por exemplo, do procedimento consistente em proclamar que tal ou qual objetivo adverso constitui refém, que será destruído pelas forças estratégicas, se tal zona avan-

çada amiga for atacada; e que, se houver resposta limitada inimiga no domínio estratégico, outro tal ou qual objetivo adverso será destruído. É ao longo desta via de emprego limitado e progressivo das forças estratégicas, que poderá ser reduzida a sensação de abandono dos eventuais campos de batalha.

Em todo o caso, o conceito de limitação da estratégia de guerra não deve conduzir, como algumas vezes se afirmou, a definir com antecedência a parte dos "teatros de operações" onde uma agressão não desencadearia represálias e onde aceitar-se-ia conformar-se com a fortuna das armas das forças ali estacionadas; e, por outra parte, a definir, também, os "santuários" protegidos pela ameaça de represálias maciças. Esta repartição geográfica *a priori* da dissuasão teria como resultado reduzir a proteção dos teatros de operações; e, quando conflitos nele se desenrolassem, o risco de ascensão estando sempre presente, a probabilidade de ascensão aos extremos nos santuários encontrar-se-ia consideravelmente aumentada. Do mesmo modo, a proteção dos santuários não poderia ser assegurada – não mais que a dos teatros de operações – por uma ameaça de desencadeamento automático de represálias maciças: na situação atual, essas represálias acarretariam uma resposta devastadora, e somente se teria a satisfação, bastante fútil, de haver causado ao adversário destruições da mesma ordem daquelas que se experimentará. Nesse domínio, a verdade é que a dissuasão deve aplicar-se tanto aos teatros de operações como aos santuários, e que, nos dois casos, a dissuasão deve ser "graduada", isto é, comportar o emprego de respostas "variáveis" e, em certa medida, imprevisíveis, a fim de manter intacto o precioso fator da incerteza.

Eis porque deve-se pensar que os conflitos violentos da idade atômica devem normalmente cingir-se a dois gêneros de guerra:

nas zonas sensíveis, a ações limitadas, talvez muito violentas, mas muito curtas, e visando a criar um fato consumado, logo seguido de negociações; nas zonas marginais, a conflitos de atrito prolongados, mas relativamente pouco intensos e de caráter clássico ou revolucionário. Em suma, o tipo Sinai e o tipo Coréia Indochina-Laos. Qualquer outro gênero de guerra, sem dúvida, evoluiria muito depressa para a ascensão aos extremos...

Seria imprudente, porém, acreditar que a dissuasão pela existência da arma atômica seja suficiente para impedir os conflitos armados: estes dez últimos anos mostraram que, mesmo com uma superioridade nuclear importante, tais conflitos permanecem possíveis. Com o equilíbrio das *forces de frappe* – as forças de ataque – a intensidade ou o que está em jogo em tais conflitos poderia aumentar flagrantemente no futuro, a menos que providências eficazes sejam tomadas para completar substancialmente o efeito da dissuasão nuclear com o de forças táticas; e a menos, sobretudo, que o efeito, de dissuasão seja mantido em nível elevado, por meio de táticas apropriadas, cuja importância não se poderia exagerar.

MECANISMO DE CONJUNTO DA EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA ATÔMICA

O estudo que se acaba de fazer é apenas uma análise das principais idéias, tomadas sucessivamente, que governam a estratégia atômica. Para não complicar mais ainda este assunto já extremamente obscuro, deixou-se de lado tudo o que concerne às diversas táticas (interceptação, penetração, sobrevivência, controle de armamentos, escudos, incerteza etc.) as quais desempenham papel muito importante no problema estratégico.

Para se ter uma idéia de conjunto do fenômeno e da interação dos diversos dados, não há como passar em revista rapidamente a evolução da luta soviético-americana dos últimos quinze anos. Subdividir-se-á esquematicamente essa evolução em quatro fases, cada uma delas começando por um progresso material do lado soviético, tendo conseqüências estratégicas importantes, e prosseguindo com uma estratégia americana apropriada, apoiando-se sobre realizações materiais particulares.

1 – Na primeira fase, a URSS, que verdadeiramente não se desmobilizou, possui forças aeroterrestres consideráveis. Graças às suas estratégias operacionais militares e revolucionárias, ela está em situação de ter êxito na invasão e na subversão da Europa. Os Estados Unidos, que somente dispõem de uma força aeroatômica embrionária, respondem a esse perigo por meio de uma estratégia de dissuasão, que combina a reconstrução da Europa (Plano Marshall) e seu rearmamento clássico (tratado da OTAN, plano de Lisboa), de intenção defensiva, com a constituição de uma força de ataque aeroatômica ofensiva, destinada a constituir uma ameaça de represálias maciças. Vai-se financiar a economia européia, transportar para a Europa o material do PAM,[9] construir aviões, bombas atômicas e, levando em consideração o raio de ação do B26, estabelecer uma rede muito completa de bases periféricas. Esta estratégia coloca em xeque o aparelho político e militar soviético. A dissuasão é assim obtida, o empuxo soviético na Europa é detido.

2 – Na segunda fase, a URSS somente pode responder mediante uma estratégia defensiva de dissuasão, combinada com uma contra-ofensiva no domínio da estratégia indireta (Coréia, Indochina). À falta de meios, inicialmente, a dissuasão soviética é antes

9. PAM: Plano de Assistência Militar. (Nota do Tradutor)

psicológica: é a campanha antinuclear dos congressos da paz que, diga-se, obtêm certos resultados, pelo menos na Europa e no Terceiro Mundo. Muito cedo, porém, graças a um esforço científico – e de espionagem – sem precedentes, a URSS possui algumas bombas atômicas, e dota-se de uma força de ataque, copiando o B26. Simultaneamente, ela melhora sua defesa aérea através de um sistema de radares. Ante esse começo de ameaça atômica e de defesa aérea, os Estados Unidos mantêm o valor de sua estratégia de dissuasão, reforçando a ameaça de represálias. Isto é tanto mais necessário porque o rearmamento da Europa é lento e incompleto, em parte devido à ausência de forças francesas, drenadas pela Guerra da Indochina, e malgrado à prevista entrada em jogo das forças alemãs ocidentais. Então, a ameaça aérea deve ser suficiente para deixar às forças do escudo somente o papel de alertar as forças estratégicas. Justamente, o poder de represálias encontra-se acrescido de forma considerável pela posse de bombas termonucleares. A penetração, a despeito das defesas soviéticas, será assegurada por aviões voando mais alto do que alcançam os radares adversários, e mais rápidos que seus caças. Nos anos 54/55, a superioridade americana, é incontestável. Não apenas a dissuasão é mantida, como os soviéticos devem deter seus empuxos indiretos na Indochina e na Coréia, e aceitar soluções de compromisso. Notemos, ademais, que nesse momento, como reclamava Mac Arthur, os Estados Unidos teriam podido obter bastante mais.

3 – Na terceira fase, porém, os soviéticos começaram a alcançar os americanos no domínio da dissuasão. Agora eles também possuem a bomba termonuclear, com uma força de ataque não desprezível, e aperfeiçoaram sua defesa aérea, o que lhes permite retomar a contra-ofensiva indireta no Oriente Médio e na África do Norte. A

posse pelos soviéticos da arma termonuclear constitui perigo considerável. Então, a estratégia americana hesita entre diversos caminhos. Será necessário manter a dissuasão mediante novo reforço ofensivo da ameaça de represálias ou, ao contrário, mediante a neutralização parcial da ameaça adversa, criando uma defesa aérea na América? Chegar-se-á a conservar credibilidade suficiente da ameaça de represálias, para poder brandi-la em todos os casos, mesmo nos de menor monta? Caso contrário, não se deverá engajar na via das dissuasões complementares e reforçar os escudos táticos, para não ser-se colocado em situações em que se deva escolher entre a reação total e a capitulação? O grande debate que assim se abre em 1955 termina pela derrota dos ofensivos, que queriam lançar um grande programa de foguetes não interceptáveis. O General Gavin,[10] que preconizava esta solução, pede demissão. Pelo contrário, vai-se construir uma defesa aérea gigantesca, cobrindo a América, e desenvolver-se-á a tática anti-surpresa do SAC[11](aviões alertados etc), e se lhe darão aviões intercontinentais que, da Fortaleza América, poderão escapar ao primeiro ataque soviético. O escudo europeu, à falta de suficientes forças clássicas, será reforçado por armas atômicas táticas, que se concedem em grande número aos membros da OTAN, porém sob estreito controle americano (é a política dita do MC 70 – um dos comitês militares da OTAN, composto de representantes dos países membros e que se reúne semanalmente, para rever estratégias). Essa decisão de 1955, que proporciona, provisoriamente, certa estabilização,[12] era manifestamente demasiado conservadora. Ela provará ser um erro e pesará fortemente na fase seguinte.

10. General James Gavin, chefe de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento do Exército (1958), autor do livro *War and Peace in the Space Age*.
11. SAC – Strategic Air Command – Comando Aéreo Estratégico (EUA). (Nota do Tradutor)
12. Que permitirá, no Líbano e na Jordânia, a interrupção drástica da penetração soviética no Oriente Médio.

4 – É, com efeito, na quarta fase que os soviéticos executam, desta vez à frente dos americanos, o programa de foguetes, aos quais estes últimos haviam acreditado dever renunciar. Em 1957, os soviéticos possuem o engenho intercontinental e lançam o primeiro satélite. Bem depressa eles chegarão à Lua e mostrarão, através de experiências, a precisão de seus lançamentos e a considerável potência de suas explosões. Eles têm, assim, a possibilidade de alcançar e ultrapassar os americanos na estratégia de dissuasão, porque a ameaça de seus foguetes não mais poderá ser enfrentada pela defesa aérea americana, a qual se acaba de estabelecer a custo tão alto que é eficaz somente contra aviões. Como os soviéticos, ao mesmo tempo, reforçaram sua defesa aérea e equiparam suas forças terrestres com vistas a uma guerra atômica tática de caráter ofensivo (armas atômicas táticas, motorização integral, meios de transposição anfíbios etc), eles poderão, assim, colocar em xeque, em todos os domínios, as disposições tomadas pela estratégia americana. Fortalecidos por essa situação psicologicamente valorizada pelos resultados espetaculares dos esputiniques, eles reeditam o problema de Berlim, o qual coloca em causa toda a posição da Alemanha na OTAN, e se permitem desafiar diretamente os Estados Unidos, a propósito do Congo e de Cuba.

Por sorte dos Estados Unidos, a superioridade soviética somente pode efetivar-se progressivamente. Quando Kennedy chega ao poder, no princípio de 1961, o *missile gap*, ainda está no futuro. Mas não há um só momento a perder. O presidente está cercado de uma plêiade de intelectuais que refletiram muito sobre todos esses problemas. Eles trazem toda uma estratégia coerente que amadureceram durante a terceira fase, a dos anos de sobrevivência da estratégia de represália maciça. Para começar, essa última estratégia

é oficialmente abandonada. A dissuasão será mantida por uma estratégia dita graduada (*graduated deterrent*), conducente a procurar-se o equilíbrio nos diversos domínios: nuclear, clássico, indireto, e, em caso de conflito, a esforçar-se por limitá-lo pela "resposta flexível" (*flexible response*), cuja teoria já se viu. No domínio da força de ataque nuclear, tornada mais "escudo" defensivo que "espada", é preciso salvaguardar a todo preço uma substancial capacidade de resposta: para isto, serão desenvolvidos os foguetes (*Polaris, Minuteman*), felizmente estudados durante a fase precedente; assegurar-se-á, por meio de uma muito boa tática de sobrevivência (submarinos atômicos, silos concretados, engenhos móveis etc), que eles não serão destruídos pela primeira rajada inimiga. No domínio clássico, pedir-se-á, sobretudo aos aliados da OTAN, que reforcem os escudos táticos tornados essenciais. No domínio indireto, constituir-se-á uma forte reserva aerotransportável de forças clássicas de intervenção. Enfim, para impedir a ascensão espontânea aos extremos em caso de conflito, desenvolver-se-á uma tática mais segura de controle do armamento atômico, e esforçar-se-á em ensinar aos soviéticos – que a pretendem ignorar – a arte de manter os conflitos em nível limitado.

Essa recuperação intervém bem a tempo de evitar o *missile gap* que parecia dever se abrir, quando se constata que o avanço soviético em matéria de foguetes é menor do que se poderia temer. Todas as informações são acordes em confirmar que a força de ataque intercontinental soviética, por enquanto, não tem senão capacidade reduzida, a que corresponderia à tática "contracidades"; e que ela não poderia ter eficácia suficiente em matéria de tática "contraforças". Como os Estados Unidos fizeram um esforço considerável, são eles agora que parecem em posição de nítida superiorida-

de. Esta situação permite ao Senhor Mac Namara anunciar sua estratégia de dissuasão graduada pela resposta variável.

Então, os soviéticos por sua vez, procuram preencher seu *missile gap* pela instalação em Cuba de engenhos de alcance médio, o que lhes permitiria ter contra os Estados Unidos uma capacidade "contraforças" extremamente temível para os aviões do SAC. Assim, com os IRBM[13] ele conseguiriam em alguns meses um progresso que somente em muitos anos poderiam obter com os ICBM. Essa operação, muito arriscada em situação de inferioridade e ao alcance da invasão dos americanos, parece ter sido camuflada por uma campanha de intoxicação, proclamando a vontade de, em Cuba, limitarem-se a instalações defensivas. Mas os americanos percebem o perigo a tempo. Sua reação é dura e imediata, porém comedida. Os soviéticos devem inclinar-se, pois encontram-se em situação de inferioridade. Esta primeira discussão viva da guerra potencial da dissuasão atômica travou-se, de uma parte e de outra, com bastante precisão, realismo e sangue frio, e terminou com vantagem para os americanos. Os soviéticos vão ser forçados a acompanhar o ritmo infernal do armamento americano, o que poderia exaurir sua economia, cinqüenta por cento menos poderosa que a de seus ricos adversários.

5 – No entanto, já aparecem os pródromos de uma quinta fase, porque os soviéticos conservam no domínio espacial, de onde podem sair novas formas, uma dianteira espetacular, cujo alcance é difícil prever. Por outro lado, sua política nuclear, fundamentada no princípio do *biggest big weapon*,[14] poderia equilibrar com número menor de armas, o sistema americano, muito caro, de armas estra-

13. IRBM – Intermediate-range Ballistic Missilles – Misseis Balísticos de Alcance Médio. (Nota do Tradutor)
14. *Biggest big weapon* – a maior das grandes armas. (Nota do Tradutor)

tégicas menores e muito numerosas. Sob o signo do espaço e da bomba de nêutrons, por exemplo, é provável que assistamos a novos desdobramentos no domínio da dissuasão estratégica.

Simultaneamente, no entanto, uma nova tendência, representada especialmente por Kissinger, quer dirigir o esforço da dissuasão para o fortalecimento dos "escudos". Diante do perigo inaceitável da guerra nuclear estratégica, voltar-se-á à dissuasão pela cobertura direta dos territórios ameaçados, se necessário empregando a arma atômica tática. Essa idéia, que marca uma reviravolta em favor da velha estratégia terrestre em detrimento da estratégia aérea, contém certamente grande parte de verdade. Seu sucesso faria muito para restabelecer certa estabilidade militar no mundo.

Esta rápida passagem em revista da evolução percorrida durante os quinze últimos anos impõe certo número de reflexões.

De início, o caráter extraordinariamente precário das situações adquiridas e o valor efêmero dos sistemas de defesa construídos: a cada 5 anos, no máximo, os materiais e as táticas se encontram mais obsoletos do que se tornavam antigamente, de uma guerra para a outra. Tal consumo enorme de riqueza parece ser um imposto cada vez mais pesado, para uma segurança sempre incerta. Tal corrida deveria desaguar, um dia, na guerra, em uma bancarrota econômica ou bem sobre um acordo de limitação de armamentos: a paz não pode ser mantida perpetuamente por uma tensão dessa ordem de grandeza.

Outra observação importante é que, se os soviéticos quase conseguiram, magistralmente, por falar nisto, galgar a ladeira da dissuasão, foi porque, em duas oportunidades, quando os Estados Unidos mantinham considerável dianteira (na primeira e, sobretudo, na segunda fase), estes se abstiveram de tirar vantagem de tal

fato. Isso mostra que, se o jogo em si mesmo é muito apertado, ele não comporta sanções demasiado imediatas. Se é bem possível que os soviéticos sejam mais duros no jogo que os americanos, é pouco provável que ousassem levar longe demais uma vantagem que não teria caráter absoluto. A razão essencial dessa prudência repousa no fator incerteza, que quase nunca permite saber exatamente onde se está.

Porém, conquanto não tenha havido ação nessa luta constante, pode-se constatar que a curva geral da dissuasão evoluiu, desde o início da terceira fase, em favor dos soviéticos. A estratégia de represálias maciças era uma estratégia ofensiva. A da dissuasão graduada é defensiva, e sua eficácia em face da estratégia indireta soviética permanece a demonstrar.

No plano dos mecanismos da estratégia, a evolução que se produziu mostra bem a relação existente entre os novos materiais e as novas possibilidades táticas que eles acarretam, as quais conduzem a uma mudança de equilíbrio estratégico. Percorre-se, então, o caminho inverso: o restabelecimento do equilíbrio estratégico impõe a escolha de uma decisão estratégica (como em 1955, por exemplo) cuja conseqüência será definirem-se possibilidades táticas a adquirir (interceptação, penetração, sobrevivência etc), das quais se deduzirão os materiais novos a produzir (radares, foguetes, submarinos etc). Certos autores, como Rougeron, dizem não haver estratégia senão a dos meios. É exato, no sentido de que é preciso ter-se os meios de sua estratégia. Mas isto não quer dizer sejam as invenções que devam dominar a estratégia. Muito pelo contrário, na boa lógica, é a estratégia que deve orientar os inventores, ou pelo menos escolher dentre as invenções as que melhor satisfazem às necessidades da estratégia. Em certos ca-

sos, pode-se estar desprovido dos meios necessários (como os soviéticos, enquanto não tinham força nuclear); então, a estratégia deve reencontrar o paliativo (por exemplo, a campanha psicológica dos congressos da paz), escolhendo uma solução capaz de colocar em xeque a estratégia do adversário, com os meios de que se pode dispor. É questão de inteligência e de imaginação.

CONCLUSÕES SOBRE A ESTRATÉGIA ATÔMICA

As conclusões que se podem tirar de um estudo da estratégia atômica são, evidentemente, muito numerosas e muito diversas. Limitar-nos-emos aqui às mais importantes.

1°) A estratégia atômica situa-se, necessariamente, no plano da guerra total. Isto decorre de seus componentes psicológicos, financeiros e econômicos, tão importantes. É, por conseguinte, uma forma particular, digamos a forma moderna da "estratégia total" em seu modo direto.

Todas as boas estratégias foram totais, mesmo as mais operacionais, como as de Alexandre e de Napoleão. No entanto, seu aspecto total era freqüentemente mascarado pelo brilho das batalhas, a ponto de induzir em erro seus historiadores. A arma atômica, que até o presente não produziu batalhas, obriga a tomar consciência plena da totalidade do fenômeno estratégico e da influência de seus diversos fatores. Uma estratégia total implícita, conduzida por estimativa, e de alguma forma intuitivamente pelos chefes de Governo, deve ceder lugar a uma estratégia que se quer cientificamente total. A estratégia total torna-se uma disciplina de pensamento indispensável no nível classes dirigentes. O exemplo de Cuba o demonstra.

2º) A estratégia total da idade atômica varreu os conceitos estratégicos do século XIX, particularmente os da escola clausewitziana, tão nefasta, sobretudo por seus contra-sensos em relação ao pensamento do mestre. Não há senão que felicitar-se por isso, mas é preciso construir agora um novo sistema e esforçar-se por evitar, desta vez, construir uma teoria demasiado particular, que poderia conduzir a erros ainda mais graves. O que se não deve fazer é uma "estratégia atômica", que somente seria válida para a conjuntura atual, mas uma estratégica total, capaz de englobar tanto o fenômeno nuclear e os que se seguirão (espaço, química etc) como formas menores e indiretas.

3º) Essa estratégia nova deve incorporar mudanças consideráveis, introduzidas pela aplicação do poder científico e industrial à defesa do poder dos Estados.

Para começar, a mudança de escala dos problemas de defesa, decorrente do alcance e da potência das armas e, também, das despesas enormes que elas acarretam. Esta mudança de escala não pode deixar de influenciar muito rapidamente o vulto dos Estados. Uma vez mais, as condições de segurança que haviam imposto a cidade antiga e o reino do século XVI, poderiam desempenhar papel determinante na estrutura das entidades internacionais.

Em seguida, a mudança de caráter dos problemas de defesa devido à influência do fator industrial. *A preparação tornou-se mais importante que a execução*, porque a posse de meios superiores é mais decisiva que o modo de empregá-los. É uma reviravolta completa na arte da guerra, que Napoleão dizia ser "toda de execução". Devido a este fato, a noção de segurança, outrora ligada à proteção direta através de forças interpostas, toma o caráter abstrato de uma dianteira na preparação. Os postos avançados são substituídos pela

espionagem científica. A noção de manobra ela mesma torna-se cada vez mais abstrata: a manobra das forças no espaço, que se apresentava em azul e vermelho, sobre uma carta com elipses e setas, transforma-se em uma manobra de potenciais no tempo, que escapa a qualquer representação gráfica. Na avaliação de potenciais, o fator qualitativo (moral e técnico) toma largamente a dianteira sobre o fator quantitativo, o que faz cada vez mais subjetiva a apreciação de uma situação. A escala do tempo, em outras épocas muito comprimida (uma campanha do século XIX poderia durar um mês, uma batalha, algumas horas) já se havia expandido nas grandes guerras do século XX; inicialmente, devido à extensão dos teatros de operações; depois, por causa dos prazos necessários para produzir os meios materiais que se haviam revelado indispensáveis (porque não se havia sabido prevê-los). Na guerra logística, que se desenrola atualmente em tempo de paz, os prazos de execução são da ordem de cinco anos. Por conseguinte, é preciso refletir com cinco anos de antecedência sobre uma situação futura extremamente conjuntural. A prospectiva torna-se disciplina absolutamente vital.

Conseqüências análogas, mas ainda mais diferidas, resultam do emprego permanente de técnicas políticas e revolucionárias: a URSS somente a partir de 1948 (vitória de Mao Tsé-tung na China) colheu os dividendos do Congresso de Bakou, em 1921.

4º) Uma vez que o essencial se joga "antes", em "tempos de paz", o esforço tende, normalmente, a uma decisão, evitando-se a guerra, que não teria mais valor que a uma espécie de "prova dos nove" da eficácia das preparações feitas. Donde o desenvolvimento lógico, e sem dúvida ainda incompleto, da estratégia de dissuasão.

A evolução da estratégia de dissuasão mostra a importância crescente das dissuasões, complementares daquela, obtida pela

ameaça de represálias atômicas. Assim, a arma atômica, como todas as suas predecessoras, junta-se às armas mais antigas, sem suprimi-las. A panóplia completa-se, da arma branca à bomba H. O papel da arma branca já se havia reduzido, mas não tinha desaparecido. O mesmo acontece com as armas menos antigas, ditas "clássicas". Um novo equilíbrio se restabelece mas, contrariamente a certos profetas modernistas, este equilíbrio deixa subsistir a necessidade de importantes forças clássicas. Outros meios ainda mal conhecidos, impor-se-ão, sem dúvida, para completar a dissuasão no domínio da estratégia indireta.

Este desenvolvimento da estratégia de dissuasão tende a reduzir cada vez mais o campo da liberdade de ação da força. Devido a este fato, os conflitos que, pelo jogo da dissuasão recíproca, já absorvem uma quantidade enorme de energia e de recursos, podem resolver-se através de ações marginais de aparência muito modesta. Tais ações marginais podem, com efeito, permitir medir os excedentes em meios e vontade que restaram disponíveis. Assim, a guerra, se eclodisse, teria sem dúvida grandes chances de permanecer limitada, e decidir-se "por pontos". Em todo o caso, é assim que se resolvem as crises nascidas de manobras ou de ameaças desenvolvidas no domínio da estratégia indireta. É assim, ainda, que se resolveu a crise da estratégia nuclear direta, a propósito de Cuba. Cada vez mais se afasta o conflito de tipo integral, que o romantismo do século XIX havia teorizado. O jogo moderno é um jogo essencialmente estratégico, mais estreitamente que nunca comandado pela política.

Porém, a existência de um campo de liberdade de ação da força, pequeno que seja, confere nova importância às ações menores, que ele torna possíveis. A guerra antiga entalhava a História,

a golpes de batalhas, como uma cirurgia sangrenta. A nova guerra, toda de nuanças, parece, antes, o processo de infecção da doença. Sua ação lenta e menos dramática não deve enganar: as reviravoltas de poder que ela progressivamente produz aparecerão mais tarde como um cataclismo mundial. Por conseguinte, é fundamental reencontrar o domínio de uma "medicina", capaz de deter os conflitos de aparência secundária que exploram a febre de descolonização bem como as crises de adaptação ao poderio da produção moderna e à explosão demográfica resultante do milagre de Pasteur. É o problema do que chamamos *estratégia indireta*. Não há outro mais urgente hoje em dia. Vamos examiná-lo no próximo capítulo.

6º) A estratégia de dissuasão pode também gerar uma verdadeira técnica da paz. Quando se mede o progresso feito neste domínio em dez anos, pode-se pensar que se continuará a progredir e que se chegará a uma organização da paz mais racional e mais eficaz que as precedentes, fundadas com demasiada exclusividade sobre elementos emotivos e morais. Essa estratégia de paz pode desaguar em um equilíbrio estável, permitindo o controle de armamentos, ou sobre a constituição de uma força internacional, capaz de romper o equilíbrio em detrimento do perturbador da paz. Tal objetivo ainda não está à vista; porém, não mais está fora de cogitação. Caso se procure bem, poder-se-ão encontrar soluções que circunstâncias favoráveis permitiriam aplicar.

7º) Em suma, caminhamos para a guerra suicida ou para a paz? Não se pode responder com certeza a esta pergunta cardinal. Para fazê-lo, seria necessário, antes, estar seguro de que a guerra somente depende da vontade dos homens. Ora, sempre se viu na guerra o sinal da vontade dos deuses, depois, da fatalidade históri-

ca e, mais recentemente, de um excedente demográfico.[15] Porém, se a escolha entre a guerra e a paz é bem uma questão humana, podendo ser regulada pelas leis da razão, é lícito dizer-se que a arma atômica, aumentando desmesuradamente os riscos, dá à paz uma estabilidade maior. Salvo peça pregada pela sorte, ou fatalidade biológica, a *probabilidade* é do emprego mais e mais domesticado da força, em benefício de combinações político-estratégicas cada vez mais calculadas. Não mais saltos passionais no desconhecido – ou, em todo caso, muito menos. Daí, sem dúvida, nada de "grandes guerras", como as que foram a chaga do século XX, e que causaram o declínio sem dúvida prematuro da Europa.

Mas será isso a paz? Certamente, não. Porque a paixão de poder dos homens, unida às forças ainda obscuras que governam a evolução econômica e biológica da espécie, terá sempre que encontrar um campo de expansão para produzir as transferências de poder ou de bens exigidas pelas mudanças de equilíbrio. A velha guerra militar, bandeiras e clarins ao vento, pode rarefazer-se e desaparecer. A compensação será o desenvolvimento da guerra revolucionária, dos conflitos endêmicos, das crises repetidas, do incessante esforço científico, industrial e militar.

O homem do século XX, obcecado pela lembrança das duas catástrofes inúteis, de 1914-18 e de 1939-45, e armado de todos os meios da ciência moderna, talvez tenha encontrado, enfim, o meio de impedir o retorno delas. Porém, o preço que ele deverá pagar, imposto por um destino irônico, será diferente do que esperava: a luta mantida em um tom de voz menor, tornar-se-á permanente.

Juntas, a grande guerra e a verdadeira paz estarão mortas.

---

15. Cf. Bouthoul: *Les guerres. Eléments de polémologie.* Livraria Payot (1951)

Capítulo IV

ESTRATÉGIA INDIRETA

DEFINIÇÃO

O termo estratégia indireta pode parecer discutível e presta-se a confusão: Liddell Hart desenvolveu brilhantemente uma teoria de "aproximação indireta", que considera a melhor estratégia. Consiste esta em, no domínio operacional militar, "não pegar o touro pelos chifres", isto é, em não afrontar o inimigo numa prova de força direta, mas em somente abordá-lo depois de o haver inquietado, surpreendido e desequilibrado por meio de uma aproximação imprevista, efetuada de direções alteradas: é Alexandre que, antes de marchar sobre a Pérsia, apodera-se da Palestina e do Egito; Cipião, que antes de enfrentar Cartago, empreende a conquista da Espanha etc. Pode-se classificar na aproximação indireta o desembarque aliado na África do Norte em 1942 e a campanha da Sérvia em 1918.

Na realidade, essa manobra de aproximação indireta é um meio que se impõe àquele de dois adversários que não está seguro

de ser suficientemente forte para bater o inimigo numa batalha travada em terreno escolhido pelo adversário. Liddell Hart, a justo título, faz valer que jamais se está seguro de ser bastante forte, e mesmo que se esteja bastante forte, a vitória será de custo muito maior. Eis porque preconiza o emprego sistemático da aproximação indireta. Na maioria dos casos, ele, sem dúvida, tem razão; mas permanece o fato de que a idéia central desta concepção é *inverter a relação de forças opostas antes da prova da batalha, por meio de uma manobra*, e não pelo combate. Em lugar de uma confrontação direta, apela-se para jogo mais sutil, destinado a compensar a inferioridade em que se encontra.

Essa idéia central que, em estratégia militar clássica, traduzia-se por uma manobra de caráter geográfico (*a aproximação indireta*), encontrou aplicação na estratégia total sob forma diferente. Isto aconteceu em todos os conflitos onde um dos adversários queria atingir certo resultado com meios militares, os quais, por uma razão ou outra (fraqueza intrínseca ou dissuasão de empregar meios mais importantes), eram inferiores aos que lhe podiam ser opostos. Eis porque daremos a esta estratégia o nome geral de *estratégia indireta*.

Ver-se-á que esta estratégia que, devido à existência da arma atômica e à febre de descolonização, conhece um campo de ação muito extenso, tornou-se extremamente complexa e terrivelmente eficaz. Suas características, particularmente insidiosas, à força de serem indiretas, são freqüentemente mal compreendidas, o que nos valeu uma seqüência contínua de revezes nesse domínio. Assim, nada é mais importante que procurar compreender seu mecanismo.

A diferença essencial entre a aproximação indireta e a estratégia indireta não repousa somente no caráter geográfico da "apro-

ximação", que se viu mais acima. A aproximação indireta, com efeito, visa à vitória militar. É sua preparação, somente, que é indireta. Eis porque classifiquei a aproximação indireta na estratégia direta. A estratégia indireta é a que atende ao essencial da decisão de outros meios que a vitória militar. Outra caracteristica da estratégia indireta repousa no aspecto particular que toma a liberdade de ação. Em nossos dias – e isto bem antes do aparecimento da arma atômica – todo conflito somente se pode travar dentro de uma margem bem definida de *liberdade de ação*, por causa das repercussões que seu desenvolvimento poderia ter sobre a situação internacional. Em 1912, por exemplo, os balcânicos tiveram que renunciar a avançar até Constantinopla onde não se queria ver instalar-se a Rússia. Do mesmo modo, no Marrocos, a França viu-se obrigada a conviver com os interesses ingleses, espanhóis etc. Nós sublinhamos em outro estudo o erro dos alemães invadindo a Bélgica, em 1914, e abrindo a guerra submarina, em 1916 etc. Estava-se limitado, então, pelo medo do que Clausewitz chamara "a ascensão aos extremos", isto é, ver um conflito de benefícios limitados colocar em marcha uma conflagração sem medida comum com o objeto inicial. De 1936 a 1939, Hitler esforçou-se por atingir seus objetivos sem desencadear o grande conflito mundial. Com a arma atômica, o perigo de ascensão aos extremos tornou-se tão grande, que a margem de liberdade de ação estreitou-se consideravelmente; mas ela ainda subsiste, como mostram os numerosos conflitos limitados que se produziram desde 1950 (Coréia, Indochina, África no Norte, Israel, Hungria, Suez, Congo, Cuba, Berlim).

Quanto mais estreita se fez a margem de liberdade de ação, mais importante tornou-se sua exploração, porque só ela permitia enfrentar o *status quo* que pretendia manter a dissuasão nuclear.

Quanto mais estreita era a margem de liberdade de ação, mais nuanças deveriam ter os procedimentos de exploração, até revestirem aspectos em que a guerra era quase irreconhecível. E, no entanto, os resultados obtidos foram consideráveis, mais consideráveis do que os que teriam sido obtidos por uma grande guerra: o Ocidente foi desalojado da China e de quase todo o Sudeste Asiático; o Oriente Médio foi perturbado, a África sublevou-se, o mal-estar estendeu-se à América Central e à América do Sul. Ora, todos esses resultados não são unicamente o produto fatal da evolução histórica, são resultado de uma utilização judiciosa das tendências naturais da evolução, por meio de manobras calculadas exatamente segundo uma estratégia muito precisa; aquela que chamamos estratégia indireta. Esta, provou assim ser o melhor antídoto para o que se chamou a paralisia nuclear.

Deste modo, a estratégia indireta aparece como a *arte de saber explorar da melhor maneira a estreita margem de liberdade de ação que escapa à dissuasão pelas armas atômicas, e disto extrair importantes êxitos decisivos malgrado a limitação, às vezes extrema, dos meios militares que aí podem ser empregados.*

É partindo de tal definição que vamos procurar compreender as regras desse jogo extremamente cheio de nuanças.

CONCEPÇÃO DA MANOBRA INDIRETA

O primeiro elemento da estratégia indireta consiste em determinar a margem de *liberdade de ação* que a conjuntura pode propiciar e em assegurar que essa margem possa ser mantida e, se possível, aumentada, enquanto que aquela de que desfrutará o adversário será reduzida ao máximo.

Reconhece-se aqui o princípio que sublinhamos na análise da estratégia em geral: toda dialética de luta corresponde a um conflito pela liberdade de ação. Porém, a originalidade fundamental da estratégia indireta é que a liberdade de ação somente em pequena parte depende das operações que serão empreendidas na zona considerada, enquanto que repousa, quase que inteiramente, sobre fatores externos a essa zona: apreciação do valor da dissuasão nuclear, apreciação das reações internacionais, das possibilidades morais do adversário e de sua sensibilidade, tanto às ações que se tem em vista como às pressões externas etc.

Resulta daí que a possibilidade, como o sucesso da operação, são comandados pelo êxito da manobra conduzida no tabuleiro mundial. É o que chamaremos a *manobra exterior*. Sua importância foi com demasiada freqüência desconhecida: não se viu que o essencial da luta não se travava sobre o terreno de combate, mas fora dele. É, em geral, esse grave contra-senso que levou ao número excessivo de fracassos que experimentamos.

Concepção da manobra exterior

A idéia central da manobra exterior é assegurar o máximo de liberdade de ação, paralisando o adversário por mil laços de dissuasão, como os liliputianos haviam sabido amarrar Gulliver. " Naturalmente, como em toda dissuasão, trata-se de manobra psicológica fazendo concorrer para esse mesmo fim meios políticos, econômicos, diplomáticos e militares.

Os *procedimentos* de dissuasão empregados vão do mais sutil ao mais brutal: colocar-se-á em jogo o respeito às formas legais do Direito interno e do internacional e invocar-se-ão valores morais

e humanitários; e procurar-se-á criar no adversário uma consciência pesada na luta, fazendo-o duvidar do bom fundamento de sua causa. Criar-se-á, assim, a oposição de parte de sua opinião interna, enquanto que se levantará, caso se possa, tal ou qual fração da opinião internacional, criando uma verdadeira coalizão moral, para a qual se atrairá simpatizantes ingênuos, seduzidos por argumentos adaptados a seus preconceitos. Esse clima será explorado na ONU, por exemplo, ou em outras reuniões internacionais; mas será, sobretudo, utilizado como ameaça, destinada a impedir o adversário de executar tal ou qual ação; empregar-se-á, sob a forma de ameaça de execução, a intervenção indireta pela remessa de armamento, de especialistas e de voluntários; se necessário, far-se-á valer a ameaça de represálias políticas e econômicas e, enfim, a ameaça de intervenção direta, mesmo por engenhos atômicos. Reconhecem-se nesta enumeração, que não é limitativa, muitos traços característicos da atualidade recente.

Porém, este conjunto de procedimentos somente pode ser empregado com eficácia se duas condições forem satisfeitas: de início, que a força militar de dissuasão (nuclear ou clássica) constitua ameaça global suficiente para paralisar reações; em seguida, que o conjunto de ações previstas se inscreva numa *linha política* convenientemente escolhida para formar um todo coerente: quando, por exemplo, os Estados Unidos liberais intervêm em Cuba, mesmo indiretamente, como na operação da Baía dos Porcos, eles dão uma falsa nota psicológica, que não seria grave em estratégia direta (sobretudo se fosse vitoriosa),[1] mas que lhes custa muito caro em estratégia indireta. Quando a França descoloniza a África negra e evacua voluntariamente o Marrocos e a Tunísia, ela dá uma

1. Como mostrou a questão de Cuba, em 1962.

outra nota falsa, agarrando-se à Argélia (ou reciprocamente). A escolha desta linha política constitui decisão capital para o sucesso da manobra.

Coisa curiosa, nesse domínio pôde-se constatar que, em matéria psicológica, era possível apropriar-se de posições abstratas, exatamente como, na guerra militar, apossa-se de uma posição geográfica e se a interdita ao inimigo. Os soviéticos conseguiram, assim, fazer admitir que a cortina de ferro era uma barreira política estanque no sentido oeste-leste enquanto que é permeável no sentido leste-oeste. Eles se apropriaram das plataformas da paz, do repúdio às armas atômicas (as quais, no entanto, desenvolveram), do anticolonialismo, enquanto que possuem o único império colonial que ainda subsiste. A análise deste fenômeno indiscutível decorre da tática psicológica, e não será tentada aqui. Notemos de passagem, pelo menos, que essas "conquistas", em geral, apóiam-se em princípios reconhecidos por seus adversários. Não é pois impossível que posições ideológicas concebidas em função do marxismo possam ser conquistadas pelos ocidentais, quando eles souberem aplicar em sua estratégia indireta cálculos conscientes, em lugar de princípios jurídicos ou morais, que seus adversários a cada passo utilizam eficazmente contra eles.

A escolha da linha política deve, naturalmente, levar em conta as tendências psicológicas do momento (desejo de paz, descolonização, vontade de elevação do padrão de vida etc), assim como as vulnerabilidades do adversário e as dos parceiros que se quer utilizar. Isto, com mais freqüência, leva a conduzir o conflito indiretamente, por "adversários interpostos". Essa ficção não engana ninguém, mas é psicologicamente essencial. Mais certo ainda, a linha política deve prever as reações possíveis do adversário e conter, em

potencial, as paradas correspondentes. Em resumo, a "linha política" deve constituir a idéia de manobra de um verdadeiro plano psicológico de operações, concebido com o mesmo rigor de um plano de operações militares.

Concepção da manobra interior

Tendo-se assim assegurada a possibilidade de certa liberdade de ação, resta conceber a manobra a efetuar no espaço geográfico onde se quer obter certos resultados. Chamaremos esta manobra pelo nome de "manobra interior".

Aqui, o problema se resume a três variáveis complementares principais: as forças materiais, as forças morais e a duração. Se as forças materiais são muito superiores às do adversário, as forças morais podem ser menores, e a manobra pode ser muito curta. Se, ao contrário, as forças materiais são pequenas, elas devem ser compensadas por forças morais muito grandes, e a manobra será necessariamente de duração longa.

A primeira visa a atingir muito rapidamente, graças à superioridade de forças, um objetivo parcial correspondente à liberdade de ação exterior de que se dispõe e, depois, a parecer deter-se antes de empreender outra operação. Esta manobra por objetivos sucessivos relativamente modestos, entrecortada de negociações, é a que se poderia chamar a *manobra da alcachofra*.[2] Hitler mostrou um notável exemplo dela, de 1936 a 1939. A URSS tentou-a em diversas oportunidades (Checoslováquia, Coréia) com êxito desigual. Em um modo defensivo, as diversas campanhas israelenses do Sinai incluem-se nessa categoria.

2. Que os alemães chamam a tática do "salame".

A segunda manobra visa a atingir o objetivo – às vezes importante – menos por uma vitória militar, que pela manutenção prolongada de um conflito concebido e organizado para tornar-se cada vez mais pesado para o adversário. É a *manobra pela lassidão* dos conflitos de longa duração, dos quais Mao-Tsé-tung foi o notável teórico e vitorioso executante. A Argélia é um seu exemplo mais recente e, talvez, o mais completo. Berlim, sob forma muito insidiosa, procede da mesa concepção.

Naturalmente, entre essas duas fórmulas extremas, todos tipos intermediários são possíveis: a Coréia, que começou sob o signo da alcachofra, terminou sob o da lassidão. A Indochina, onde se aplicava a estratégia da lassidão, quase terminou no estilo militar da alcachofra.

Manobra pela lassidão

A concepção da "manobra pela lassidão" é extremamente interessante, porque é verdadeiramente muito sutil. Trata-se de levar um adversário, por muito mais forte que seja, a admitir condições freqüentemente muito duras, não engatando contra ele senão meios extremamente limitados. É então que entra em jogo, em toda a sua plenitude, a fórmula das variáveis complementares que já encontramos: a inferioridade das forças militares deve ser compensada por uma superioridade crescente das forças morais, à medida que a ação se prolonga. Assim, a operação desenvolve-se simultaneamente em dois planos, o plano material, das forças militares, e o plano moral, da ação psicológica.

Plano material

No plano material, trata-se, em primeiro lugar, de saber durar. Este objetivo, que Raymond Aron considera a finalidade última da estratégia,[3] é na realidade o objetivo de toda "manobra por lassidão". Em situação de grande inferioridade de meios, não se pode esperar sobreviver senão recusando combater, e empregando uma tática de fustigamento para manter vivo o conflito. Isto conduz à guerrilha, velha como o mundo e, no entanto, esquecida e depois reaprendida, a cada geração. Mas esta tática há quarenta anos é objeto de codificações estratégicas muito importantes,[4] as quais permitem conduzir tal gênero de operações segundo conceitos racionais que lhe aumentam consideravelmente a eficácia e, conseqüentemente, permitem reduzir bastante o desequilíbrio de forças materiais. Mao Tsé-tung definiu em sete regras a essência da guerrilha: íntimo acordo entre a população e os guerrilheiros, retraimento ante um avanço inimigo em força, fustigamento e ataque ante um retraimento inimigo, estratégia de um contra cinco, tática de cinco contra um, particularmente graças ao que se chama o "retraimento centrípeto", isto é, a concentração de forças durante o retraimento (ele dispunha de muito espaço na China); enfim, logística e armamento graças ao que é tomado do inimigo. Estas sete regras constiuem o mínimo necessário para tal forma de guerra, mínimo, no entanto, às vezes desconhecido, como, por exemplo, quando a OAS pretendeu estabelecer um "reduto" na Argélia, ou quando os americanos aceitaram a idéia de um desembarque em Cuba, sob a forma de "cabeça de ponte" clássica.

---

3. Cf. o capítulo "Survivre c'est vaincre", em *Paix et Guerre entre les Nations*. Raymond Aron. Calmann Levy, 1962.
4. Particularmente pelo Coronel Lawrence, pelos regulamentos soviéticos e por Mao Tsé-tung.

Mais além desse mínimo, duas noções capitais foram formuladas, para garantir a liberdade de ação da guerrilha. A primeira, de origem soviética, mas já aplicada pelos irlandeses, visa a impedir a repressão, dissuadindo a população de informar o inimigo, mediante a prática de terrorismo sistemático. Pudemos apreciar, na Indochina e na Argélia, a eficácia do método, cuja crueldade, no entanto, não despertou a indignação da opinião mundial. A segunda, luminosamente explicada por Lawrence, a propósito de Medina, tem por princípio estender em superfície, ao máximo, a ameaça da guerrilha, sem, no entanto, incitar o inimigo a retrair-se, de forma a criar para ele um problema de proteção cada vez mais difícil. A aplicação deste última noção tem como efeito levar o adversário a despender mais e mais forças para a guarda de um número crescente de pontos, o que, em larga medida, é capaz de modificar o equilíbrio prático das forças em presença. É assim que, na Argélia, mais de 300.000 homens eram mantidos na incerteza por menos de 30.000.

Enfim, as forças de guerrilha, cujo desgaste é terrível, devem ser mantidas e constantemente desenvolvidas para que a pressão seja crescente. Isto exige um sistema inicial de contrabando de armas (ou de lançamento por pára-quedas, como na França, em 1944), seguido, desde que possível, do estabelecimento de bases próximas do território atacado, cuja inviolabilidade será assegurada pelos meios de dissuasão da manobra exterior. Tal foi o papel das bases da China para a guerra da Indochina, das do Egito, inicialmente, e, depois das da Tunísia e do Marrocos, para a Guerra da Argélia, das do Congo, ex-belga, para a Angola portuguesa etc. Certos autores viram na organização dessas bases o elemento decisivo de tal gênero de guerra. Se ele não é decisivo em si mesmo, certamente é muito importante, pois pode-se notar que as guerrilhas que

fracassaram no Quênia e na Malásia são justamente as que se encontravam isoladas. Este último ponto confere à manobra exterior capital valor operacional, que se agrega ao que já se disse de seu papel-chave no domínio da liberdade de ação global.

Plano psicológico

No plano psicológico, a idéia geral é, ainda, saber durar. Para isto, é indispensável que as forças morais dos combatentes e da população sejam desenvolvidas e mantidas em nível elevado. A alavanca moral é, por conseguinte, capital. Simetricamente, é preciso levar o adversário a ceder por lassidão. Ainda aqui, a ação psicológica será essencial para explorar nesse sentido os resultados obtidos. Esta ação psicológica complexa, pois que deve dirigir-se simultaneamente aos combatentes e à população amiga e inimiga, repousa sobre dois elementos principais, a "linha política" de base e a escolha da tática psicológica.

A *linha política de base*, que deve estar em harmonia com a linha política necessária à manobra exterior, deve ser tal que possa mobilizar, em vista da luta, as paixões latentes do povo que se quer emocionar. Por outro lado, estas paixões (patrióticas, religiosas, sociais etc) devem ser apresentadas segundo uma orientação que demonstre a justiça da causa que se quer apoiar. Do mesmo modo, o sucesso da operação deve parecer certo, não como em 1940, "porque nós somos os mais fortes" – o que, nesse gênero de guerra, no início jamais é verdadeiro – mas porque "Deus (ou obscuras forças históricas) está conosco". O determinismo histórico, predestinando a História no sentido desejado, vem assim substituir as imagens santas ou as aparições que galvanizavam os cruzados. Ele cria uma

espécie de fatalismo otimista e, simetricamente, um fatalismo pessimista no inimigo, que se aparentam com o fatalismo dos muçulmanos, sucessivamente conquistadores e subjugados.

Este último ponto: é particularmente importante, porque medimos mal o papel que representou na rápida conquista do mundo pela raça branca o sentimento dos povos submetidos de que éramos trazidos pelo destino, e de que não podíamos deixar de ser os senhores de seu futuro. Os revezes sofridos pelo Ocidente na primeira parte da II Guerra Mundial desmentiram tal previsão: perdemos a face, e as mesmas forças que operaram em nosso favor agora atuam contra nós.

As *táticas psicológicas* comportam, evidentemente, o emprego de técnicas hoje bem conhecidas, de propaganda, doutrinação e organização da população, através de um enquadramento cerrado e cuidadosamente vigiado. Porém, nesse gênero de guerra é, sobretudo, indispensável compreender que os únicos êxitos são de ordem psicológica, e que, portanto, todas as ações materiais somente têm interesse pelo seu valor para levantar o moral ou o prestígio dos combatentes, ou da população. Por conseguinte, a guerrilha deverá, mais freqüentemente, ser conduzida nesse sentido. Por outro lado, se faltam os êxitos, ou se eles são mínimos, o blefe – e mesmo a mentira total – poderão suplementá-los. (Cf. "a heróica" defesa de Port. Said, a destruição do "Suffren" pelos norte-vietnamitas, do "Jean Bart" pelos egípcios, o desembarque do Exército egípcio na Kabilia etc). No mesmo sentido, um prurido de notícias sensacionais, como é hábito da imprensa ocidental, permite ao adversário multiplicar o efeito psicológico de ações modestas e repetidas. Pode-se notar aqui que, se a linha política deve apresentar séria unidade, a propaganda pode ser muito diferente no plano exterior e no plano interior.

Graças às manobras exterior e interior, conduzidas em perfeita simbiose, o conflito, inicialmente, de menor vulto, pode enquistar-se e, depois, desenvolver-se e durar. Se a manobra exterior produz o mínimo indispensável de dissuasão, e se a manobra interior não é sufocada desde o início, existem as maiores probabilidades de um desfecho vitorioso. Na melhor das hipóteses, conseguir-se-á a renúncia à luta pelo adversário (Tunísia, Marrocos, Argélia). Se a manobra exterior não consegue impedir a intervenção de outras potências, chegar-se-á a uma solução de compromisso, sob a forma de uma partição (Israel, Indochina). Se a manobra exterior não consegue alimentar suficientemente a ação interior e se o adversário se agarra, então chega-se ao fracasso (Quênia, Malásia). Porém, os germes semeados durante a luta, mais tarde se desenvolverão e, no mínimo, ter-se-á imposto ao adversário um esforço considerável ao preço de meios irrisórios.

Esta última consideração sublinha todo o interesse da manobra pela lassidão: bem conduzida, objeto de estrita reflexão, ela apresenta apenas um mínimo de risco, enquanto que seus possíveis dividendos são consideráveis; e que, mesmo em caso de fracasso, o adversário foi desgastado, sem que nós nos desgastássemos. Há 22 anos eu previa, com o exemplo hitleriano, que essa forma de conflito não poderia deixar de se desenvolver no futuro. Os fatos ultrapassaram minhas previsões. Penso hoje que esse gênero de guerra ainda se desenvolverá, à sombra da arma atômica, até que paradas eficazes sejam desenvolvidas e criem nesse domínio as possibilidades de dissuasão que possuímos nos outros. Este problema será examinado mais adiante, após haver-se estudado "a manobra da alcachofra", ou do "salame".

Manobra da alcachofra

A manobra da alcachofra é muito mais simples, à medida que, em sua fase de execução interior, repousa, sobretudo, em cálculos de estratégia militar. Por outro lado, a manobra exterior desempenha aí um papel tão decisivo como na manobra pela lassidão. Viu-se bem isso, por ocasião de Suez e do Sinai, onde o êxito militar não teve influência sobre o fracasso final da operação, cuja cobertura exterior era praticamente nula.

De qualquer maneira é preciso que a estratégia militar da manobra da alcachofra não comporte servidões particulares. Estas decorrem essencialmente de que a margem de liberdade de ação de que goza é sempre estreita; e que, mesmo se a manobra exterior foi bem concebida, ela corre o risco de fracasso ou de ascensão aos extremos, se não conseguir obter, por surpresa e rapidamente, um *fato consumado* indiscutível, podendo servir de base a ulteriores negociações. O fracasso soviético na Coréia decorre de não ter podido a operação ser rapidamente decisiva, e de se ter ela enquistado numa campanha de longa duração. Se não tivesse havido a cabeça de ponte de Fusan, não teria havido a contra-ofensiva de Inchon, nem qualquer outra intervenção americana subseqüente. O plano soviético carecia de velocidade e de potência. Do mesmo modo, para a operação de Suez era insensato pretender conduzir uma operação "aeropsicológica" de duração de dez dias, antes de desembarcar: seria deixar ao adversário a possibilidade de criar o fato consumado, em seu proveito, antes do desembarque. Ao contrário, a ocupação por Hitler da margem esquerda do Reno, da Áustria e da Checoslováquia foi, em cada caso, executada em 48 horas, o que corresponde ao tempo mínimo

de reação da política internacional. Assim, a operação interior deve ser concebida *como um grande golpe de mão*, à base da surpresa, da velocidade, de ações rápidas do forte sobre o fraco, exploradas em força e imediatamente. É, pois, o domínio das ações aero-transportadas, motorizadas e blindadas. Naturalmente, essa velocidade necessária repousa não apenas sobre previsões precisas e sobre uma execução vigorosa, como também sobre uma preparação bastante completa em todos os domínios. *Tal operação não se improvisa.*

Enfim, se a liberdade de ação propiciada pela manobra exterior é a própria condição do sucesso, há uma outra condição exterior, igualmente indispensável: que o objetivo se mostre suficientemente limitado para ser aceitável pela opinião internacional. Hitler havia conseguido muito bem apresentar cada um de seus objetivos como o único e o último. O jogo deu certo três vezes (até Munique) mas, depois de Praga, ninguém mais foi enganado pela sua estratégia da alcachofra. A folha seguinte, a Polônia, devia desencadear a ascensão aos extremos da II Guerra Mundial, ainda que muitos espíritos no Ocidente tenham mais uma vez acreditado em uma nova fase limitada. Isto mostra os limites de tal estratégia, que não pode ser utilizada para atingir, por saltos sucessivos, objetivos demasiado importantes; a menos, talvez, que eles sejam escalonados em um longo período de tempo. Digamos também que, pelo seu caráter violento e sensacional, ela é de manejo bastante mais perigoso que a "manobra pela lassidão". Porém, em certos casos particulares e bem definidos, ela permanece bem possível e pode ser extremamente eficaz – sobretudo, como a praticou Israel em diversas oportunidades, se ela apresentar o caráter de parada brutal.

AS PARADAS À ESTRATÉGIA INDIRETA

Desde 1935, a estratégia indireta é de uso constante e somente tem colecionado êxitos. Com Hitler, de 1936 a 1939, ela teve, sobretudo, o caráter que chamamos a "manobra da alcachofra". Depois da fase de estratégia direta, de 1939 a 1945, a estratégia indireta retomou sua trajetória, geralmente sob a impulsão dos soviéticos, desta vez, mais fortemente no modo particular da "manobra pela lassidão".

Esta voga prolongada e, parece, crescente, decorre das condições da guerra moderna: já desde 1918, mas, sobretudo, depois de Hiroshima, cada um está persuadido dos malefícios da guerra integral, todos querem evitá-la. Porém, aqueles cuja política implica em mudança da ordem estabelecida continuam a empregar a força para atingir seus objetivos. Isto conduz, necessariamente, ao jogo cheio de nuanças da estratégia indireta, que cada um dos grandes atores aplica, de acordo com seu temperamento: Hitler, por alternâncias demasiado rápidas, de cautela e de violência; os soviéticos por meio de paciente e progressiva ação de desorganização, sob uma ameaça insidiosa.

O aspecto novo dessa forma de estratégia muito antiga (a Guerra dos Cem Anos não foi senão uma guerrilha muito longa, cujo acontecimento final foi o milagre psicológico de Joana d'Arc) geralmente surpreendeu e confundiu. A intoxicação pelas doutrinas radicais do século XIX levava a acreditar-se na distinção absoluta entre a guerra e a paz e, freqüentemente, quis-se ver na estratégia indireta apenas um jogo decorrente da política. Como somente se concebia a grande guerra ou nada, durante quatro anos deixou-se Hitler fazer o que queria; depois, desencadeou-se o conflito mun-

dial, de onde saiu a ruína da Europa, sem se ter compreendido, a tempo, que se podia vencê-lo pelos métodos que ele empregava. Quando, depois de 1946, o empuxo estaliniano pareceu renovar a ameaça, os Estados Unidos reagiram por meio de uma estratégia da qual certos elementos diziam respeito à estratégia indireta, particularmente o Plano Marshall; mais conscientemente, porém, eles dirigiram o esforço para a estratégia direta, baseada na arma atômica. Esta conduziu à estratégia de dissuasão, que teve como conseqüência estimular os soviéticos (e outros) a desenvolver, ainda mais, sua manobra de estratégia indireta. O desenvolvimento desta manobra é impressionante: bloqueados em 1946, no Irã, eles se voltam para a Grécia, da qual somente serão repelidos em 1950; 1948, vitória na China, 1949, Praga, 1950, Coréia e intervenção na Indochina, 1953-54 empuxo indireto no Oriente Médio. Em 1954 a África pega fogo, em 1959, Cuba, em 1960, o Congo, em 1961, Angola, enquanto que a Alemanha permanece sob pressões sucessivas, exercidas em Berlim. Em 15 anos, com alternativas de sucesso desiguais, a URSS obteve mais resultados do que poderia ter conseguido com uma grande vitória.

Ante essa situação, as reações ocidentais são descosidas e, mais comumente, inadaptadas, porque o problema, em geral, não é apreciado pelo que é, e porque os remédios aplicados possuem valor apenas parcial, quando não têm como resultado facilitar a manobra adversa. É essencial tomar consciência dos caracteres objetivos da estratégia indireta e agir em conseqüência disso.

Certamente, não temos a pretensão de dar aqui a solução completa do problema das paradas a opor à estratégia indireta; gostaríamos, pelo menos, de indicar que idéias gerais podem permitir encontrar respostas eficazes aos desafios que suscitam para nós estes

curiosos anos de "paz", no decurso dos quais, até agora, não soubemos senão ceder mais ou menos terreno. Veja-se, no que se segue, apenas uma tentativa, uma primeira aproximação das soluções sugeridas por nossas experiências recentes.

Contramanobra exterior

Em estratégia, mais que em qualquer outro domínio, deve-se saber distinguir o essencial do acessório. Em estratégia direta, o essencial é a força, isto é, são os meios materiais cuja importância permitirá obter, com maior ou menor facilidade, a liberdade de ação. Em estratégia indireta, uma vez que o essencial diz respeito igualmente à busca da liberdade de ação, o interesse vai se concentrar sobre os meios indiretos capazes de assegurá-la e, por conseguinte, logo em primeiro lugar, sobre a "contramanobra exterior". Esta, certamente, permanece dominada pela dissuasão global, obtida pela estratégia nuclear direta e, em conseqüência, o esforço nesse domínio deverá ser mantido. No entanto, caso nos limitássemos a esse esforço, como tendem a fazer certas teses americanas, deixar-se-ia ao adversário toda a sua liberdade de ação em estratégia indireta. Por outro lado, se a contramanobra tivesse êxito integral, todos os problemas da estratégia indireta estariam resolvidos. Aí está, então, o ponto decisivo, *é aí que o esforço deve ser feito com prioridade.*

A contramanobra exterior consiste em produzir-se o maior número possível de dissuasões complementares da dissuasão nuclear global. A escolha dessas dissuasões, como se viu para a manobra exterior, pode ser feita partindo-se das vulnerabilidades do sistema adverso (opinião interna, economia, situação dos satélites e dos

aliados morais, tabus da psicologia marxista – ou muçulmana, ou negra etc. Deve-se deduzir daí a *linha política*, que consiste em fixar as posições ideológicas e geográficas a defender, e as que se quer ameaçar. Deve-se ver bem que uma linha política de caráter puramente defensivo teria apenas fraco valor de dissuasão, porque a chave da dissuasão é a capacidade de ameaçar. É preciso, em absoluto, uma linha política ofensiva.

No plano ideológico, uma linha política ofensiva comporta, em primeiro lugar, a necessidade de poder atacar os pontos fracos do sistema ideológico adverso. É preciso, por conseguinte, partir desses pontos fracos e não de nossas concepções morais ou filosóficas. Por outro lado, é preciso que nosso sistema de ataque seja concebido em função das necessidades daqueles a quem se quer convencer, e não das nossas. É assim, por exemplo, que carecemos completamente da *força de ataque* psicológica, que constituiria um corpo de pensamento de inspiração liberal, bem adaptado a necessidades imediatas (economia, organização social, constituição política) dos jovens Estados do terceiro mundo. É preciso bem reconhecer, além disso, que nossos conceitos precisam muito ser inadaptados, rejuvenescidos e tornados coerentes, para fazê-los corresponder às realidades de nossa época (economia orientada, leis sociais etc.).

No plano psicológico, o elemento essencial das dissuasões é restabelecer o *prestígio da civilização ocidental*. Ora, o prestígio é uma função complexa do poder e da eficácia que possuímos no momento, assim como daqueles que, se estima, nos poderão ser emprestados no futuro. A decadência do Ocidente, nascida de suas cegas divisões, pareceu confirmada pela sua inaptidão para apresentar uma frente unida. O primeiro elemento de prestígio a recon-

quistar é saber fazer o Ocidente admitir a necessidade de uma manobra global estreitamente coordenada, por conseguinte, de uma política comum. Isto é impossível em um sistema que somente comporta, de uma parte, a OTAN, de finalidades estritamente militares e, de outra parte, a ONU que não é senão uma caixa de ressonância das lutas internacionais. É absolutamente essencial constituir-se uma organização ocidental encarregada de elaborar a estratégia global. Soluções como a proposta pela França (estudo global pelas potências mundiais, estudos regionais pelas potências interessadas) seriam suscetíveis de conduzir a esse resultado; em todo o caso, porém, pode-se estar seguro de que se não conseguimos dominar as dificuldades bem reais existentes nesse domínio seremos incapazes de vencer.

O segundo elemento do prestígio indispensável é o restabelecimento da confiança mundial no futuro de nossa civilização. Os notáveis progressos econômicos da Europa no curso dos últimos anos poderiam ser utilizados mais eficazmente para esse fim. No entanto, é acima de tudo a posse de uma doutrina dinâmica e, portanto, rejuvenescida, que poderá conduzir a esse resultado. Enfim, o prestígio resulta, em parte, do temor que se inspira. Sobretudo, à vista dos povos jovens, a "face" desempenha papel considerável. Quer dizer que se deve evitar acima de tudo perdê-la (cf. Suez, Cuba da Baía dos Porcos etc), e esforçar-se por reganhá-la através de ações exemplares e bem escolhidas, segundo um programa cuidadosamente calculado. A crise de Cuba no outono de 1962 mostrou a eficácia de tal comportamento.

Do ponto de vista geográfico, devem-se escolher as regiões onde se quer fazer o esforço para defender, ameaçar ou atacar. Essa escolha, por conseguinte, deve endereçar-se, por uma parte, às regi-

ões que cobrem pontos sensíveis; por outra parte, às que ameaçam as vulnerabilidades do adversário; e, se possível, aquelas onde uma ação seria fácil. De qualquer modo, dever-se-á pesquisar os locais que constituem *centros de ação*, suscetíveis de evolução posterior (cf. Cuba) e evitar engajar-se nas regiões em que o adversário pode desenvolver seu esforço a custo mais baixo, obrigando-nos a despender meios consideráveis (cf. SE da Ásia). Enfim, mesmo se aí se devem enfrentar dificuldades, uma prioridade deve ser dada à eliminação das bases exteriores, que permitem ao adversário conduzir suas agressões indiretas.

Contramanobra interior

No próprio cenário dessas agressões, a resposta pode tomar formas muito diferentes. Caso se trate de uma agressão violenta, do tipo de uma das fases da "estratégia da alcachofra", é preciso dispor de forças táticas indispensáveis para evitar que o fato consumado rapidamente se produza. Normalmente, a existência de tais forças será suficiente para assegurar uma dissuasão eficaz. Se, ao contrário, não se dispuser no local de meios necessários, ser-se-á obrigado a recorrer à manobra exterior. O exemplo Suez-Sinai mostrou que, com agressores um tanto hesitantes, a manobra exterior podia bastar para anular êxitos locais. No entanto, uma intervenção rápida, como a dos americanos na Coréia, pode impedir uma decisão local e, em conseqüência, colocar em xeque toda a manobra adversa; isto é, toda a importância dissuasória de força de intervenção muito móveis.

Caso se trate de uma agressão indireta do tipo "estratégia pela lassidão", pode-se hesitar entre diversas soluções. A melhor, se ela

for possível, consistiria em salvaguardar o essencial (isto é, o controle governamental), sem engajar grandes meios, e em resolver o conflito, abafando-o através de uma manobra exterior suficientemente eficaz. Se, ao contrário, a manobra exterior fracassar (caso da França na Argélia) ser-se-á obrigado a conduzir uma manobra interior visando a uma contra-ofensiva direta.

Ainda aí o elemento capital será o da *linha política*, destinada a reduzir os trunfos do adversário. Por conseguinte, será necessário, por um lado, manter e desenvolver o prestígio, mediante uma demonstração de força, sem dúvida, como também persuadindo de nossas possibilidades futuras (civilização em progresso, apoio internacional etc); e, por outro lado, desarmar reivindicações através de reformas profundas.

No plano militar, é indispensável *frustrar a estratégia da guerrilha*, tal como foi descrita mais acima; é preciso, antes de mais nada, evitar-se deixar desbordar pela manobra de superfície, praticando estrita economia de forças, colocando em xeque a "manobra de Medina".[5] Isto levará a limitar a proteção generalizada de pessoas e de bens, graças a uma forte densidade de ocupação em zonas reduzidas e bem escolhidas, em função de sua importância política e econômica; e em consentir certo grau de insegurança no resto do país. Os postos que aí serão deixados terão por finalidade, somente, manter um sistema de informações, graças ao qual se poderá desencadear uma série de operações destinadas a impedir a organização de bases adversas. Em certos casos mesmo, poder-se-á deixar o inimigo aí se instalar à vontade, para destruí-lo mais facilmente. Correlativamente, as fronteiras deverão ser hermeticamente fe-

5. Durante a Guerra de 1914/18, as forças árabes, sob a liderança de Lawrence da Arábia, mantiveram sob ataque a ferrovia Damasco-Medina, cortando as ligações do Exército turco com Damasco e fixando-o em Medina.(Nota do Tradutor)

chadas, graças a uma tática de barragens, das quais as guerras da Líbia (da Itália fascista) e da Argélia deram o exemplo. Mesmo bem conduzidas, essas operações requererão meios muito importantes. É sua grande fraqueza, para uma guerra necessariamente prolongada. A estratégia deverá, então, esforçar-se por encontrar soluções econômicas, enquanto que a organização deverá aplicar fórmulas (substituições etc) concebidas para o tempo de duração da guerra. Em circunstâncias, excepcionalmente favoráveis poder-se-á tentar obter a decisão por um considerável esforço de meios, sob a condição de que os resultados sejam rapidamente compensadores. Se não fosse assim (Argélia, 1956), não se faria senão reduzir a sua própria capacidade de durar; por conseguinte, fazendo o jogo da manobra adversa pela lassidão.

Enfim, é bem certo que as operações deverão ser conduzidas com a constante preocupação de obter um efeito psicológico sobre o inimigo e sobre a população. Sendo esta completamente protegida nas zonas de forte densidade de ocupação, dever-se-á poder comparar sua sorte invejável com a das populações vivendo em zonas mais ou menos controladas pelo adversário. As partes protegidas, tornadas zonas de refúgio, não deverão, sob pretexto algum, ser reduzidas,[6] de modo a dar confiança; e, se elas se estenderem, não deverá jamais haver recuos. Os combates devem ser úteis para o prestígio. Os fracassos devem ser ocultados[7] ou compensados por êxitos mais importantes, convenientemente realçados.

Malgrado todas estas precauções, cuja enumeração sublinha um bom número de erros levantados na campanha da Argélia, em particular, é necessário ter presente no espírito que esse gênero de

6. Isto obriga a prever, a longo prazo, uma política de efetivos que não comportem variações.
7. Ao invés de darem lugar a títulos sensacionalistas nos jornais.

luta só excepcionalmente foi favorável à defesa e, como foi sublinhado, somente quando não existiam bases exteriores próximas que pudessem alimentar a guerrilha. Em estratégia indireta, responder a um ataque por uma defesa direta é solução tão má como a de um touro investindo contra uma muleta vermelha. É contra o toureiro que é preciso investir, isto é, contra a manobra exterior.

CONCLUSÕES SOBRE A ESTRATÉGIA INDIRETA

A estratégia indireta, que é um "modo" menor da guerra total, foi de todas as épocas (como, de resto, a estratégia direta). Seus aspectos modernos e sua grande voga decorrem de que, hoje, a grande guerra tornou-se racionalmente impraticável. Seu papel, por conseguinte, é, na realidade, complementar ao da estratégia nuclear indireta: a estratégia indireta é o complemento e, de algum modo, o antídoto da estratégia nuclear. Quanto mais a estratégia nuclear se desenvolver e, através de seus equilíbrios precários, chegar a reforçar a dissuasão global, mais a estratégia indireta será empregada. A paz será cada vez menos pacífica, e tomará a forma do que chamei em 1939 a "paz-guerra", e que nós conhecemos, bem depois, sob o nome de guerra fria.

Essa guerra fria é para a guerra quente o que a medicina é para a cirurgia. As operações sangrentas da guerra quente são substituídas pelas "infecções", não menos mortíferas, mas mais insidiosas. Contra essas infecções, o procedimento cirúrgico raramente é eficaz: é preciso proceder a vacinações preventivas ou a contra-infecções; e é preciso cuidar da doença desde seu começo. Nessa guerra larvar, onde as infecções psicológicas se parecem com as da guerra biológica, é muito difícil controlar os fenômenos uma

vez desencadeados: a Alemanha sucumbiu em 1918,em grande parte devido ao retorno do vírus bolchevique, que ela havia contribuído para semear na Rússia um ano antes; o prurido de descolonização, no qual os soviéticos haviam apostado desde 1921, às vezes, ultrapassou as previsões da URSS e, na África, trouxe-lhes problemas que eles não estavam prontos para responder. Essa guerra médica é muito diferente de nossos hábitos, não obstante seu emprego milenar.

Se bem que seus aspectos sejam muito particulares e, as vezes, desconcertantes, a estratégia indireta não é uma estratégia especial, intrinsecamente distinta da estratégia direta. A chave, como em toda estratégia, é a liberdade de ação. É o modo de obtê-la, pela iniciativa e a pela segurança, que é diferente, porque a margem de liberdade de ação (por conseguinte, a segurança) depende da manobra exterior, e não da manobra interior. É esta particularidade que lhe dá o caráter *indireto.*

É importante ver bem que a segurança vai depender, de fatores da manobra exterior, por conseguinte, das vulnerabilidades dos dois adversários. Toda vulnerabilidade oferece uma oportunidade ao inimigo; toda vulnerabilidade inimiga oferece uma possibilidade de ameaça de represálias. É, então, nesse plano que se deve colocar o estudo da segurança. Como, por outro lado, certas vulnerabilidades de ordem revolucionária demoram a se desenvolver (Congresso de Bakou, em 1921, descolonização, de 1945 a 196...; Cuba começa em 1956 etc) é preciso que as paradas indiretas, tendo em vista a segurança, se efetuem muito cedo, tal como as iniciativas destinadas a deter as ameaças adversas. *O verdadeiro jogo da estratégia indireta deve desenrolar-se no nível dos pródromos.* Depois, é muito tarde.

Assim, a estratégia indireta não é senão a aplicação da fórmula geral da estratégia a valores extremos de certas variáveis; a força (reduzida ao mínimo) e o tempo (consideravelmente acrescido). Com efeito, a fórmula geral da estratégia, simplificada como uma fórmula de Einstein, pode se representar pela equação:

$$S = K F \Psi t$$

Na qual, K é um fator específico do caso particular, representa as forças materiais, Ψ as forças morais e t o tempo. Em estratégia direta, o fator forças materiais é preponderante, o fator Ψ muito menos importante, o fator t relativamente curto. Em estratégia indireta, a importância relativa das variáveis é inversa, Ψ devendo ser o elemento preponderante.

Com efeito, o elemento psicológico – sempre presente em toda a estratégia – aí desempenha papel determinante. Trata-se de substituir a força material, que falta, pela força de uma ideologia bem construída e pelo poderio de combinações resultantes de um cálculo, fruto de reflexão e preciso. Em suma, é a matéria cinzenta que substitui a força, e isso é muito bom.

No entanto, muito menos se deve esquecer que a existência ou o emprego da força permanecem necessários no jogo da estratégia indireta, como no da estratégia direta. As proporções modestas que a força freqüentemente ali apresenta não devem minimizar a importância de seu papel. Inicialmente invisível, mas sempre presente, a força nuclear traça o quadro geral, os limites da dissuasão, no interior dos quais a estratégia indireta deverá evoluir. Em seguida, na estratégia indireta ela mesma, a força é necessária para explorar (ou ameaçar explorar) as situações criadas pela manobra psicológica. Isto permanece verdadeiro, mesmo se a ação coloca em causa somente alguns capacetes azuis da ONU,

ou alguns gorilas de Catanga. *F* pode ser muito pequena; não é jamais nula. Sem *F* não mais haveria estratégia.

Nesse mesmo jogo marcado pelas nuanças, freqüentemente muito distante da verdadeira guerra tradicional, o emprego da força parece a alguns uma espécie de pecado contra o espírito. Esta visão é errônea e perigosa. A força, em si mesma, não é nem boa nem má. Sua qualificação depende da causa à qual ela serve; por conseguinte, à política que a anima. Deplorar, porém, que a força desempenhe um papel importante nos conflitos que balizam a evolução histórica é querer ignorar a realidade das coisas.

Esse emprego, com nuanças, da força é, amiúde, considerado como do domínio da política: a estratégia indireta, tal como se vem de apresentá-la, não seria uma "estratégia", mas uma "política". A querela de palavras tem em si pouca importância, ainda mais porque é evidente que a estratégia indireta é conduzida no nível chefes de governo. Porém, a escolha das palavras revela a compreensão que se tem do fenômeno. Considerar a estratégia indireta como uma política é fazer grave confusão de gêneros. A política, cujo papel é fixar objetivos e definir o volume de meios a consagrar-lhes, terá que decidir se o objetivo a atingir será buscado pelas vias da estratégia indireta, ou não. Mas, a conduta dessa estratégia não mais é política; e sim estratégia, isto é, o emprego da força aí deve ser submetido às mais estudadas combinações.

A história destes dez últimos anos mostrou que erros fatais podiam ser cometidos quando se queria tratar esses problemas empiricamente e por estimativa, em face de inimigos perfeitamente conscientes das regras desse jogo. Aprendamos daqui por diante a utilizar essas regras como eles, com o mesmo realismo e a mesma inteligência alertada, a fim de evitar o desabamento progressivo de to-

das as nossas posições, ou o recurso desesperado às catástrofes que a estratégia direta não deixaria hoje de desencadear.

Aprendamos a sobreviver na "paz" e a salvar o que nos resta de paz...

Aprendamos a estratégia indireta.

Capítulo V

CONCLUSÕES SOBRE A ESTRATÉGIA

O vencido merece sua sorte, porque a derrota resulta sempre de erros de pensamento que ele deve ter cometido, seja antes, seja durante o conflito. A estratégia não constitui nem um jogo de espírito sobre as realidades da guerra, nem um modo pretensioso ou pedante de raciocinar sobre os problemas que sobre ela se apresentam. O rápido estudo precedente, espera-se, terá convencido o leitor, mostrando-lhe tratar-se de um corpo de pensamento que, malgrado sua complexidade, deve poder servir de guia prático para atingir da melhor maneira os fins da política e, sobretudo, para evitar os erros grosseiros dos quais a História recente nos oferece demasiado número de exemplos.

Nesta apresentação da estratégia, escolhi colocar-me logo do ponto de vista da *estratégia total*, a que tem por objeto conduzir os conflitos violentos ou insidiosos, travados simultaneamente nos di-

versos domínios, político, econômico, diplomático e militar, apresentando, por conseguinte, caráter total. É que a estratégia torna-se geralmente ininteligível, caso se a limite ao domínio militar, porque um número demasiado de fatores lhe escapa. Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis (caso da estratégia napoleônica) uma explicação puramente militar fica incompleta e, por isso, enganadora.

Pela mesma razão, não acreditei poder guardar a dualidade estratégica sobre a qual se funda, por exemplo, Raymond Aron,[1] porque ela conduz a dividir arbitrariamente um problema essencialmente único (e que, além disso, possui mais do que esses dois componentes). Em lugar dessa divisão, prefiro a divisão horizontal, entre a política, em cima, e a *estratégia total*, em baixo, porque assim respeita-se a hierarquia de preocupações e mantém-se a unidade de raciocínios particulares a cada um desses escalões.

Naturalmente, porém, sob a política situa-se toda a *pirâmide de estratégias* (a estratégia total no topo, combinando as diversas estratégias gerais próprias a cada domínio, elas mesmas harmonizando as estratégias operacionais de sua província) que domina o conjunto das táticas e das técnicas. A estratégia militar não é senão uma dessas estratégias gerais e, segundo o caso, desempenha papel capital, ou simples papel auxiliar.

Viu-se que o jogo estratégico podia ser feito, como a música, segundo dois "modos". O modo maior é a *estratégia direta*, onde a força representa fator essencial. O modo menor é a *estratégia indireta*, onde o papel da força parece apagar-se, diante daquele da psicologia e das combinações. Naturalmente, estes dois modos podem

1. Em *Paix et Guerre entre les Nations*, op. cit.

misturar-se em proporções variáveis, para produzir um grande número de "modelos", dos quais examinamos os principais.

O que é preciso ver bem é que esses "modos" e esses modelos não representam senão soluções diversas na *mesma fórmula geral*: visam ao mesmo objetivo, à decisão pela capitulação psicológica do adversário, e empregam o mesmo método, fundamentado na luta pela liberdade de ação. Mas essas soluções diferenciam-se pelos *procedimentos* empregados. Cada um deles é um coquetel particular de procedimentos, escolhidos por corresponderem melhor aos meios disponíveis ou às vulnerabilidades do adversário. Essa *escolha dos melhores procedimentos*, dentro da gama muito extensa, que vai da sugestão à destruição física, é a parte talvez mais importante da estratégia. É ela que permite fazer face às situações mais difíceis e, freqüentemente, promover a vitória do mais fraco.

Nessa escolha, como na conduta ulterior das operações, a pedra de toque é a liberdade de ação. *A luta pela liberdade de ação é, com efeito, a essência da estratégia.* Resulta daí que a proteção de sua própria liberdade de ação (a segurança) e a aptidão para privar o adversário de sua liberdade de ação (pela surpresa ou pela iniciativa) constituem as bases do jogo estratégico. Ainda aqui, porém, duas concepções patentearam-se: a que procura definir o jogo mais lógico das forças disponíveis (estratégia de mecânica racional) e a que visa a fazer o jogo mais enganador para o adversário (estratégia das combinações). Estas duas estratégias de aplicação empregam-se em cada um dos dois grandes modos estratégicos de conjunto da estratégia direta e da estratégia indireta, mas sua escolha ou sua combinação dependem das condições particulares da operação que se tem em vista: Dien Bien Phu era um episódio de "mecânica racional", em uma campanha conduzida sob o signo da

estratégia indireta; inversamente, os *maquis* da França não eram senão um aspecto "combinações" da operação *Overlord*,[2] por completo concebida segundo a mais pura estratégia direta.

Analisando-se assim as engrenagens do raciocínio estratégico, é-se levado a reconhecer, de uma parte, a *situação dialética dos adversários*, definidos cada um por quatro coordenadas (as forças materiais, as forças morais, o momento e o lugar); e, de outra, *as modificações dialéticas* trazidas a essa situação, no tempo e no espaço, à vista da liberdade de ação. Esta sucessão de situações dialéticas, equivalente ao filme da luta, é o que chamamos o "fator manobra", que casa a mecânica racional e as combinações, numa esgrima conduzida em vista da decisão.

Nessa esgrima, o problema não é aparar os golpes adversos (ainda que seja necessário fazê-lo), mas impedir o adversário de guardar a *iniciativa*, tomarmos nós mesmos a iniciativa, e mantê-la até a decisão. É nisto que, por suas previsões, a manobra deve esforçar-se por ser contra-aleatória e que todo plano deve constituir um conjunto coerente de previsões conduzindo à decisão.

Porém a estratégia não se joga, como no xadrez, com peões de valor constante e definido. Suas soluções são análogas às de uma cozinha, que deverá combinar ingredientes em constante transformação. É que a guerra ou a luta, emprega forças materiais, que constituem função da aparelhagem material da época, e forças morais. Estas últimas dependem estreitamente das idéias que dominam a civilização do momento. Resulta disto que a estratégia é uma perpétua invenção fundada sobre *hipóteses*, que será necessário experimentar em plena ação, onde os erros de apreciação se pa-

2. Overlord: nome-código do plano e das operações para a invasão da França em 1944. (Nota do Tradutor)

garão duramente pela derrota. É aí que repousa a dificuldade maior da estratégia, sobretudo nas épocas de evolução rápida, como é o caso atualmente.

Este caráter evolutivo era mal reconhecido até os últimos anos, pois certas teorias iam até a atribuir à estratégia a virtude de operar com constantes, somente a tática devendo evoluir. Hoje, a arma atômica forçou a compreender que, sob princípios pouco numerosos e imutáveis, as *escolhas* da estratégia são necessariamente variáveis e conjecturais, o que além do mais, justifica a pluralidade de modelos opostos às ortodoxias exclusivas das antigas teorias.

Em conseqüência, para limitar as probabilidades de erro, de terríveis conseqüências, torna-se indispensável organizar da melhor maneira o *estudo da conjuntura*. Contrariamente às nossas tradições, tornou-se extremamente importante prever bem, mais importante do que constituir, forças cujo valor seria incerto. Não há estratégia moderna sem órgãos de estudo potentemente instrumentados, sem um método muito bom de análise de situações, sem perfeito conhecimento da evolução e das possibilidades de invenções de toda a ordem, suscetíveis de serem utilizadas. Estamos muito longe disso!

Enfim, um grande número de domínios da estratégia ainda é incompletamente explorado, ou não é em absoluto explorado. As estratégias política e diplomática, malgrado seu emprego muito antigo, permanecem praticamente não formuladas. A estratégia econômica, hoje bem conhecida sob seu aspecto pacífico, ainda não foi suficientemente estudada em seus aspectos coercitivos. Aí estão tarefas urgentes.

A mais importante, porém, concerne ao estudo do componente psicológico da estratégia, pois é indispensável precisar os fatores da psicologia das multidões, dos exércitos, dos chefes, dos governos, da população, da opinião internacional etc. Tornou-se impossível continuar a trabalhar aleatoriamente nesse domínio onde se cometeram, recentemente, consideráveis erros, provenientes, de resto, de uma apreciação errônea das hierarquias da estratégia: certa voga, um tanto primária da psicologia, conduziu a não aperfeiçoar a esse propósito senão técnicas que se elevam, na melhor das hipóteses, ao nível de táticas. Ora, essas táticas são desprovidas de valor, caso não se exerçam no quadro de uma boa estratégia psicológica. É todo o problema da definição da *linha política de conjunto* que abordamos. Este problema é um dos mais difíceis e diz respeito, sem dúvida, a uma forma de raciocínio particular, talvez dialética.

Poder-se-á concluir de um conjunto de análises tão complexo como este, que se impõe um estudo, mesmo sumário, da estratégia?

Esta arte milenar, há muito esotérica, há pouco relegada ao museu das coisas mortas e, mais recentemente, exumada sob a pressão dos fatos, está em vias de reencontrar uma nova juventude. Porém, para que ela possa dominar fenômenos da amplitude e da diversidade da guerra fria, da guerra total, da guerra revolucionária e da guerra atômica, é preciso que a estratégia eterna experimente consideráveis extensões e profunda renovação.

É o que tentamos, com a convicção de que, na estratégia como em todas as outras coisas humanas, é a idéia que deve dominar e dirigir.

Mas isto já é uma filosofia...

Composição e diagramação	*SoftImage Assessoria Empresarial Ltda.*
Quantidade de páginas	*156*
Formato	*14 x 21cm.*
Mancha	*23 x 36 paicas*
Tipologia	*Identity Ssi*
Papel de miolo	*Polen Soft 80g*
Papel de capa	*Offset 240kg (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda*
Fotolito de miolo	*Papel vegetal em espelho*
Fotolito de capa	*Multijob*
Tiragem	*3000 exemplares*
Término da obra	*Maio de 1998*

"Ninguém, na época contemporânea, com experiência prática mais ampla que o General Beaufre poderia escrever uma obra sobre Estratégia. Nenhum general de seu nível redigiu sobre esse assunto estudo teórico de tal envergadura e tal mestria.

Ele dá a seu livro o título de *Introdução à Estratégia*, mas esse título é excessivamente modesto. Na realidade, sua obra é o tratado de Estratégia mais completo, mais cuidadosamente formulado e dado à luz do dia que terá sido publicado no curso desta geração."

Liddell Hart

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Publicação: 664

Coleção General Benício

Vol. 336

ISBN 85-7011-236-X

9 788570 112361